

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

O “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO

(Volume II)

Coordenadores

Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Julho de 2019

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 – Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAfS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e Sensemaking
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueiro Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

- 30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas
Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- 31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 32 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974).
Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Administração Domingos Manuel Lameira Lopes
- 33 – O Direito Português do Mar: Perspetivas para o Séc. XXI
Coordenadora: Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação (2.ª edição, revista e atualizada)
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 34 – Coreia no Século XXI: Uma península global
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 35 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume I
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa

Como citar esta publicação

Guedes, A.M., & Costa, R.D. (Coord.) (2019). *O "Grande Médio Oriente" Alargado* (Vol. II). Cadernos do IUM, 36. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Presidente

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins

Editor-chefe

Major-general Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Soldado Rui Miguel da Silva Porteiro

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Pré-Impressão e Distribuição

Sumário Colorido

Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.

2970-703 Sesimbra

Tel: (+351) 932 696 712

E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54546-3-1

ISSN: 2183-2129

Depósito Legal: 461456/19

Tiragem: 150 exemplares

© Instituto Universitário Militar, julho, 2019.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

PREFÁCIO	xix
NOTA INTRODUTÓRIA	xxi

VOLUME I

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO NA ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	1
1.1. INTRODUÇÃO	1
1.2. FATOR FÍSICO	2
1.2.1. Localização, extensão e configuração	2
1.2.2. Ambiente natural	5
1.3. FATOR HUMANO	11
1.3.1. Demografia	12
1.3.2. Etnografia	13
1.3.3. Religião	14
1.3.4. Sócio cultural	17
1.4. RECURSOS NATURAIS	18
1.4.1. Alimentares	18
1.4.2. Energéticos	19
1.5. FATOR ESTRUTURAS	22
1.5.1. Política	22
1.5.2. Económica	24
1.5.3. Militar	27
1.6. CONCLUSÕES	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
2. O CONFLITO NA SÍRIA E IRAQUE: DINÂMICAS ESTRUTURAIS E DE COMPLEXIDADE	35
2.1. INTRODUÇÃO	35
2.2. ANÁLISE DIME	35
2.2.1. Análise DIME da República Árabe da Síria	35
2.2.2. Análise DIME da República do Iraque	37
2.2.3. Considerações sobre as relações entre os dois países	41
2.3. ATORES ESTATAIS	42

2.4. IMPLICAÇÕES DOS ATORES ESTATAIS PARA A SEGURANÇA	48
2.4.1. Ao nível local	48
2.4.2. Ao nível regional	49
2.4.3. Ao nível internacional	50
2.5. ATORES NÃO-ESTATAIS	51
2.5.1. Atores não estatais internos na Síria	51
2.5.2. Atores não estatais internos no Iraque	53
2.5.3. Atores não estatais externos na Síria e no Iraque	55
2.6. IMPLICAÇÕES DOS ATORES NÃO-ESTATAIS PARA A SEGURANÇA	56
2.6.1. Ao nível local	56
2.6.2. Ao nível regional	56
2.6.3. Ao nível internacional	57
2.7. CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
3. O CONFLITO NA LÍBIA: UM PONTO FOCAL NO AMPLO ARCO DE INSTABILIDADE NO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO	63
3.1. INTRODUÇÃO	63
3.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	63
3.3. QUADRO GEOPOLÍTICO DE REFERÊNCIA	65
3.4. CENÁRIO ESTRATÉGICO BÁSICO	68
3.4.1. Atores políticos nacionais	68
3.4.2. Atores não estatais	69
3.4.3. Atores externos próximos	71
3.4.4. Outros atores estatais no “Grande Médio Oriente”	72
3.4.5. Atores supra-estatais	73
3.5. ANÁLISE DOS FATORES	76
3.5.1. Fator físico	76
3.5.2. Fator humano	78
3.5.3. Fator recursos	79
3.5.4. Fator circulação	80
3.5.5. Fator científico-tecnológico	80
3.5.6. Fator político-administrativo	80
3.5.7. Fator económico	81
3.5.8. Fator sociocultural	81

3.5.9. Fator militar	81
3.6. ANÁLISE GEOPOLÍTICA DO CONFLITO	81
3.6.1. Enquadramento e evolução do conflito	81
3.6.2. O conflito e o Norte de África	83
3.6.3. O conflito e o “Grande Médio Oriente”	84
3.5.4. Desafios e implicações para a segurança internacional	85
3.7. CONCLUSÕES	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
4. CONFLITO NO IÊMEN: DINÂMICAS ESTRUTURAIS E A SUA DENSIDADE EMERGENTE	91
4.1. INTRODUÇÃO	91
4.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	92
4.3. ATORES ESTATAIS E NÃO-ESTATAIS INTERNOS DO CONFLITO	95
4.4. ESTUDO DOS FATORES GEOESTRATÉGICOS (ORDEM GEOGRÁFICA E ESTRUTURAL)	100
4.5. ANÁLISE DO CONFLITO	105
4.6. AS IMPLICAÇÕES SECURITÁRIAS DO CONFLITO	107
4.7. CONCLUSÕES	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
5. DO CORNO DE ÁFRICA AO NORTE DO GOLFO DA GUINÉ: A INTENSIFICAÇÃO E O ALARGAMENTO DO ARCO SUBSAARIANO DE INSTABILIDADE	117
5.1. INTRODUÇÃO	117
5.2. CARACTERIZAÇÃO DOS RECENTES CONFLITOS NO ALARGAMENTO DO ARCO SUBSAARIANO	118
5.2.1. Conflito no Mali	119
5.2.2. Conflito na Nigéria	120
5.2.3. Conflito no Chade	121
5.2.4. Conflito no Sudão	122
5.2.5. Conflito na Eritreia	123
5.2.6. Conflito na Etiópia	124
5.2.7. Conflito no Djibouti	124
5.2.8. Conflito na Somália	125
5.3. LIGAÇÃO RELIGIOSA DO MÉDIO ORIENTE A ÁFRICA	126
5.3.1. Os Sunitas e sua expansão em África	127

5.3.2.	Os Xiitas e sua expansão em África	129
5.3.3.	O Sufismo Islâmico em África	130
5.3.4.	O movimento Salafista em África	131
5.3.5.	Religiões em África não islâmicas e sua influência	132
5.4.	GRUPOS INSURGENTES ISLAMITAS EM ÁFRICA	132
5.4.1.	Al-Shabaab (Harakat al-Shabaab al-Mujahideen)	132
5.4.2.	Boko Haram (Jama’at Ahl as-Sunnah lid-Da’wah wa’l-Jiha)	133
5.4.3.	JNIM (Jama’a Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin)	134
5.4.4.	AQIM (Al-Qaeda in the Islamic Maghreb)	135
5.5.	LIGAÇÃO DO MÉDIO ORIENTE À INSTABILIDADE NO ARCO SUBSAARIANO	136
5.5.1.	Relação dos recentes conflitos com a religião	137
5.5.2.	Relação da religião com os grupos insurgentes islamitas	138
5.5.3.	Relação dos recentes conflitos com os grupos insurgentes islamitas	139
5.6.	CONCLUSÕES	140
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
6.	O IRÃO E OS FORMATOS DA SUA ATUAÇÃO NOS CONFLITOS NO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	147
6.1.	INTRODUÇÃO	147
6.2.	CONTEXTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO	149
6.2.1.	Enquadramento Histórico	149
6.2.2.	Breve Enquadramento geopolítico	153
6.2.3.	Síntese Conclusiva	155
6.3.	PERSPETIVA GEOESTRATÉGICA DO IRÃO	156
6.3.1.	Estratégia política	156
6.3.2.	Estratégia Económica	157
6.3.3.	Estratégia militar	159
6.3.4.	Síntese conclusiva	161
6.4.	CONFLITOS NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	161
6.4.1.	Israel – Palestina	162
6.4.2.	Iraque	163
6.4.3.	Síria	164
6.4.4.	Iémen	165
6.4.5.	Líbano	166
6.4.6.	Síntese Conclusiva	167

6.5. CONCLUSÕES	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

VOLUME II

7. A ARÁBIA SAUDITA: DIMENSÕES DAS INTERVENÇÕES NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	1
7.1. INTRODUÇÃO	1
7.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ARÁBIA SAUDITA	2
7.2.1. Análise geopolítica da Arábia Saudita	3
7.2.2. Fator Militar	10
7.2.3. Síntese Conclusiva	11
7.3. A ARÁBIA SAUDITA E O CONTEXTO REGIONAL	12
7.3.1. Relações com atores regionais e globais	12
7.3.2. Síntese Conclusiva	19
7.4. A ARÁBIA SAUDITA E OS CONFLITOS NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	19
7.4.1. A Arábia Saudita no conflito do Líbano	21
7.4.2. A Arábia Saudita no conflito da Líbia	22
7.4.3. A Arábia Saudita no conflito da Síria	22
7.4.4. A Arábia Saudita no conflito Israelo-Palestiniano	23
7.4.5. A Arábia Saudita no conflito do Iémen	25
7.4.6. Síntese Conclusiva	27
7.5. CONCLUSÕES	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
8. A TURQUIA E O SEU PAPEL NOS CONFLITOS DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	34
8.1. INTRODUÇÃO	34
8.2. ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA TURQUIA	35
8.2.1. Fator Físico	35
8.2.2. Fator Humano	37
8.2.3. Fator Recursos Naturais	38
8.2.4. Fator Circulação	39
8.2.5. Fator Histórico	40
8.2.6. Fator Científico-Tecnológico	41
8.2.7. Fator Político	42
8.2.8. Fator Económico	42

8.2.9. Fator Sociocultural	44
8.2.10. Fator Militar	44
8.2.11. Síntese conclusiva	45
8.3. ANÁLISE DO POTENCIAL ESTRATÉGICO TURCO	45
8.3.1. Relevância geopolítica e geoestratégica da região	46
8.3.2. Fatores de coesão e dissociação	47
8.3.3. Núcleos do potencial estratégico	49
8.3.4. Potencialidades	50
8.3.5. Vulnerabilidades	51
8.3.6. Síntese conclusiva	52
8.4. INTERESSE GEOPOLÍTICO DA TURQUIA NO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	53
8.4.1. O interesse turco no conflito da Síria	54
8.4.2. O interesse turco no conflito do Iraque	55
8.4.3. Síntese conclusiva	56
8.5. CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
9. OS EUA E OS CONFLITOS DO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO: PRÓ-ATIVIDADE E OS SEUS AVANÇOS E RECUOS	63
9.1. INTRODUÇÃO	63
9.2. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E OS SEUS INTERESSES NA REGIÃO DO MÉDIO ORIENTE ALARGADO	65
9.2.1. Relevância geopolítica e geoestratégica do Médio Oriente alargado e os interesses dos EUA na região	65
9.2.2. Opções políticas para o Médio Oriente alargado - condicionantes e possibilidades estratégicas	68
9.2.3. Principais fatores de poder e vulnerabilidades	74
9.2.4. Síntese conclusiva	75
9.3. INTERVENÇÕES DOS EUA NOS CONFLITOS DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	76
9.3.1. Guerra do Golfo	76
9.3.2. Intervenção militar Americana na Somália	78
9.3.3. Guerra do Afeganistão	79
9.3.4. Guerra do Iraque	81
9.3.5. Guerra Civil na Líbia	83
9.3.6. Guerra Civil na Síria	84
9.3.7. Guerra do Iémen	87

9.4. CONCLUSÕES	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
10. A REENTRADA DA RÚSSIA NOS CONFLITOS DO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO: INTERPOSIÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO	93
10.1. INTRODUÇÃO	93
10.2. POTENCIAL ESTRATÉGICO E PRESENÇA HISTÓRICA DA RÚSSIA NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	94
10.3. O NOVO “GRANDE JOGO”: RELAÇÕES DE INFLUÊNCIA RUSSA NO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO	98
10.3.1. No conflito da Síria	98
10.3.2. Do Afeganistão ao Mediterrâneo (Líbia)	104
10.4. CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
11. CRISES HUMANITÁRIAS, GRUPOS VULNERÁVEIS, MIGRAÇÕES NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	123
11.1. INTRODUÇÃO	123
11.2. CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	124
11.2.1. Migrantes	124
11.2.2. Grupos Vulneráveis	124
11.2.3. Refugiados	126
11.2.4. Garantias jurídicas	129
11.3. CAUSAS DAS ALTERAÇÕES AOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	132
11.3.1. Fluxo do Mediterrâneo Este	134
11.3.2. Fluxo do Mediterrâneo Central	134
11.3.3. Fluxo do Mediterrâneo Oeste	135
11.4. RESPOSTA DA EUROPA À CRISE DOS MIGRANTES	136
11.4.1. Política de imigração da UE	136
11.4.2. Gestão das Fronteiras Externas	139
11.5. AS MIGRAÇÕES COMO PROBLEMA DE SEGURANÇA	141
11.6. CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
POSFÁCIO DE COORDENADORES	151
POSFÁCIO DE AUTORES	152

7. A ARÁBIA SAUDITA: DIMENSÕES DAS INTERVENÇÕES NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO

Pedro Miguel Gonçalves Pereira
Capitão-Tenente de Administração Naval

Ricardo Filipe da Silva Cortinhas
Major de Infantaria da GNR

Diogo Lourenço Serrão
Major de Artilharia do Exército

7.1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se na Unidade Curricular de Geopolítica, do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/2019, e está subordinado ao tema, “Arábia Saudita: dimensões das intervenções no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado”, enquadrando-se no domínio das Ciências Militares.

O objeto de estudo deste trabalho é a Arábia Saudita (AS), a multiplicidade e dimensionalidade das suas intervenções no “Grande Médio Oriente” (GMO).

O GMO¹ é um termo geográfico que define uma região dependente da época e da análise pretendida, que no campo do conhecimento multidisciplinar e englobado na geopolítica deve ser observado à luz das seguintes áreas do conhecimento: a Geografia, a Cultura, a Política, a História, o Contexto Internacional e, considerado por alguns autores, a Liderança, por esta influenciar as decisões que norteiam a estratégia dos Estados (Teles, 2011).

O GMO tem sido uma preocupação para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo de relevar como principais evidências factuais a duração da presença militar no Afeganistão², a desnuclearização do Irão e as diversas preocupações nas ameaças transnacionais, o fomento do radicalismo contra muçulmanos moderados, os financiamentos ilícitos e proliferação nuclear descontrolada (Lima, 2010).

De acordo com o reputado *Munich Report* 2018³, as relações entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Irão, constituem o quinto risco político mais grave, numa escala encabeçada pela bem-sucedida estratégia comercial e de investimento chinesa ocupando, agora, o lugar tendencialmente pertença dos

¹ Ou “Great Middle East”

² O conflito onde permanecem forças militares americanas, de forma ininterrupta, há mais tempo (desde 2001).

³ Eleita pela Universidade da Pensilvânia em 2017 como a melhor Conferência mundial sobre assuntos relacionados com a segurança no mundo. Nesta edição, estiveram presentes mais de 20 Chefes de Estado e de Governos e 80 Ministros da Defesa e Ministros dos Negócios Estrangeiros.

EUA⁴. Ressoando neste risco permanece uma incauta AS como maior parceiro regional americano que não antecipou a corrida iraniana à causa nuclear. Projeta-se que o acordo nuclear sobreviva no curto prazo, mas questiona-se no médio prazo, pela tendência protetora dos EUA à AS que a continuará a apoiar e forçará a contenção das ações iranianas na Síria, Iraque, Líbano e Iémen (Munich Security Report authors, 2018). Além da AS constituir no campo político, diplomático e religioso, grande relevância regional, analisar os contornos da sua relação com os EUA é compreender a intenção, finalidades e impactos dos outros atores no xadrez político e geoestratégico da região mais quente do globo.

A delimitação desta investigação será materializada pelos domínios temporal, espacial e conceptual (Santos, et al., 2016, p. 44). Temporalmente, o estudo encontra-se limitado a partir de 1871, onde o império Otomano ganha controlo da província de *Hasa* e expulsa a família *Al Saud*, levando-a ao refúgio no Kuwait. Ao nível espacial, investigamos a AS e os atores regionais e globais com os quais mantém relações de diversas ordens⁵. Quanto ao conteúdo, a presente investigação centrou-se na caracterização geopolítica da AS e na análise das suas intervenções nos conflitos do Grande Médio Oriente Alargado.

A investigação, de acordo com o tema proposto e segundo a delimitação definida, tem como objetivo geral (OG) analisar os interesses e as intervenções da AS no GMO.

Para se conseguir cumprir com o objetivo geral definido, definiram-se três objetivos específicos (OE):

OE 1 – Caracterizar o poder da AS na região;

OE 2 – Analisar as ligações geopolíticas com os atores regionais e internacionais;

OE 3 – Analisar as intervenções da AS em conflitos do “Grande Médio Oriente”.

7.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ARÁBIA SAUDITA

O Reino da AS é governado pela família Al Saud desde 1932, tendo sido fundado o moderno estado saudita por Abd al-Aziz bin Abd al-Rahman Al Saud, após uma campanha de 30 anos para unificar a maior parte da Península Arábica. A sua influência é exercida através da fé islâmica, sendo a AS considerada o berço do Islão. Além da dimensão religiosa, possui vastas reservas de petróleo e um relevante posicionamento estratégico (CIA, 2018).

Em 1938, foi descoberto petróleo e a sua produção começa por ação da companhia *Arabian American Oil Company* (ARAMCO) e com o controlo dos EUA. Só a partir de 1980 volta ao controlo do governo saudita. A AS faz parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) desde 1960 (Waheedi, 2012).

Entre 2005 e 2015, o rei Abdallah modernizou o Reino, impulsionado pela sua visão

⁴ Para comparativo, o problema securitário africano ocupa o décimo lugar.

⁵ Política, militar, económica, social, infraestruturas e informações.

pessoal e pelo pragmatismo político, tendo introduzido uma série de iniciativas sociais e económicas, incluindo a expansão do emprego e oportunidades para as mulheres, atraindo investimentos estrangeiros, aumentando o papel do setor privado na economia e desencorajando a contratação de trabalhadores estrangeiros. Durante a primavera árabe de 2011, assistiu-se na AS a algum descontentamento social, no entanto nada comparado aos violentos protestos de outros países do GMO. Os muçulmanos xiitas da Província Oriental protestaram contra a detenção de prisioneiros políticos, a discriminação endémica e as ações do governo no Bahrein. Riade adotou uma abordagem cautelosa, mas firme, prendendo alguns manifestantes, mas libertando a maioria deles e usando seus clérigos patrocinados pelo Estado para combater o ativismo político e islâmico (Faisal, 2013).

7.2.1. Análise geopolítica da Arábia Saudita

7.2.1.1. Fatores Físico, Humano, Recursos Naturais, Circulação e Histórico

A AS, oficialmente designada de República da AS (Figura 1), é o segundo maior Estado Árabe (atrás da Argélia). Localiza-se na Península da Arábia, estendendo-se pelas suas zonas Norte e Centro, ocupando 4/5 do território. Tem como fronteiras terrestres: a Norte, a Jordânia, o Iraque e o Kuwait; a Sul, o Iémen; a Este, o Qatar, os Emiratos Árabes Unidos e o Omã. A Oeste, localiza-se o Mar Vermelho e a Este o Golfo Pérsico. As principais cidades que a compõem são Riade (capital), Jedá, Meca, Medina e Al-Ahasam tendo todas mais de um milhão de habitantes, e a Capital Riade com mais de 5 milhões (Blanchard C. , 2018). Apresenta uma área de 2.149.960 Km² (Infoplease , 2018).



Figura 1 – Arábia Saudita.

Fonte: Blanchard C. (2018).

A população tem crescido de forma acentuada (Figura 2) (Figura 3). Em 1980, tinha uma população de cerca de 9,8 milhões de habitantes e tem hoje cerca de 33,8 milhões, mais que triplicando a população (CIA, 2018).

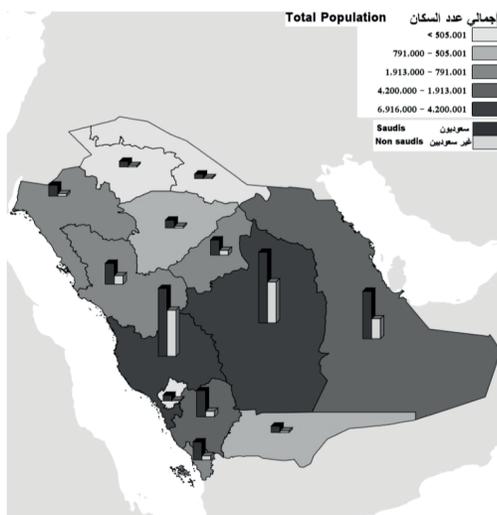


Figura 2 – Total de população Saudita e Não Saudita (Sauditas e Não Sauditas).

Fonte: Central Department of Statistics (2017).

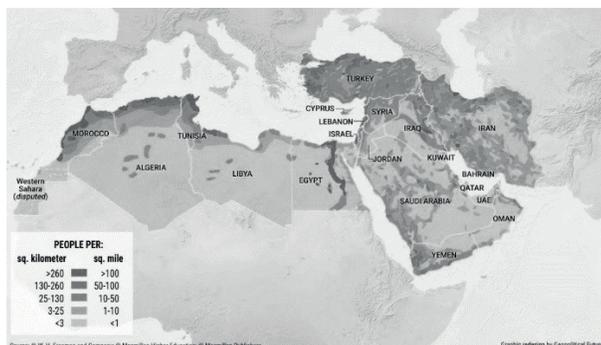


Figura 3 – Total de população Saudita e Não Saudita (Sauditas e Não Sauditas).

Fonte: Friefman (2018).

Tem, atualmente, das taxas de crescimento mais baixas, quando comparado como os restantes países do Médio Oriente, já que Jordânia, Iraque, Omã e Iémen suplantam os 2% (Figura 4).

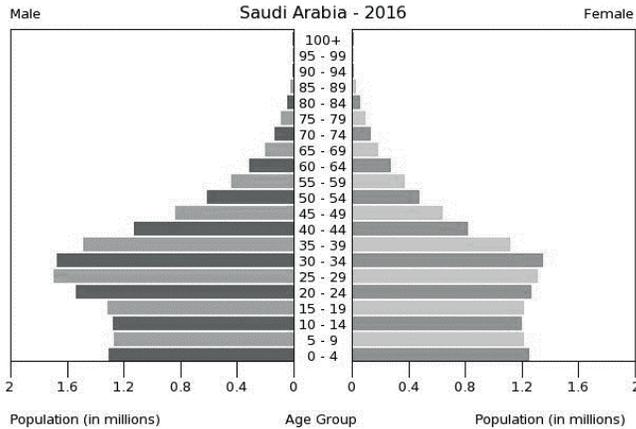


Figura 4 – Distribuição da População (por faixa etária).

Fonte: Central Intelligence Agency (2018).

A educação é tida como fator para o sucesso. É objetivo para 2020 que 80% dos pais estejam relacionados com as atividades escolares dos filhos, de acordo com o programa “*Irtiqaa*”, que estabelece uma plataforma interativa de comunicação entre os agentes de educação, numa lógica ocidental. Adicionalmente, ao nível universitário, através do *National Labor Gateway*, estuda-se atualmente os perfis adequados ao setor socioeconómico. Mantém, na atualidade, parcerias com universidades internacionais (SaudiArabia.Gov, 2018). Importa refletir o apoio dos EAU, mantendo um acordo bilateral para educação, cobrindo cerca de 58 mil alunos universitários (Blanchard C. , 2018).

Ao nível cultural, vive-se uma tensão entre duas perspetivas: por um lado, uma perspetiva conservadora, que defende a existência de um país culturalmente uniforme, assente na matriz wahabista sunita e nos valores tribais da região de Najd (de onde é originária a família real), procurando uma homogeneização da comunidade nacional; por outro lado, uma perspetiva progressista, que reconhece a existência de uma comunidade diversificada e que exige, portanto, uma estratégia pluralista (Ferreira, 2016).

De acordo com Ferreira (2016), o aspeto religioso é um dos pilares fundamentais e que mais ressoa na política externa⁶. Nesta dimensão da religião há dois aspetos centrais: considerarem que têm deveres islâmicos acrescidos no Médio Oriente e importância do Wahababismo. Quanto ao primeiro aspeto, é importante realçar que se consideram os guardiões das “cidades santas de Meca (local de

⁶ Os outros dois relacionam-se com terem das maiores reservas de petróleo e o apoio das sucessivas administrações americanas.

nascimento do Maomé) e Medina (local onde o Profeta veio a falecer e onde se recolheu após a Hégira⁷) (Ferreira, 2016, p. 100), o grande destino da *Hajj*⁸ e o local para onde os muçulmanos se orientam para rezar). Relativamente ao segundo, pela importância wahabista na formação do Estado e que se mantém como identidade cultural e social. Ainda no campo religioso, atente-se à avassaladora maioria da população islâmica, com mais de 90%, e nesta fatia uma preponderância dos sunitas com, também, mais de 90% (Figura 5).

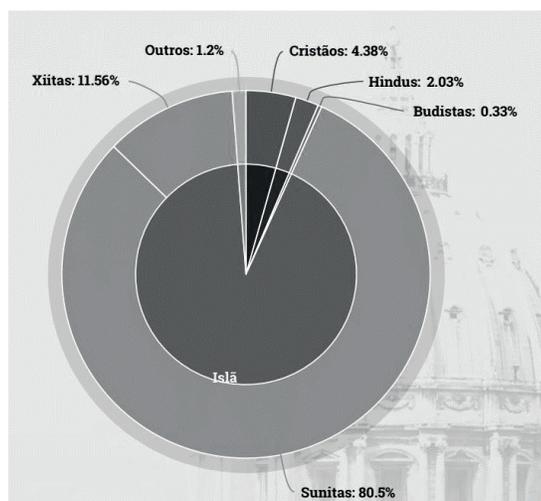


Figura 5 – Distribuição da População por Religião.

Fonte: ACN Brasil (2018).

Esta dimensão religiosa influencia tremendamente a sociedade saudita. Vamos refletir sobre as liberdades. Os cidadãos são obrigados a ser muçulmanos e a seguir a interpretação estrita wahabista⁹, sendo proibido a promoção pública de outras interpretações. A conversão a outra religião é considerada apostasia, que é condenável com pena de morte¹⁰.

No que se refere ao fator Recursos Naturais, importa saber que a AS é o maior produtor mundial de Petróleo e detém $\frac{1}{4}$ das jazidas de petróleo no mundo, mais de 260 bilhões de barris. A maior parte das reservas estão situadas nas províncias a Leste. As suas refinarias produzem cerca de 12 milhões de barris por dia. Esta capacidade produtiva coloca o país como ator único na cena energética

⁷ Hégira representa a migração de Maomé e dos seus seguidores de Meca para Medina. É um acontecimento fundamental para a história do Islão, representando a base do seu calendário religioso.

⁸ Peregrinação anual a Meca e obrigatória para os muçulmanos (pelo menos uma vez na vida)

⁹ Porém, este termo não é usado no país.

¹⁰ É proibido enterrar o não muçulmano no país, embora exista pelo menos um cemitério público não islâmico.

mundial, assumindo-se em momentos de crise como regulador, como foi o caso das Crises no Golfo 1990-91 e Iraque 2003 (SaudiEmbassy, 2018).

Na visão para 2030, o Rei assume a produção de gás e petróleo como pilares da economia e assume a colocação de 5% da ARAMCO¹¹ para fundo de investimento público (Figura 6). No entanto, este assunto tem sofrido atrasos, sendo alvo de grande debate no setor político e económico¹² (Blanchard C. , 2018).

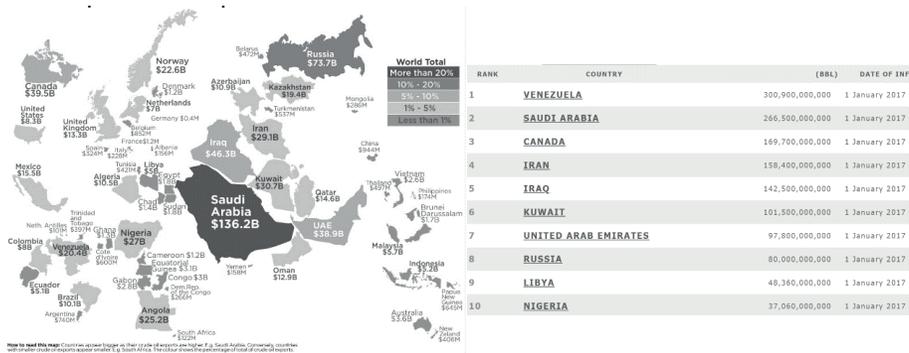


Figura 6 – Ratio de Produção e Distribuição de Petróleo.
 Fonte: HMoney (2018) e General Authority for Statistics (2018).

O Reino tem projetado um programa extremamente ambicioso de expansão do nuclear, com a construção de 16 reatores, com custos acima dos 100 bilhões de dólares, com a capacidade de produzir 22GWh, cerca de 20% de toda a produção estimada para 2030. Este projeto visa diminuir a dependência energética do Petróleo (Forum on Energy, 2018).

7.2.1.2. Fator Científico-Tecnológico

Este fator é central para os sauditas se posicionarem para o futuro. Na visão para 2030, o Rei define como objetivos: desenvolvimento do setor da energia, com enfoque nas energias renováveis; aumento do investimento na tecnologia, com a intenção de criar empresas tecnológicas de defesa e desenvolvimento das telecomunicações (SaudiArabia.Gov, 2018).

Nesta linha, existem diversas parcerias entre o Estado e o setor privado impulsionado a investigação. A ARAMCO, em cooperação com a *King Abdulaziz City for Science and Technology*, estão a desenvolver um combustível limpo. Também a SABIC, a maior companhia petroquímica do mundo, tem um projeto para desenvolver e adensar a rede de unidades fabris no país (WIPO, 2013).

¹¹ Companhia Petrolífera da AS e totalmente detida pela família real.
¹² Analistas económicos apontam à valorização de 1 a 2 trilhões de dólares.

O plano que norteia a investigação tecnológica e científica é designado por *The National Science, Technology and Innovation Policy*, para ser implementado até 2030. As prioridades governamentais para a ciências são: Petroquímica, Ciências da Saúde e da Vida (biogenómica e nanobiologia), Tecnologias da Informação (cibersegurança), Energia (renováveis, petróleo e gás), Água (dessalinização) e ambiente (UK Science & Innovation Network, 2017).

7.2.1.3. Fatores Político, Administrativo, Económico, Social e Cultural.

AAS tem um regime monárquico hereditário, em que o Rei é simultaneamente chefe do Estado, do Governo, Guardião das duas Mesquitas e Comandante Supremo das Forças Armadas. Os poderes do rei são limitados pela *Sharia*¹³ e não existe uma diferenciação entre as responsabilidades da Igreja e Estado, pelo que o Corão e a *Sunna*¹⁴ são a Constituição do Estado (Ferreira, 2016).

Salman bin Abdulaziz al-Saud subiu ao poder em 2015. O poder executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, nomeado pelo monarca e o Poder legislativo é da responsabilidade de um conselho de ministros que conta com 150 membros, num mandato de quatro anos aprovado pelo rei (Ferreira, 2016).

O regime imposto restringe a maior parte dos direitos e liberdades civis. Não há cargos políticos eleitos. O regime promove uma apertada vigilância, criminalização de dissidentes, promove o sectarismo, alimenta as elites e discrimina minorias (FreedomHouse, 2018).

A nível económico, a AS é um dos países árabes mais ricos do mundo (Figura 7) (Figura 8). Dispõe de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, descobertas em 1930, catapultando-a para os lugares cimeiros (Ferreira, 2016).

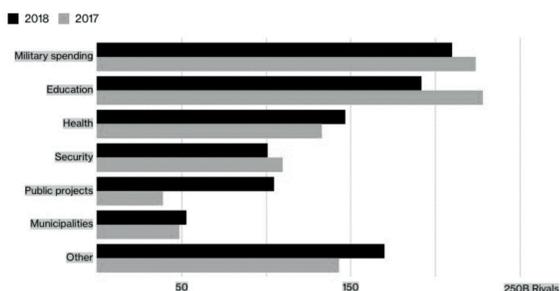


Figura 7 – Allocation of the Saudi 2017 e 2018 Budgets.

Fonte: CSIS (2018).

¹³ Não pode promulgar leis.

¹⁴ Síntese de costumes e práticas do Islão.

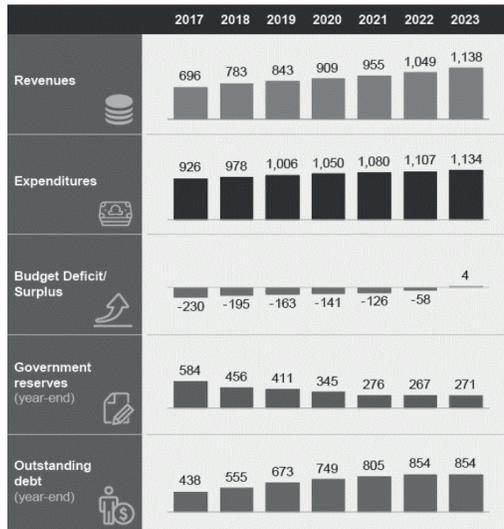


Figura 8 – Projecções Fiscais do Governo Árabe para o período 2017-2023.

Fonte: SaudiArabia.Gov (2018).

Apresenta um dos níveis de vida mais caros do Médio Oriente, com um PIB/per Capita superior a 20000 dólares. Apresenta, no entanto, uma taxa de desemprego de cerca de 12% (Santader, 2018).

A força económica imprimida pelos Petrodólares, conforme Figura 9, tem lançado a AS no Sistema Internacional. Participa assiduamente em fóruns como o G-20, a Organização Mundial do Comércio ou o Conselho para a Cooperação no Golfo, da qual é fundador. Desde a década de 1970 que tencionava não ser só o “centro da política árabe e mundial [...] como um ator de relevo no Médio Oriente para o que contou com o apoio das sucessivas administrações norte-americanas” (Ferreira, 2016).

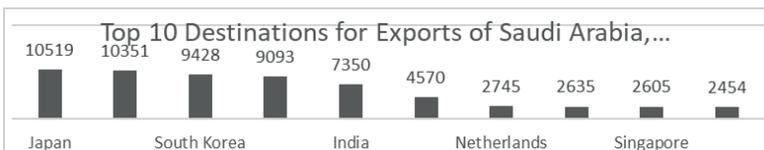


Figura 9 – Comparativo entre o GDP e o Preço do Petróleo.

Fonte: Infoplease(2018) e Forecastchart (2018).



Figura 10 – Importações da AS.

Fonte: Infoplease (2018) e Forecastchart (2018).

Além dos EUA, a AS tem extrema importância para a União Europeia no que diz respeito às importações para a EU (Figura 11), representando cerca de 16,3%, sendo os principais bens petróleo e gás natural (European Parliamentary, 2017).

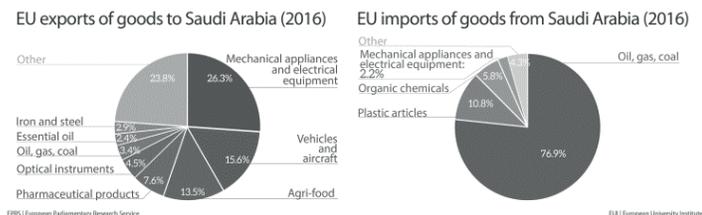


Figura 11 – Arábia Saudita e União Europeia - Importações e exportações.
 Fonte: European Parliamentary (2017).

7.2.2. Fator Militar

De acordo com o *International Institute for Strategic Studies*, a AS tem um investimento na sua capacidade militar superior ao valor somado dos cinco seguintes maiores investidos do Médio Oriente (Iraque, Irão, Israel, Argélia e Omã) (Dudley, 2018).

Contém no seu dispositivo de forças Exército, Marinha (que inclui *Marines* e *Special Forces*), Força Aérea, Forças de Defesa Aérea e Forças de Lança Foguetes Estratégicos, e *National Guard*, num total de 63 mil militares (NTI, 2018).

É objetivo estratégico começar a produzir internamente material militar. Apesar do avultado investimento na capacidade militar, conforme Figura 12, apenas 2% é investido em empresas nacionais. Assim têm o objetivo da investigação e produção em empresas nacionais, para o setor da defesa, representar 50% do investimento. A indústria aeronáutica terá forte peso (SaudiArabia.Gov, 2018).

RANK	COUNTRY	(% OF GDP)	DATE
1	OMAN	13.73	2016
3	SAUDI ARABIA	9.85	2016
6	ISRAEL	5.62	2017
8	UNITED ARAB EMIRATES	4.86	2017
9	KUWAIT	4.83	2015
10	JORDAN	4.80	2017
11	BAHRAIN	4.59	2015
13	ARMENIA	4.09	2016
16	YEMEN	3.97	2014
17	AZERBAIJAN	3.64	2016
18	IRAQ	3.63	2016
31	LEBANON	2.91	2017
35	IRAN	2.69	2015
44	GEORGIA	2.23	2016
64	TURKEY	1.73	2016

Figura 12 – Investimento no Setor da Defesa (países no Grande Oriente Médio).
 Fonte: General Authority for Statistics (2018).

A AS não possui armas de destruição maciça e é signatária dos tratados e acordos mais relevantes. Possui cerca de 36 Dongfeng-3 e mísseis balísticos de médio alcance. Ao nível nuclear, apesar de ser signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, vem-se propondo a desenvolver a indústria nuclear (NTI, 2018).

Nos últimos tempos, e com a administração Trump, os EUA tentam fortalecer os laços com a AS, reafirmando que este é um parceiro importante no mercado de armamento, tendo ambos celebrado um acordo de venda de armas de mais de 65 bilhões de dólares e serviços de defesa em 139 bilhões de dólares, investimento justificado pelas iniciativas de defesa contra o terrorismo. Sendo a AS neste momento o segundo país com maior importação de armas, conforme se demonstra na Figura 13 (Blanchard C. , 2018).

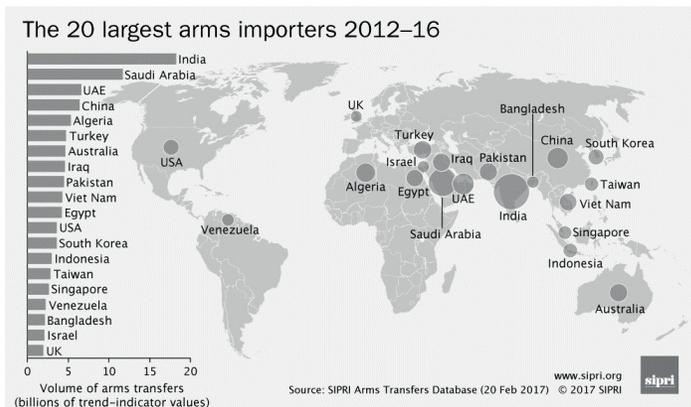


Figura 13 – Arábia Saudita e União Europeia - Importações e exportações.
 Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (2017).

7.2.3. Síntese Conclusiva

Através da análise geopolítica da AS constata-se que os recursos naturais constituem um ponto forte e oportunidade para manter, e eventualmente reforçar, as relações diplomáticas com potências ocidentais. As idiosincrasias internas despoletadas por clivagens sociais, separatismos étnicos e religiosos, concentração de poder na família real e restrições graves à liberdade de expressão aludem a fraturas que minam a coesão social interna.

Tendo como aspiração central a hegemonia na região, conclui-se que o poder reside na dimensão recursos tendente a uma forte economia que a eleva como um dos principais reguladores mundiais do preço do petróleo, bem justificados pela sua posição dominante em diversas ligações diplomáticas. Fica, no entanto, a ideia, que o nível das outras dimensões é catalisada por este binómio recursos e economia, surtindo num nível elevado de poder no contexto regional externo, mas desequilibrado.

7.3. A ARÁBIA SAUDITA E O CONTEXTO REGIONAL

7.3.1. Relações com atores regionais e globais

Após a análise geopolítica da AS por fatores, vamos estabelecer as ligações a atores externos, percecionando qual o tipo de relação e o fator ou fatores que a justificam.

Para Ana Pinto (2016), a AS mantém como linhas orientadoras para a sua política externa, há já algum tempo, “a manutenção de uma aliança privilegiada com os EUA, a promoção do processo de paz israelo-palestiniano, a estabilização do Iraque e a contenção do Irão.”

Neste sentido, e seguindo as dimensões utilizadas na análise geopolítica do País, vamos refletir sobre as ligações geopolíticas com atores regionais e globais.

7.3.1.1. Atores Regionais – minoria xiita.

Nos fatores de Humanos e Históricos, com foco na heterogeneidade étnica e religiosa do Médio Oriente, conforme Figura 14, importa analisar as relações entre sunitas (religião saudita predominante) e xiitas (religião minoritária, mas com bastante representação em países fronteiriços, principalmente Irão).

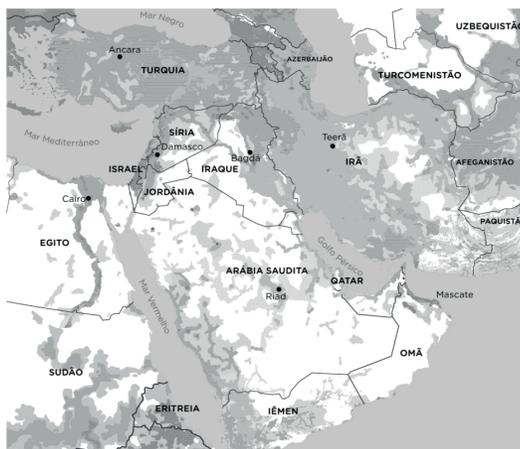


Figura 14 – Predominância religiosa na região.

Fonte: Ducroquet, Simon (2016).

Entendemos os xiitas da AS merecer análise pela ligação religiosa aos xiitas do Irão, embora não sejam atores com alcance na cena internacional, na medida em que não têm nem a racionalidade nem a capacidade dos Estados. No entanto, segundo Cabral Couto (1988, p. 5), outros atores territoriais, que não Estado, organizações territoriais e organizações internacionais, podem ser considerados.

A AS diferencia-se dos restantes países muçulmanos pela responsabilidade atribuída ao seu Rei de guardar as cidades santas de Meca e de Medina, posicionando o país, no entender do seu povo, no lugar cimeiro para representar o mundo árabe. Também, desde os alvares da sua origem, quando Muhammad Bin Saud e Muhammad Abd alWahhab se aliaram, ficou bem firmada uma ligação umbilical entre o wahabismo, que defendia uma interpretação pura do islão sunita (Ferreira, 2016).

Em oposição a esta presunção de superioridade na comunidade sunita islâmica (principalmente os da AS), insurgem-se os xiitas do Irão que, em 1979, sobem formalmente e pela primeira vez ao poder, lançando bases para o reeditar de um conflito bem antigo. Este acontecimento fica bem vincado na exigência do *ayatollah* Ruhollah Khomeiny de querer a gestão dos lugares santos partilhada entre os dois países (Conesa, 2015).

As disputas entre sunitas e xiitas afetam sete países na região: Afeganistão, Iraque, Síria, Paquistão, Líbano, Iémen e Bahrein. Para Ana Pinto (2016), este facto pode constituir “o maior desafio externo à AS [...] pelo risco que representa a promoção do designado arco xiita”.

É de toda a relevância perceber fundamentalmente dois aspetos: primeiro, que o arco xiita é uma representação das maiorias xiitas no Irão, Iraque e Líbano; segundo, que alinhados ideologicamente com os xiitas, encontramos os *Houthis* do Iémen.

7.3.1.2. Atores Regionais - Irão

Regionalmente e quanto aos fatores económico, humano, social-cultural e militar, importa relevar as ligações ao Irão, porquanto a sua maior ameaça.

O Irão assenta a sua política externa em dois pilares: pragmatismo e ideologia, num sentimento de contexto regional e internacional desfavorável que não lhe têm consentido a liderança regional, apenas o têm feito disputar (Simão, 2016).

Com efeito, o conflito Irão-Iraque da década de 1980, fez pender o apoio saudita para o Iraque¹⁵, havendo, porém, a noção de ambas as partes representarem ameaças. Estávamos então, no pleno de uma guerra total onde foram usados todos os vetores de poder¹⁶ que gerou grande impacto na comunidade internacional e nas dinâmicas do Médio Oriente.

Além disso, é seguro afirmar que se encontram em 2019, prontos para efetuar testes de fissão nuclear. Paralelamente, a corrida ao armamento, efetivando-se na capacidade míssil e vigilância por *drones*, tem pressionado a AS (CSIS, 2018).

¹⁵ Em larga medida porque o Irão era lidera pelo xiita Ayatollah Khomeini

¹⁶ Diplomático, Informacional, Militar e Económico.

Regionalmente, importa referir uma crescente influência, mantendo laços com o *Hezbollah* do Líbano, com o regime de Assad na Síria, com elementos radicais e anti-regime no Iraque, alguns *Warlords* no Afeganistão, elementos extremistas no Bahrein, *Houthi* no Yémen e grupos hostis da franja populacional xiita na AS (Blanchard C. M., 2018).

A ligação entre a AS e o Irão é de receios mútuos. A disputa pela hegemonia nos diversos palcos na cena regional, mas que todos entroncam no fator religioso, leva a um insuspeito respeito mútuo. No entanto a opção nuclear do Irão leva a um repensar deste equilíbrio e a uma parada e contra-ataque da AS.

7.3.1.3. Atores Regionais – Iraque

No arco histórico tem havido momentos de grande proximidade entre a AS e o Iraque. Logo na década de 1980, com o objetivo estratégico de escoar o petróleo para o Golfo Pérsico, foram construídos oleodutos em solo saudita, dando mais possibilidade à apenas única passagem pelo porto de Basra (Magalhães, 2016).

Como se viu, também na guerra Irão-Iraque, a AS apoiou o Iraque. Mas na sequência do conflito, o período de instabilidade tornou inviável o fortalecimento de uma ligação. De facto, no pós-guerra, a AS não se tem assumido como parte da solução, temendo a predominância xiita e considerando-o um estado fragilizado, facilmente influenciável pelo Irão, através das milícias xiitas, ou até da comunidade xiita, no geral (Blanchard C., 2018).

Além do mais, também reconhece que esta situação comporta perigo. As boas relações com os EUA tornam-os um alvo apetecível (Ferreira, 2016).

Em janeiro de 2016, a Arábia Saudita reabriu sua embaixada em Bagdad pela primeira vez desde 1990, como uma demonstração de parceria e boa fé com o governo iraquiano (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

7.3.1.4. Atores Regionais – Catar

Este pequeno emirado é uma das maiores potências energéticas do mundo, contando com a terceira reserva de gás natural do planeta e importantes jazidas de petróleo (G1 Authors, 2017).

O Catar tem procurado explorar as contradições entre os países do Golfo Pérsico para aumentar a sua liderança regional, o que levou a uma rota de colisão com a AS (G1 Authors, 2017).

Em junho de 2017, a AS cortou relações diplomáticas com o Catar. Este foi o corolário de algumas medidas tomadas por este pequeno país, procurando afirmação como ator regional, das quais se destacam a permissão para ser construída uma importante base aéreo-naval dos EUA, a intervenção militar na Síria e Líbia e a ação direta contra as forças de Kadafi (G1 Authors, 2017). Não obstante, este corte diplomático veio no seguimento de fundadas acusações de apoio à Irmandade Muçulmana, de relações de proximidade com xiitas e manifestações públicas de apoio a Teerão. As consequências não demoraram, aumentando o preço do petróleo em 1,24% e fechando-se as fronteiras com a AS, sua principal fornecedora de bens de consumo. Este bloqueio teve grande impacto na sociedade e fez soar o alarme de um eventual afastamento dos EUA (G1 Authors, 2017).

7.3.1.5. 2.1.5. Atores Regionais – Emirados Árabes Unidos

A guerra Irão-Iraque teve o condão de aproximar diplomaticamente os EAU da AS. Manifestaram-se, nessa ocasião, com voz ativa na condenação da invasão do Kuwait em 1990. No arco histórico, na década de 90 houve um resfriamento dessa relação, por não acompanhar a AS no reconhecimento do regime Taliban no Afeganistão (Crystal, 2018).

Em 2011, o fenómeno das Primaveras Árabes gerou efeitos na definição da política externa dos EAU, consubstanciado no apoio financeiro e militar ao Bahrein para eliminar focos de tensão interna. A partir de então tem-se assistido a uma capacitação do instrumento militar e um reforçar das relações, já de si positivas, com a AS, como o prova ter integrado a coligação militar contra os rebeldes *Houthis* no Iémen (Crystal, 2018).

Os EAU também participaram ativamente no bloqueio ao Catar, em 2017, um movimento interpretado por muitos como uma tentativa de evitar a influência de rivais políticos na região, especialmente o Irão e a Irmandade Muçulmana (Crystal, 2018).

7.3.1.6. Atores Globais – Reino Unido e EUA

A AS considera planos de cooperação em diversas áreas, que se enquadram principalmente nos fatores científico-tecnológico, político-administrativo, económico e militar, com países ocidentais. Importa realçar, neste particular, a fortíssima cooperação com o Reino Unido, que a coloca na segunda posição dos países que mais cooperam, embora existam outras fortes ligações com França. O motor do desenvolvimento tecnológico é a *King Abdullah University of Science and*

Technology (KAUST), que implementou 1852 projetos (UK Science & Innovation Network, 2017).

Porém, a ligação com os EUA constitui, para Ana Ferreira (2016) “ pilar fundamental do regime e da política externa [...] porque só o respaldo americano tornou possível ao regime sobreviver às pressões internacionais de aproximação aos parâmetros ocidentais de aproximação aos parâmetros ocidentais de democratização”.

Esta ligação iniciou-se na década de 1980, num contexto de bipolaridade e, portanto, com inegável interesse americano em gozar de uma aliança no Golfo Pérsico para travar o expansionismo russo. Incrementou-se em 1991, com a Guerra no Golfo, em que o monarca saudita se evidenciou como uma das vozes de mediação, encabeçando a liga árabe no processo e representando a comunidade islâmica, assumindo-se, portanto, com grande relevo e com capacidade de interferir com os atores globais (Ferreira, 2016).

No dealbar do conflito, as forças americanas permaneceram em bases na AS e só o ataque às Torres Gémeas fez estremecer esta aliança já sólida. De qualquer forma, é inequívoca a saída de petróleo da AS para os EUA e entrada de apoio diplomático, financeiro e militar, como o comprova os diversos projetos, estando envolvidos cerca de 110 biliões de dólares¹⁷ (Blanchard C. , 2018).

Importa, no entanto, espelhar dois aspetos fundamentais nesta ligação: (i) a AS é dependente dos EUA e do USCENTCOM; (ii) o interesse dos EUA nesta aliança está tendencialmente a diminuir, decorrente, por um lado da sua crescente produção de petróleo, por outro do acumular de erros na Síria e Iraque, que faz questionar toda esta interdependência ou o grau em cada parte necessita da outra (Figura 15) (CSIS, 2018).

¹⁷ Inclui 4 navios de combate, 115 M1A2S, PAC-3 *Patriot*, UH-60 e UH-47, um programa de 18 biliões para desenvolver a capacidade C3I, sistema antimíssil THAAD, programa de treino da Força Aérea para ataques de precisão.

Formal Notification Date	System	Recipient Force	Pos. Value
August 2009	CNS-ATM	RSAF	\$1.500
August 2009	TASS	RSAF	\$0.530
December 2009	SANG Modernization	SANG	\$0.177
September 2010	Blanket Order Training Program	RSAF	\$0.350
October 2010	F-15 Sales, Upgrades, Weaponry and Training	RSAF	\$29.400
October 2010	APACHE, BLACKHAWK, AH-6i, and MD-530F Helicopters	SANG	\$25.600
October 2010	APACHE Longbow Helicopters	RSLF	\$3.300
October 2010	APACHE Longbow Helicopters	Royal Guard	\$2.200
November 2010	JAVELIN Missiles and Launch Units	—	\$0.071
May 2011	Night Vision and Thermal Weapons Sights	RSLF	\$0.330
June 2011	CBU-105D/B Sensor Fuzed Weapons	RSAF	\$0.355
June 2011	Light Armored Vehicles	—	\$0.263
June 2011	Light Armored Vehicles	SANG	\$0.350
September 2011	Howitzers, Fire Finder Radar, Ammunition, HMMWVs	—	\$0.886
October 2011	Up-Armored HMMWVs	RSLF	\$0.033
December 2011	PATRIOT Systems Engineering Services	—	\$0.120
August 2012	RSAF Follow-on Support	RSAF	\$0.850
August 2012	Link-16 Systems and ISR Equipment and Training	RSAF	\$0.257
November 2012	C-130J-30 Aircraft and KC-130J Air Refueling Aircraft	RSAF	\$6.700
November 2012	RSLF Parts, Equipment, and Support	RSLF	\$0.300
November 2012	PATRIOT (PAC-2) Missiles Recertification	RSADF	\$0.130
June 2013	SANG Modernization Program Extension	SANG	\$4.000
July 2013	Mark V Patrol Boats	RSNF	\$1.200
August 2013	RSAF Follow-on Support	RSAF	\$1.200
October 2013	U.S. Military Training Mission (USMTM) Program Support Services	MOD	\$0.090
October 2013	SLAM-ER, JSOW, Harpoon Block II, GBU-39/B Munitions	RSAF	\$6.800
November 2013	C4I System Upgrades and Maintenance	RSNF	\$1.100
December 2013	TOW 2A and 2B Missiles	RSLF	\$0.170
December 2013	TOW 2A and 2B RF Missiles	SANG	\$0.900

Formal Notification Date	System	Recipient Force	Pos. Value
April 2014	Facilities Security Forces- Training and Advisory Group (FSF-TAG) Support	MOI	\$0.080
August 2014	AWACS Modernization	RSAF	\$2.000
October 2014	Patriot Air Defense System with PAC-3 enhancement	—	\$1.750
May 2015	MH-60R Multi-Mission Helicopters	—	\$1.900
July 2015	Ammunition	RSLF	\$0.500
July 2015	Patriot Advanced Capability-3 (PAC-3) Missiles	—	\$5.400
October 2015	UH-60M Black Hawk Utility Helicopters	RSLF Aviation Command	\$0.495
October 2015	Multi-Mission Surface Combatant Ships	RSNF	\$11.250
November 2015	Air-to-Ground Munitions	RSAF	\$1.290
February 2016	MK 15 Phalanx Close-In Weapons System (CIWS) Block 1B Baseline 2 Kits	RSNF	\$0.154
February 2016	USMTM Technical Assistance Field Teams and other Support	—	\$0.200
August 2016	M1A2S Tanks and Related Equipment	RSLF	\$1.150
December 2016	CH-47F Chinook Cargo Helicopters	RSLF Aviation Command	\$3.510
January 2017	Persistent Threat Detection System (PTDS) Aerostats	RSLF	\$0.525
May 2017	Naval Training Blanket Order	RSNF	\$0.250
June 2017	Air Force Training Blanket Order	RSAF	\$0.750
June 2017	AN/TPQ 53-V Radar and Support (Counter Indirect Fire)	RSLF	\$0.662
October 2017	Terminal High Altitude Area Defense (THAAD)	RSADF	\$15.000
January 2018	Missile Support Services	—	\$0.500
March 2018	TOW 2B (BGM-71F-Series) Missiles	—	\$0.670
March 2018	RSLF Ordnance Corps FMS Order II	RSLF	\$0.300
March 2018	Maintenance Support Services	RSLF Aviation Command	\$0.106
April 2018	155mm M109A6 Paladin Howitzer System	RSLF	\$1.310
Total			\$138.914

Source: U.S. Defense Security Cooperation Agency (DSCA).

Notes: Possible values noted in sale proposals may not match actual values of concluded contract sales. Direct Commercial Sales not included. Table includes proposed sales to Royal Saudi Air Force (RSAF), Saudi Arabian National Guard (SANG), Royal Saudi Land Forces (RSLF), Royal Guard, Royal Saudi Air Defense Force (RSADF), Royal Saudi Naval Forces (RSNF), Ministry of Interior (MOI), and Ministry of Defense (MOD). Dashes indicate unspecified recipient force.

Figura 15 – Principais vendas do setor da defesa americana à Arábia Saudita.

Fonte: Blanchard C. M. (2018).

7.3.2. Síntese Conclusiva

A AS procura alcançar a centralidade no grande Oriente Médio asseverando possuir os locais sagrados, em torno dos quais orbita toda a comunidade islâmica. O eixo desta centralidade tem sido seguro por duas ligações ao Ocidente. Uma mais ténue e sobretudo relacionada com os fatores científicos, tecnológicos e educacionais à França e Inglaterra, e uma extremamente forte aos EUA, que cobre praticamente todos os fatores, com relevo para o militar.

Esta ligação representa, no entanto, um efeito perverso, dando fulgor ao ódio histórico da comunidade xiita face à sua maioria sunita e que representa uma grande ameaça. No GMO, a corrida ao armamento e nuclearização do Irão, habituado a contar (apenas) consigo próprio, o impasse do conflito israelo-árabe, um Iraque depauperado e vítima fácil para milícias associadas ao xiismo, ligadas uma vez mais ao Irão, tornam esta uma área muito quente.

Para concluir, a manutenção da aliança com os EUA e a definição de posições na região, com enfoque para contenção do Irão e estabilidade do Iraque, dão o mote para a tão ansiada, mas de facto, ainda não consumada hegemonia regional, nem com a Liga Árabe, nem o conselho de Cooperação do Golfo.

7.4. A ARÁBIA SAUDITA E OS CONFLITOS NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO

A Primavera Árabe, o acordo nuclear com o Irão e a ascensão do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (*Daesh*) mudaram a realidade no GMO Alargado nos últimos anos (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Em 2011, a AS estava literalmente cercada pela instabilidade, com revoltas no Bahrein a leste, Iémen a sul, Síria a oeste e Iraque a norte (Echagüe, 2015, p. 81).

Em 2015, o jornal *The Economist* criou um diagrama dos principais aliados e inimigos políticos no Médio Oriente, em resposta à questão de como o então recém-assinado acordo nuclear com o Irão afetaria os conflitos na região (Figura 16). Ali verificam-se as divisões em atores nacionais por conflitos na Líbia, Egito, Líbano, Síria, Iraque e Iémen, e seus vários apoios por grandes influenciadores (Estados Unidos, Rússia, Irão e AS) e pequenos influenciadores (Turquia, Catar, Jordânia, EAU, Bahrein, Kuwait, Marrocos e Paquistão).

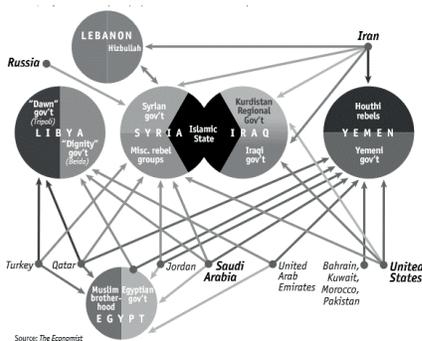


Figura 16 – As principais divergências políticas no Oriente Médio.
 Fonte: The Economist (2015).

Os conflitos refletem múltiplas divisões sobre religião, ideologia, etnia e classe. Mas a divisão sectária - na qual o Irão apoia os xiitas e seus aliados, enquanto a AS apoia sunitas – tornou-se mais acentuada (Economist, 2015).

O Irão e a AS competem pelo papel geopolítico dominante numa região caracterizada por estados frágeis envolvidos em conflitos civis. Mudanças de alianças, sectarismo e a crescente proeminência de atores não-estatais estão a contribuir para um mapa regional cada vez mais violento e instável (Echagüe, 2015).

Durante décadas, a AS tem sido descrita como uma potência conservadora, procurando preservar o status quo no Médio Oriente (Kinninmont, 2016).

A AS emprega múltiplas estratégias na região do GMO Alargado, todas destinadas a assegurar a estabilidade da família real saudita e do Reino. No contexto regional e geopolítico, a AS deseja ser vista como o líder indiscutível dos mundos muçulmano e árabe, usando a sua riqueza em petróleo para garantir a lealdade de países como o Líbano, o Egito e o Iémen, enquanto tenta conter a influência do Irão, que considera um adversário. Por outro lado, a AS também pretende acabar com a ascensão de movimentos xiitas e proxies como o Hezbollah e os Houthis, bem como impedir que grupos terroristas sunitas, como o Daesh e a Al-Qaeda, ameacem a estabilidade do Reino (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017, p. 338).

Assim, as tradicionais ferramentas da diplomacia saudita, como o uso de certos meios de comunicação, incentivos financeiros e credenciais religiosas, têm sido substituídos pelo uso real da força em diferentes países, como no Bahrein, na Síria e no Iémen.

7.4.1. A Arábia Saudita no conflito do Líbano

O sistema político e a infraestrutura de segurança do Líbano estão profundamente afetados pela repercussão da guerra civil na Síria, já que quase um quarto da população do Líbano é composta de refugiados (Council on Foreign Relations, 2018).

Este conflito tem origem na crise dos refugiados da Síria, que fez aumentar as tensões de cariz sectário no Líbano (UNHCR, 2018).

Trata-se de um conflito entre a ideologia e predominância subnacional entre vários grupos militantes sunitas, especialmente o Hay'at Tahrir al-Sham (HTS)¹⁸, de um lado, e o governo, aliado à milícia xiita Hezbollah, parcialmente apoiado pelas Forças Armadas sírias, por outro lado, o qual escalou para uma guerra limitada (HIIK, 2018, p. 186). Ora, como o Hezbollah, apoiado pelo Irão, é um movimento islamita xiita faz aumentar a tensão étnica no país.

Para a AS, o Líbano é uma terra problemática, uma vez que o Hezbollah continua a tentar implementar a sua agenda, independentemente da lei e da ordem. A AS acredita que a lei e a ordem devem prevalecer no Líbano e apoia todos os esforços para encontrar os responsáveis pelo assassinato do ex-primeiro-ministro libanês Hariri e de outras 22 pessoas em Beirute. É por isso que a ajuda saudita ao Líbano aumentou muito desde a guerra israelita, no verão de 2006. O Reino saudita atribuiu vários bilhões de dólares logo após o final da guerra para a reconstrução e uma importante iniciativa educacional. Este foi um esforço sério para reconstruir um Líbano mais forte e mais estável, mas também uma tentativa de reverter a influência do Irão. Por outro lado, os líderes sauditas exercem pressão para o desarmamento do Hezbollah, apoiado por Teerão (Faisal, 2013).

Mas a influência do Hezbollah no Líbano tem vindo a aumentar. O Hezbollah simplesmente comanda o Líbano. Embora deixe questões administrativas como pagar salários do governo, pavimentar as estradas e recolher lixo para o estado, nenhuma decisão importante pode ser tomada sem o acordo do Hezbollah (Abrams, 2017). Por outro lado, o Presidente do Líbano, Michel Aoun, é um aliado do Hezbollah desde 2006.

Por isso, a postura da AS perante o Líbano tem sido fortalecida, através de pressões políticas e económicas, no sentido de não permitir que o Hezbollah governe aquele país. A AS está a aumentar as tensões com o Irão e proxy do Irão no Líbano (Hezbollah), não com o próprio Líbano (Bump, 2017).

As ações do Hezbollah, abandonando qualquer papel nacional e atuando apenas como executor e legião estrangeira do Irão, levam os sauditas a parar de

¹⁸ Em 28 de janeiro de 2018, o principal grupo militante, Jabhat Fatah al-Sham, ex-Jabhat al-Nusra, fundiu-se com outros grupos de oposição sírios, dando origem a uma nova entidade chamada Hay'at Tahrir al-Sham (HTS).

financiar uma situação que permita ao Hezbollah se alimentar do estado libanês, dominar esse estado e usá-lo como plataforma de lançamento de terror e agressão no Médio Oriente Médio, tudo em nome do Irão (Abrams, 2017).

7.4.2. A Arábia Saudita no conflito da Líbia

Desde 2011, após a intervenção militar da OTAN e consequente deposição do ditador Muammar Kadafi, que partidos políticos, tribos e milícias têm lutado pelo poder e controlo dos recursos minerais do país. Desde 2014, o país é governado por duas facções rivais.

Segundo o Council on Foreign Relations (2018), os atores intervenientes no conflito são o Government of National Accord (GNA), baseado em Trípoli, a Câmara dos Representantes em Tobruk (Tunísia), o Libyan National Army (LNA), o Government of National Salvation (GNS), baseado em Trípoli e as milícias Islamitas.

No que diz respeito à intervenção da AS na Líbia, importa referir que regime líbio de Muammar Kadafi “durante quatro décadas, procurou publicamente embaraçar o regime dos Al-Saud e por em causa a sua legitimidade” (Rieger, 2013, p. 3).

Assim, a Primavera Árabe líbia foi vista pelos sauditas como uma oportunidade de derrubar um antigo inimigo e um meio para construir uma imagem positiva de defensores do povo líbio, de modo a aumentar a sua legitimidade interna, abalada pela repressão dos protestos na sua Província Oriental, e por sua postura antirrevolucionária no Bahrein e em Omã. O isolamento político regional e global da Líbia de Kadafi, contribuiu para que a AS não tivesse grandes dificuldades em colaborar para a deposição do ditador líbio.

Além de apoiar politicamente a intervenção da OTAN na Líbia, a AS apoia grupos armados na Líbia que lutam contra as facções islamistas (inspirados/afiliados da Irmandade Muçulmana) (Kirkpatrick, 2015).

7.4.3. A Arábia Saudita no conflito da Síria

O Irão xiita e a AS sunita têm mantido as suas *proxy wars* por todo o Oriente Médio há vários anos, e a Síria é apenas uma das várias que ocorrem atualmente (uma guerra política no Líbano, uma real no Iémen e uma mistura de ambas no Iraque) (Bremmer, 2018).

A guerra civil na Síria iniciou-se em 2011 com uma forte contestação ao Governo de Bashar al-Assad. Os atores envolvidos neste conflito são: a National Coalition for Syrian Revolutionary and Opposition Forces (NC); o Free Syrian Army, que representa o braço armado da NC; grupos islamitas como o Ahrar al-Sham e o Há'yat Tahrir al-Sham (HTS); as forças governamentais, com o seu Syrian Arab

Army (SAA), apoiadas pelo Irão, várias milícias Shiitas da Síria e países vizinhos, destacando-se o Líbano através do Hezbollah (HIIK, 2018, p. 192).

Na Síria, a AS tem grupos armados de oposição a combater o regime de Bashar Al-Assad, desde o início da revolução em 2011.

Já em 2013, o Príncipe Al Faisal afirmava que a AS iria continuar a fazer tudo o que pudesse para levar estabilidade à Síria, agindo de acordo com os seus princípios básicos: paz, cooperação e progresso. Mas, juntamente com a diplomacia, deveria haver um nível de igualdade entre os combatentes no terreno, pelo que fornecer as armas defensivas necessárias ao povo sírio para se defender era o que poderia levar a um acordo político (Faisal, 2013).

Assim, a AS tem usado todo o seu poder económico para financiar grupos rebeldes sírios que lutam contra o governo de Assad. Riade tem dado apoio e financiado o Exército Livre da Síria, enquanto que permite as mobilizações de grupos salafistas-jihadistas através de canais de televisão via satélite instaladas em solo saudita (Souza & Jardim, 2015). O Reino saudita já forneceu armas de alta qualidade, como os mísseis anti-tanques TOW, bem como assistência técnica aos grupos rebeldes que lutam contra as forças sírias, na tentativa de infligir uma pesada derrota a Assad e diminuir o controlo e a influência do Irão sobre Damasco - uma aliança que parecia inabalável antes da primavera árabe.

A decisão da AS de atuar intensamente em prol da queda do regime de Assad, pode ser examinada a partir do posicionamento saudita a respeito de ameaças e oportunidades, nos níveis interno, regional e global: internamente, a substituição do governo de Assad, pró-Irão xiita, por um sunita (aliado à AS), aumentaria a perceção interna identitária da liderança saudita no mundo sunita; regionalmente, a queda do atual regime sírio representaria uma redução do poder regional iraniano, e conseqüentemente uma diminuição das ameaças à segurança saudita; globalmente, o facto da administração síria ser mal vista pelo Ocidente (sobretudo pelo aliado EUA), impede maiores estrangimentos estruturais para ações sauditas contra este país.

7.4.4. A Arábia Saudita no conflito Israelo-Palestiniano

O conflito remonta a finais do Séc. XIX, sendo fundamentalmente uma disputa territorial. Os atores intervenientes são Israel, a Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) e o Hamas, que é o movimento fundamentalista islâmico sunita mais significativo da Palestina.

Na Cisjordânia, a ANP, uma entidade quase estatal, não está a perpetrar atos terroristas contra Israel, mas sim a coordenar com Israel contra células terroristas e atos individuais de violência (que põem ambos em perigo). No entanto, existe uma

constante ameaça de baixo nível. Apesar da cooperação militar e de segurança, a ANP emprega uma guerra diplomática e política contra Israel, ameaçando a sua reputação e legitimidade internacional (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017, p. 255).

A relação entre a AS e Israel é uma espécie de aliança de interesses, com os interesses relacionados novamente com o Irão. Os sauditas e os israelitas compartilham um inimigo comum no Irão e um senso comum de ameaça (Bump, 2017).

Embora nunca tenham tido relações diplomáticas formais, a AS e Israel mantêm relações encobertas em relação a interesses mútuos de segurança nacional. Os dois estados compartilham interesses contra ameaças regionais contemporâneas: ambos procuram impedir a aspiração do Irão de se tornar uma potência nuclear na região; veem a diminuição das capacidades do Hezbollah como uma componente essencial nesse esforço; compartilham o interesse em derrotar as organizações extremistas sunitas, incluindo o Daesh e a al-Qaeda (que apresentam uma ameaça substancial aos seus aliados comuns - Egito e Jordânia). Como resultado dessas perspectivas alinhadas, ambos os estados agem pelos mesmos interesses regionais em esforços paralelos e complementares: a AS arma e financia grupos rebeldes que combatem o eixo Irão-Hezbollah-Síria e fornece apoio económico à Jordânia; Israel opera para enfraquecer o Hezbollah e fornece à Jordânia assistência de segurança (principalmente em informações e treino) (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017, p. 261).

Mas recentemente a AS tem vindo a apoiar abertamente uma solução de dois estados para o conflito israelo-palestiniano (Kinninmont, 2016).

Em abril de 2018, o príncipe Mohammed Ben Salman, da AS, declarou que Israel tem o “direito” de ter as suas próprias terras ao lado dos palestinianos e que há muitos interesses que compartilham com Israel”. Esta declaração foi considerada como uma grande mudança na diplomacia da AS e a evidência de uma suposta aproximação com Israel (Marteu, 2018).

No entanto, desde sempre a AS foi apoiante da causa palestiniana. Al Faysal, em 2013, afirmava que “o Reino continua a apoiar a Autoridade Palestiniana” e que “a AS está com os países membros da ONU que desejam fazer uma declaração oficial reconhecendo o estado da Palestina” (Faisal, 2013, p. 7).

Recentemente, o rei Salman reafirmou as suas “posições sobre a causa palestina e os direitos legítimos do povo palestino de estabelecer um estado independente com Jerusalém como sua capital (Marteu, 2018).

Assim, a liderança saudita está a conduzir uma estratégia ambivalente em relação ao conflito israelo-palestiniano: enquanto o rei procura preservar a tradicional postura pró-palestina do Reino, o príncipe herdeiro está a promover

uma visão mais pragmática e reformista. Entre a postura legitimista do pai e as perigosas ambições do filho, a AS está a jogar um jogo arriscado e ambíguo com os palestinos (Marteu, 2018).

7.4.5. A Arábia Saudita no conflito do Iémen

A AS exerce há muito tempo um papel importante no Iémen, procurando mitigar várias ameaças ao Reino por meio de relações de ligação e intervenções de segurança. As autoridades sauditas expressaram uma crescente preocupação com a evolução do Iémen ao longo de 2014, quando o processo de transição apoiado pela AS foi paralisado. Uma aliança entre o movimento Zaydi Shia, no norte do Iémen, conhecido como *Houthis* e as forças leais ao já falecido ex-presidente Ali Abdullah Saleh, tornou-se mais agressiva nas suas tentativas de coagir as autoridades de transição (Blanchard C. M., 2018, p. 31)

Em meados de 2014, as forças pró Saleh e Houthi assumiram o controlo da capital iemenita, Sana'a, e, em setembro de 2014, continuaram as operações militares em violação de um acordo de partilha de poder acordado com o governo de Hadi. A falta de vontade das forças *Houthi* de retirar da capital e os movimentos unilaterais dos líderes *Houthi* e partidários de Saleh para contornar a autoridade de Hadi precipitaram uma crise que culminou na eclosão de um conflito e a demissão de Hadi e a sua prisão domiciliar em janeiro de 2015. Os líderes *Houthi* anunciaram um novo plano de governação em fevereiro de 2015, e em março lançaram uma ofensiva contra as forças pró-Hadi no centro e no sul do Iémen (Blanchard C. M., 2018, pp. 31,32).

Em resposta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da AS condenou o que o Reino considerou uma “séria escalada ... sendo um golpe realizado por uma milícia *Al Houthi* contra a legitimidade constitucional”. Dias depois, quando forças *Houthi* avançaram sobre a cidade de Aden, a AS e membros de uma coligação lançaram ataques aéreos em resposta a um pedido específico do Presidente Hadi. A AS lidera uma coligação militar de estados principalmente árabes desde março de 2015, nos esforços para restabelecer o governo de Hadi (Blanchard C. M., 2018, p. 32).

Desde 2015, os combatentes *Houthis* lançam ataques contra áreas fronteiriças sauditas, que mataram civis e pessoal de segurança da AS, e as operações militares sauditas continuam a atingir posições *Houthis* em todo o Iémen (Blanchard C. M., 2018, p. 33).

O Irão tem sido acusado, particularmente pelos governos do Iémen e da AS, de financiar, armar e treinar os *Houthis* e prolongar o conflito no país empobrecido (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017, p. 340).

O material iraniano e o apoio consultivo ao esforço de guerra *Houthi* (incluindo o fornecimento de mísseis que foram disparados contra a AS) ampliaram as ansiedades e preocupações dos líderes sauditas (Blanchard C. M., 2018, p. 33).

Impedir o controlo *Houthi* do Iémen e proteger os vizinhos do Iémen do arsenal de armas balísticas, tanques e outros equipamentos militares avançados dos Houthis é essencial para a segurança nacional da AS e outros países vizinhos (The Embassy of the Kingdom of Saudi Arabia, 2017, p. 7).

A relação da AS com o Iémen começa por ser relevante na medida em que se considera ser o principal ator externo no país, havendo quem considere que a AS se preocupa com o Iémen apenas por uma questão de segurança e defesa, mantendo o controlo das suas fronteiras, para fazer face ao terrorismo e aos traficantes (Stenslie, 2013).

O interesse estratégico da AS em garantir a estabilidade no Iémen e manter o governo nacional legítimo, do presidente Abd-Rabbuh Mansour Hadi assenta em quatro pilares: garantir a segurança da fronteira da AS, limitar as ambições expansionistas regionais do Irão, combater ameaças terroristas e salvaguardar a segurança regional (The Embassy of the Kingdom of Saudi Arabia, 2017, p. 13).

Combater a violência *Houthi*, apoiada pelo Irão, contra a população iemenita e, por extensão, contra a AS, é a primeira prioridade do Reino. Em segundo lugar, o interesse da AS em acabar com este conflito também inclui frustrar as ambições geopolíticas expansionistas do Irão no Iémen. Em terceiro lugar, importa combater as ameaças terroristas presentes no Iémen, muitas vezes considerado como um santuário para organizações terroristas, como a *Al Qaeda in the Arabian Peninsula* (AQAP). Por fim, existe o interesse do Reino em salvaguardar a segurança regional. O Iémen é de considerável importância geopolítica. O país, com o seu litoral de 1.184 milhas, é estrategicamente localizado ao lado do estreito de Bab al Mandab, através do qual petroleiros comerciais transportam cerca de 3,4 milhões de barris por dia (3,5% a 4% do abastecimento global de petróleo), pelo que é importante manter a estabilidade na região (The Embassy of the Kingdom of Saudi Arabia, 2017, pp. 13-15).

Mas, fundamentalmente, o que motiva a intervenção saudita no Iémen é novamente a preocupação de que o Irão está profundamente comprometido em apoiar os rebeldes *Houthis* e ganhar influência na região, o que leva Riade a intervir para restringir e, se puder, expulsar essa influência iraniana (Bump, 2017).

7.4.6. Síntese Conclusiva

Constatou-se que AS tem intervindo em diferentes conflitos no GMO, nomeadamente no Líbano, Líbia, Síria, Israel-Palestina e Iémen, o que demonstra grande dinamismo e ousadia no uso das suas capacidades militares e financeiras, para a defesa dos seus interesses.

Com a intervenção nos diferentes conflitos analisados, a AS pretende combater a crescente influência iraniana na região, opor-se ao crescimento da facção xiita, por forma a procurar evitar destabilizações internas desta comunidade, evitar a sensação de cerco por parte do Irão e afirmar-se como potência hegemónica regional.

7.5. CONCLUSÕES

A AS é um país situado no Médio Oriente, onde a maioria da sua população é sunita e tem como principal dinamizador da sua economia a exportação de petróleo e gás natural.

No primeiro capítulo foram deduzidos, através da análise geopolítica da AS, os pontos fortes e vulnerabilidades que enformam as suas relações. Tratando-se de uma análise geopolítica, é com natural lucidez que a perspetiva dominante é a da geografia, esclarecida com uma leve dimensão histórica e justificativa da ação militar efetivada ou potencial. Considerou-se esta análise geopolítica como uma base sólida para concluir o que o país tem de bom para partilhar em benefício de todos e de vulnerável para que, com recurso a outros atores, possa utilizar, atenuando a problemática.

Nessa ótica, e como descrito no segundo capítulo, as análises de documentos e reflexão conjunta permitiu identificar ligações com atores regionais e globais. A AS tem como força motriz a riqueza dos petrodólares, como corrente de fundo o Islão, materializado geograficamente pelos seus locais sagrados (Medina e Meca) e como finalidade a hegemonia regional.

Sobre as ligações geopolíticas, a AS procura potenciar (reforçando e aprofundando) as relações com os EUA e com as potências europeias (França e Inglaterra), através de cooperações nos domínios científicos, educacionais e tecnológicos. De qualquer forma, não é despiciente considerar que as mais valias destas relações presentes (já com solidez histórica) avivam ódios dos fundamentalismos e extremismos religiosos que convenham ser contidos. Neste particular, importa marcar a oposição da maioria sunita interna com a maioria xiita do Irão.

Emergente num xadrez regional de grandes tensões, mas distante da desejada hegemonia, a AS debate-se com a deficiente capacidade em se impor, onde a nuclearização do Irão é a face mais recentemente visível. Na Síria, no Líbano e

sobretudo no Iémen, o combate às milícias locais reforçam os ódios e catapultam as ligações existentes ao xiismo e, de forma mais catastrófica, ao extremismo religioso.

Com presença e assertividade nas Organizações Internacionais e não governamentais, sendo procurada para alianças regionais com os países mais ricos da região (EAU), permanece com uma imagem externa frágil, pela condução da política interna e prominência da família real.

Parece até, em certa medida, que a AS representa um paradoxo, na medida em que assume a aspirar ser a potencia regional incontestada, mas as relações diplomáticas vão melhorando à medida que nos afastamos da sua região geográfica.

Após uma abordagem à AS, constatando-se que a mesma procura alcançar a centralidade no GMO asseverando possuir os locais sagrados, em torno dos quais orbita toda a comunidade islâmica. O eixo desta centralidade tem sido seguro por duas ligações ao Ocidente. Uma mais ténue, e sobretudo relacionada com os fatores científicos, tecnológicos e educacionais (Inglaterra), e uma extremamente forte aos EUA, que cobre praticamente todos os fatores, com fulgor no militar.

Esta ligação representa, no entanto, um efeito perverso, dando fulgor ao ódio histórico da comunidade xiita face à sua maioria sunita e que representa uma grande ameaça. No GMO, a corrida ao armamento e nuclearização do Irão, habituado a contar (apenas) consigo próprio, o impasse do conflito israelo-árabe, um Iraque depauperado e vítima fácil para milícias associadas ao xiismo ligadas, uma vez mais ao Irão, tornam esta, uma área muito quente.

A AS tem-se notabilizado por querer ser o país diplomático da região, com assento nos mais diversos fóruns internacionais e ecoando soluções para pacificar os conflitos regionais. Fica, no entanto, a ideia, que poderia fazer mais, basta olhar ao que se vem passando no Iémen, ou mesmo durante os acontecimentos das Primaveras Árabes.

Assim, a manutenção da aliança com os EUA e a definição de posições na região, com enfoque para contenção do Irão e estabilidade do Iraque, dão o mote para a tão ansiada, mas de facto, ainda não consumada hegemonia regional, nem com os carimbos da Liga Árabe, nem do Conselho de Cooperação do Golfo, que é fundadora.

A intervenção da Arábia Saudita nos diferentes conflitos que ocorrem no Grande Médio Oriente Alargado demonstram grande dinamismo e ousadia no uso das suas capacidades militares e financeiras, para a defesa dos seus interesses.

A competição entre o Irão e a Arábia Saudita pela influência regional está a agravar uma série de disputas existentes na região, onde os dois poderes apoiam diferentes lados (como a Síria ou o Iémen).

Com a intervenção nos diferentes conflitos analisados, a Arábia Saudita pretende combater a crescente influência iraniana na região, opor-se ao

crescimento da facção xiita, por forma a procurar evitar destabilizações internas desta comunidade, evitar a sensação de cerco por parte do Irão e afirmar-se como potência hegemónica regional.

Tendo em conta a realidade geopolítica atual, é de prever que a AS continue a ser um jogador dominante na região no futuro próximo e distante.

Desta forma e com a análise efetuada nos três capítulos, contacta-se que a AS encontra-se rodeada por diversos atores regionais que afetam a segurança interna do país e as suas diversas ligações diplomáticas, onde o seu poder relativamente aos restantes lhe dá preponderância com vista a salvaguardar os seus interesses através das suas intervenções nos diversos domínios do GMO, principalmente nos conflitos em que participa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrams, E. (29 de novembro de 2017). *The Latest Developments in Saudi Arabia and Lebanon*. Washington: Council on Foreign Relations. Retirado de https://cfrd8-files.cfr.org/sites/default/files/report_pdf/Abrams%20HFAC%20Testimony%2011.29.17.pdf
- ACN. (2018). *ACN Brasil*. Retirado de <https://www.acn.org.br/>
- Alaoui, H. (1 de 12 de 2015). Primavera-Árabe: Palavras leva-as o vento. *Le Monde Diplomatique*, p. 25.
- Babbitt, E., Bell, A., Lempereur, A., Mandell, B., & Wolf, D. (2017). *Negotiating Conflict in the Middle East and North Africa - A System Analysis after the Arab Spring, the Iran Nuclear Deal, and the Rise of ISIS*. Harvard University, Harvard Kennedy School Negotiation Project (KSNP). Cambridge: Harvard University. Retirado de https://docs.wixstatic.com/ugd/b0374b_c81ad7aa0d42467db99392d14b2528b7.pdf
- Blanchard, C. (21 de 9 de 2018). Congressional Research Service. *Saudi Arabia: Background and U.S. Relations*, p. 2.
- Blanchard, C. (21 de setembro de 2018). Congressional Research Service. *Saudi Arabia: Background and U.S Relations*, pp. 1-51.
- Blanchard, C.M.(2018).*Saudi Arabia: Background and U.S. Relations*. Washington: Congressional Research Service. Retirado de <https://fas.org/sqp/crs/mideast/RL33533.pdf>
- Bremmer, I. (9 de abril de 2018). *Why the Syrian Civil War Is Becoming Even More Complex*. Retirado de Time: <http://time.com/5229691/syria-trump-putin-saudi-arabia/>
- Bump, P. (9 de novembro de 2017). *An overview of the tensions between Saudi Arabia and its neighbors*. Retirado de The Washington Post: https://www.washingtonpost.com/news/politics/wp/2017/11/09/an-overview-of-the-tensions-between-saudi-arabia-and-its-neighbors/?utm_term=.e90cb595f20f

- Central Department of Statistics. (2017). *Mapa de Distribuição de População*. Riade: Kingdom of Saudi Arabia.
- CIA. (2018). CIA. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/fields/344rank.html>
- Conesa, P. (1 de 12 de 2015). *Conco conflitos entrelaçados*. Le Monde Diplomatique, p. 18.
- Council on Foreign Relations. (2018). Retirado de Council on Foreign Relations: <https://www.cfr.org/interactives/global-conflict-tracker#!/conflict/political-instability-in-lebanon>
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso - Volume I*. Lisboa: IAEM.
- Crystal, J. (7 de 25 de 2018). *Foreign Relations of the United Arab Emirates*. Retirado de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/place/United-Arab-Emirates/Foreign-relations>
- CSIS. (2018). Center for Strategic and International Studies. Retirado de <https://www.csis.org/analysis/military-spending-other-side-saudi-security>
- Ducroquet, S. (27 de 4 de 2016). nexojornal. Retirado de <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/11/Mapa-do-Oriente-M%C3%A9dio-apresen%C3%A7a-das-vertentes-do-Isl%C3%A3>
- Dudley, D. (26 de 2 de 2018). Forbes. Retirado de <https://www.forbes.com/sites/dominicdudley/2018/02/26/ten-strongest-military-forces-middle-east/#1aae62c816a2>
- Echagüe, A. (2015). *Saudi Arabia: emboldened yet vulnerable*. Em K. Kausch (Ed.), *Geopolitics and Democracy in the Middle East* (pp. 77-88). Madrid, Espanha: Fundación FRIDE.
- Economist, T. (3 de abril de 2015). *The Middle Eastern mesh*. Retirado de The Economist: https://www.economist.com/graphic-detail/2015/04/03/the-middle-eastern-mesh#access_token=S0ZGkR2ZDu1FGhFsunMgXgImnTmZv16Y&id_token=eyJ0eXAiOiJKV1QiLCJhbGciOiJSUzI1NiIsImtpZCI6IlJVSkJNREZHTmpBMFJUzRRRemN6TkRKR09VTXdRa0ZDTiVaQk5qVTF0eGV6TXpsRk1FTFRZyJ9.eyJ
- European Parliamentary. (23 de novembro de 2017). European Parliamentary Research Service Blog. Retirado de epthinktank.eu: <https://epthinktank.eu/2017/11/23/saudi-arabia-economic-indicators-and-trade-with-eu/main-trade-partners-saudi-arabia/>
- Faisal, T. A. (25 de Abril de 2013). *Saudi Arabia's New Foreign Policy Doctrine in the aftermath of the Arab Awakening*. Cambridge: King Faisal Center for Research & Islamic Studies. Retirado de <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/PrinceTHKSPublicLecture.pdf>
- Ferreira, A. P. (2016). *Política Externa e as Relações Internacionais em mudança* (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Univesidade de Coimbra.

- Forecastchart. (2018). *Forecastchart*. Retirado de <https://www.forecast-chart.com/chart-crude-oil.html>
- Forum on Energy. (2018). *Forum on Energy*. Retirado de <http://forumonenergy.com/2014/01/14/future-of-nuclear-energy-in-emerging-markets-kingdom-of-saudi-arabia/>
- FreedomHouse. (2018). *Freedomhouse*. Retirado de <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/saudi-arabia>
- Friedman, G. (2018). *The World explained in Maps*. Washigton: Geopolitical Futures.
- G1 Authors. (5 de 6 de 2017). G1.globo. Retirado de G1: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/por-que-a-crise-no-golfo-persico-e-importante-para-o-mundo.ghtml>
- General Authority for Statistics. (2018). stats.gov. Retirado de <https://www.stats.gov.sa/en>
- HIK. (2018). *Conflict Barometer 2017*. (M. Geugjes, Ed.) Heidelberg: Heidelberg Institute for International Conflict Research. Retirado de Heidelberg Institute for International Conflict Research: <https://hiik.de/conflict-barometer/current-version/?lang=en>
- HMoney. (2018). *HowMuch*. Retirado de <https://howmuch.net/articles/world-map-of-crude-oil-exports-2016>
- Infoplease . (2018). *Infoplease*. Retirado de <https://www.infoplease.com/world/countries/saudi-arabia>
- Kinninmont, J. (2016 de fevereiro de 2016). *Saudi Foreign Policy: A State of Flux*. The Caravan(1610). Retirado de <https://www.hoover.org/research/saudi-foreign-policy-state-flux>
- Kirkpatrick, D. D. (2015). *Saudis Expand Regional Power as Others Falter*. The New York Times. Retirado de https://www.nytimes.com/2015/01/26/world/middleeast/saudis-expand-regional-power-as-others-falter.html?_r=0/
- Lima, B. P. (setembro de 2010). *A NATO e a Cimeira de Lisboa. A NATO e o Grande Médio Oriente*, pp. 23-32.
- Magalhães, E. (2016). *Geopolítica e Projeto Nacional de Desenvolvimento: Arábia Saudita, Egito, Irão e Iraque*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Marteu, E. (24 de junho de 2018). *Saudi Arabia and the Israel-Palestine conflict: between a rock and a hard place*. Retirado de The Conversation - Academic rigour, journalistic flair: <https://theconversation.com/saudi-arabia-and-the-israel-palestine-conflict-between-a-rock-and-a-hard-place-98129>
- Munich Security Report authors. (2018). *Munich Security Report 2018*. Munich: MSR.

- NTI. (2018). NTI Building a Safer World. Retirado de <https://www.nti.org/learn/countries/saudi-arabia/>
- Rieger, R. (2013). In Search of Stability: Saudi Arabia and the Arab Spring. *Saudi Arabia and the Arab Uprising: National, Regional and Global Responses* (pp. 1-21). Cambridge: Gulf Research Centre Cambridge. Retirado de file:///C:/Users/rICARDO/Desktop/GRM_Rieger_final__09-07-14_3405.pdf
- Santader. (2018). *Santander TradePortal*. Retirado de <https://pt.portal.santandertrade.com/analise-os-mercados/arabia-saudita/economia>
- Santos, L., Proença, F., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N., Silva, J., . . . Afonso, C. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- SaudiArabia.Gov. (25 de 1 de 2018). vision2030.gov. Retirado de www.vision2030.gov.sa
- SaudiEmbassy. (2018). *The Embassy of the Kingdom of Saudi Arabia*. Retirado de <https://www.saudiembassy.net/energy>
- Simão, L. (2016). *República Islâmica do Irão* (2 ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Souza, B. M., & Jardim, E. B. (jul/dez de 2015). *A Política Externa Saudita durante a Primavera Árabe* (2010-2014). *Revista InterAção*, 9(9), pp. 96-124. Retirado de <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/21213/0>
- Stenslie, S. (março de 2013). *Not too strong, not too weak: Saudi Arabia’s policy towards Yemen*. Norwegian Peacebuilding Resource Center. Retirado de <https://www.files.ethz.ch/isn/162439/87736bc4da8b0e482f9492e6e8baacaf.pdf>
- Stockholm International Peace Research Institute. (20 de fevereiro de 2017). sipri.org. Retirado de STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE: <https://www.sipri.org/>
- Teles, P. (março de 2011). *Portugal Peninsular na Evolução do Pensamento Geográfico Português*. Tese de Doutoramento em Geografia. Minho.
- The Embassy of the Kingdom of Saudi Arabia . (2017). *Saudi Arabia and the Yemen Conflict*. Washington: The Embassy of the Kingdom of Saudi Arabia in the United States. Retirado de <https://www.saudiembassy.net/reports/white-paper-saudi-arabia-and-yemen-conflict>
- UK Science & Innovation Network. (2017). *UK Science & Innovation Network*. Retirado de https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/706576/Saudi_Arabia_Snapshot-May-2018.pdf
- UNHCR. (2018). *UNHCR, the UN Refugee Agency*. Retirado de <http://www.unhcr.org/syria-emergency.html>

- UNSC. (14 de 4 de 2015). *United Nations Security Council*. Retirado de United Nations Security Council: <https://www.un.org/press/en/2015/sc11859.doc.htm>
- Waheedi, S. A. (2012). *Saudi Arabia*. Em A. Kamal (Ed.), *History of the Middle East* (pp. 173-183). Teaneck, NJ: Fairleigh Dickinson University. Retirado de <https://www.un.int/kamal/sites/www.un.int/files/The%20Ambassador%27s%20Club%20at%20the%20United%20Nations/publications/ufdu2011ahme.pdf>
- WIPO. (2013). *World Intellectual Property Organization*. Retirado de https://www.wipo.int/wipo_magazine/en/2013/05/article_0006.html

8. A TURQUIA E O SEU PAPEL NOS CONFLITOS DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO

Nuno Gonçalo Jacinto Marçal

Major de Infantaria do Exército

Pedro Manuel Monteiro Fernandes

Major de Transmissões do Exército

Jesús Aneiros Rodríguez

Major da Guarda Civil Espanhola

8.1. INTRODUÇÃO

A conflitualidade atual que se vive no Grande Médio Oriente (GMO), tem como causa principal os desenvolvimentos políticos do pós Segunda Guerra Mundial (SGM). Basicamente, as causas dessa conflitualidade podem ser resumidas a três acontecimentos:

A criação do Estado de Israel, em 1948, como forma de solucionar o ódio pelos judeus, levou a que muitos árabes e muçulmanos passassem a ver os judeus como invasores;

A Guerra Fria, com o embate entre o comunismo e o capitalismo, através da disputa entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética, com vista à obtenção da hegemonia global, veio piorar as relações no médio oriente. As duas superpotências financiavam governos ou grupos rebeldes, dentro de cada país na região, conforme os seus interesses particulares;

A divisão interna do islão, caracterizada por dois entendimentos diferentes da religião (sunitas e xiitas).

No período pós Guerra Fria, com a queda da União Soviética, os conflitos no GMO mantiveram-se, mas agora com o surgimento de um novo ator, a Europa. As causas para a conflitualidade continuam a poder ser resumidas a três fatores:

Conflitos derivados dos interesses petrolíferos. É disso exemplo a invasão do Kuwait pelo Iraque, ou a invasão do Iraque pelos americanos. O próprio conflito na Síria se deve, em parte, ao interesse russo em manter o monopólio de distribuição de gás natural para a Europa;

Conflitos de caris religiosos, amplificados devido ao surgimento de grupos radicais como a al-Qaeda e o Daesh;

Conflitos regionais, que basicamente formam dois blocos. Por um lado os sunitas, encabeçados pela Arábia Saudita, que se identificam mais com os valores ocidentais, e por outro lado os xiitas, encabeçados pelo Irão, que se identificam mais com os valores tradicionais muçulmanos (Brito, 2018).

É neste contexto que a Turquia, na qualidade de um dos principais atores na região, tem um papel importante nos atuais conflitos do GMO. Assim, este trabalho tem como objeto de estudo a Turquia, com vista à caracterização dos seus interesses no GMO do ponto de vista geopolítico, bem como a análise da sua intervenção nos atuais conflitos do GMO.

Atendendo à dimensão da temática, considerou-se necessária a delimitação do tema do ponto de vista dos domínios espacial, temporal e conceptual (Santos & Lima, 2016). Ao nível da delimitação espacial, para além da análise geopolítica da Turquia, procurou-se identificar os principais interesses turcos na Síria e no Iraque. Ao nível temporal, procurou-se centrar o estudo desde o pós SGM, devido aos desenvolvimentos políticos que causaram a atual conflitualidade que se vive no GMO, até à atualidade. Finalmente, do ponto de vista conceptual, procurou-se identificar os principais fatores ou elementos de poder da Turquia, analisando o seu potencial estratégico, relacionando-o com os seus interesses geopolíticos na região.

Para a realização deste trabalho foi seguido um raciocínio indutivo, utilizando numa estratégia qualitativa, consubstanciada num modelo de análise Geopolítico, assente num estudo do potencial estratégico, através do método funcional conjugado com o método histórico e morfológico.

8.2. ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA TURQUIA

Neste capítulo é apresentado a análise dos diversos fatores geopolíticos da Turquia, tendo por finalidade a melhor compreensão da análise do potencial estratégico que irá ser apresentada no capítulo seguinte.

8.2.1. Fator Físico

A República da Turquia encontra-se localizada entre a Europa e a Ásia, ocupando uma posição privilegiada entre os dois continentes (Figura 17), sendo uma porta natural de entrada no Mar Negro, Ásia Central e GMO. A capital é Ancara, sendo Istanbul a sua maior cidade e porto marítimo (Yapp & Dewdney, 2018).



Figura 17 – Região onde se insere da Turquia.

Fonte: Yapp e Dewdney (2018).

Com uma área total de 783.562 km², cerca de 3% ocupa a extremidade oriental da península balcânica na Europa, e aproximadamente 97% está localizada na Ásia, na península da Anatólia. Estas duas partes são separadas pelos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos e pelo Mar de Mármara, que é uma bacia intermediária entre o Mediterrâneo e o Mar Negro. As fronteiras marítimas (7.200 km incluindo as ilhas) são muito mais longas do que as fronteiras terrestres (2.816 km) (Central Intelligence Agency [CIA], 2018).

A Geografia da Turquia é muito complexa, com grandes variações de relevo (Figura 18), que fornecem um obstáculo natural à sua defesa. A cordilheira dos montes de Armenian favorece a defesa do núcleo territorial da Turquia asiática. Além disso, está localizado numa zona sísmica muito ativa (Yapp & Dewdney, 2018).



Figura 18 – Relevo da Turquia.

Fonte: Freeworldmaps (2018).

8.2.2. Fator Humano

A Turquia tem uma população total de 81.257.239¹⁹, a mais elevada da região. A taxa de crescimento da população é de 0,49%²⁰, no entanto tem diminuído, de forma lenta e constante nos últimos anos, aproximando-se dos parâmetros dos países europeus (CIA, 2018). A população turca é jovem, principalmente devido às altas taxas de natalidade dos últimos anos. No entanto, a sua pirâmide etária (Figura 19) pode começar a sofrer cortes na sua base, se as taxas de natalidade continuarem em declínio contínuo.

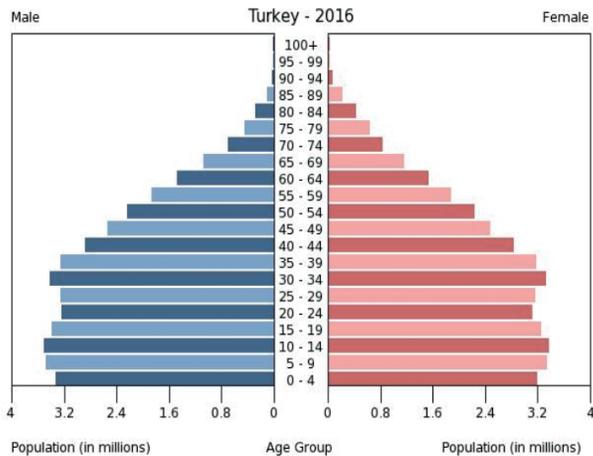


Figura 19 – Pirâmide etária da população turca.

Fonte: CIA (2018).

Apresenta grandes diferenças de desenvolvimento económico entre regiões, tal facto fez com que a população urbana aumentasse rapidamente, como resultado da intensa imigração das regiões rurais, especialmente de áreas do leste do país, para as grandes cidades e costa do Mediterrâneo. Cerca de 75,1% da população vive em áreas urbanas, com aglomerações populacionais em Istambul (14.751.000), Ancara (4.919.000) e Izmir (2.937.000). Além disso, a percentagem continua com uma tendência ascendente nos últimos anos (CIA, 2018).

A Turquia não é um país etnicamente homogêneo, uma vez que existem vários grupos étnicos a viver no seu território. O maior grupo são os turcos, cerca de 70% a 75% da população. Seguidamente os curdos, com uma percentagem de 19%. Existem outras minorias com pouca representatividade,

¹⁹ Estimativa referente ao ano de 2018.

²⁰ Estimativa referente ao ano de 2018.

como árabes, gregos, arménios, georgianos, sírios e judeus (CIA, 2018).

A língua oficial é o turco, embora uma parte significativa da população fale curdo, principalmente no sudeste do país, e árabe no Sul, perto da Síria (Yapp & Dewdney, 2018).

Embora a Turquia seja oficialmente um Estado laico, republicano e democrático, a educação religiosa na fé muçulmana, do ramo sunita, é obrigatória e as festas sunitas são reconhecidas como de Estado. A Turquia é membro da Organização da Conferência Islâmica (OCI), formada exclusivamente por países islâmicos. A grande maioria da população é muçulmana (99,8%) e também sunita, embora existam minorias cristãs e judaicas (Yapp & Dewdney, 2018). Apresenta uma taxa total de alfabetização de adultos de 96%, com 98,6% dos homens face aos 92,6% das mulheres (CIA, 2018).

8.2.3. Fator Recursos Naturais

A Turquia possui uma grande variedade de recursos naturais, embora em quantidade limitada. Além do Irão, a Turquia é o único país do GMO com depósitos significativos de carvão. Existe a produção, embora em pequena escala, de petróleo em campos no sudeste do país, bem como na região noroeste. Tais recursos fornecem apenas uma fração das necessidades do país, existindo a necessidade de importação de produtos petrolíferos. Possui terras férteis em abundância e tem um clima variado. A maioria das terras turcas são terras agrícolas. Cerca de 30% são terras aráveis e 4,2% da terra é permanentemente dedicada ao cultivo, especialmente de cereais e frutos secos (Yapp & Dewdney, 2018).

O principal recurso estratégico da região é a água, gerida por vários planos de irrigação. Os rios Tigre e Eufrates nascem na Turquia, mas são vitais para toda a região do Sul do Cáucaso. As tensões entre os países vizinhos, em relação à gestão da água, intensificaram-se quando a Turquia iniciou o importante projeto de desenvolvimento denominado Projeto Anatólio do Sudeste (PAS)²¹ (Figura 20). Este macroprojeto é composto por 13 subprojectos (seis no Tigre e sete no Eufrates) para a construção de 22 barragens e 19 centrais hidroelétricas, o que permitirá à Turquia exercer o controlo sobre 88,7% das águas do rio Eufrates e 52,8% das águas do rio Tigre. Essa política de construção de barragens está a ser fortemente contestada pelos demais países com os quais a Turquia partilha os rios Tigre e Eufrates. Deve-se ter em mente que, do total de chuvas recebidas na bacia desses rios, 86% o fazem no Norte. A construção excessiva de represas nos rios Eufrates e Tigre levou à perda dos pântanos da Mesopotâmia. A Síria e o Iraque acreditam que o PAS os prejudicará

²¹ Güneýdogu Anadolu Projesi (GAP).

num futuro próximo, já que limitará o fluxo dos rios. A Turquia usou e continuará a usar o seu poder sobre a água para negociar com os seus vizinhos mais próximos. Com o Iraque, em troca de melhores condições no fornecimento de petróleo e com a Síria, em troca desta parar de apoiar os separatistas curdos (Caballero, 2007).

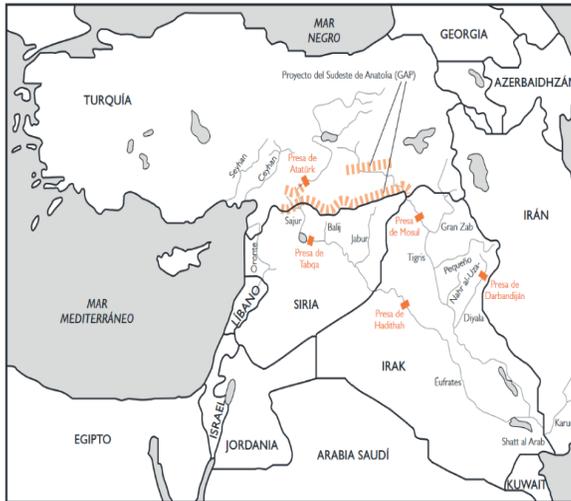


Figura 20 – Projeto PAS nas bacias do rio Tigre e Eufates.

Fonte: (CIDOB, 1998, adaptado de The Eastern Mediterranean, UEO, 1995).

8.2.4. Fator Circulação

As estradas são os meios mais empregues para o transporte de mercadorias e passageiros. Além do tráfego interior, há um grande e crescente movimento internacional de cargas em toda a Turquia, entre a Europa e o G20. Isto foi possível graças ao investimento massivo do Estado, na construção de uma moderna rede de estradas (Figura 21), ligando todas as principais cidades (Yapp & Dewdney, 2018). A rede rodoviária tinha em 2012 um comprimento de 385.754 km, dos quais 352.268 eram pavimentados (incluindo 2.127 km de rodovia) e 33.486 km eram de estradas de terra não pavimentadas. Existe um total de 15 aeroportos registados na Autoridade Nacional de Aviação Civil, com um tráfego médio anual aproximado de 96 milhões de passageiros²² (CIA, 2018). A companhia aérea estatal e várias companhias internacionais fornecem ligações aéreas através de Istambul, Ancara e Izmir, e existe uma rede interna que liga estas cidades a mais de uma dúzia de centros provinciais. Os aeroportos nas costas do Mar Egeu e Mediterrâneo (Dalaman e Antalya) foram melhorados para atender ao crescente tráfego de *charters* turísticos. Nas rotas costeiras de navegação é importante o transporte de mercadorias em contentores, particularmente ao longo da costa do Mar Negro. Os principais portos internacionais são

²² Dados referentes ao ano de 2015.

Istambul, Izmir e Mersin²³ (Yapp & Dewdney, 2018). Quanto aos caminhos-de-ferro, em 2014 existiam um total de 12.008 quilómetros (CIA, 2018).



Figura 21 – Rede Principal de Estradas da Turquia.

Fonte: Wikitravel (2018).

8.2.5. Fator Histórico

Ao longo da sua história, a Turquia estabeleceu diversos conflitos com os seus países vizinhos, mas o principal é o conflito curdo-turco. Os curdos representam 19% da população na Turquia. Historicamente, são pessoas que não conseguiram estabelecer o seu próprio Estado, principalmente devido à sua heterogeneidade (CIDOB, 1998, p. 476).

Depois da PGM, os curdos viram a possibilidade de estabelecer um Estado independente na região, tendo-se quase materializado a quando do Tratado de Sèvres²⁴ (CIDOB, 1998, p. 476).

O Tratado de Sèvres incluía, num dos seus pontos, a realização de um referendo para o Curdistão, mas existiam dificuldades, muito difíceis de superar, em relação ao desenho das fronteiras. Nenhuma das propostas apresentadas fora aprovada no Tratado, ficando o possível novo Estado, praticamente delimitado no território da atual Turquia, deixando os curdos do Irão e do Iraque sob controlo britânico, bem como os da Síria sob controlo francês. No entanto, este plano nunca foi aplicado, dado que o Tratado de Sèvres não entrou em vigor porque não foi aceite pelo Movimento Nacional Turco, liderado pelo “pai da nova República”, Kemal Ataürk, uma vez que, este ganhou a Guerra da Independência Turca, tendo Sèvres sido substituído pelo Tratado de Lausana, três anos depois. Este novo tratado entrou em vigor em julho de 1923 e estabeleceu as fronteiras da Turquia moderna que hoje conhecemos, deixando

²³ İçel, Iskenderun e İzmit.

²⁴ O tratado de paz de Sèvres, foi assinado a 10 de agosto 1920, na localidade homónima situada nos arredores de Paris, entre as potências vencedoras da PGM e o Império Otomano (Fernandes J. , s.d.).

a Anatólia e a Trácia Oriental inserida no seu território. Além disso, a atual fronteira entre o Iraque e a Turquia foi acordada em julho de 1926 (Albentosa, 2018, p. 24).

Após a assinatura do Tratado de Lausanne, o Curdistão desapareceu como um Estado e os curdos dispersaram-se por quatro países, Turquia, Irão, Iraque e Síria (Figura 22). A maioria dos curdos vive na Turquia, embora também existam na Arménia e no Azerbaijão. Eles são na sua maioria muçulmanos, mas também há curdos que praticam o Yazidismo, que hoje se refugiam na Turquia e no Iraque para se protegerem dos ataques do Daesh (CIDOB, 1998, p. 476).



Figura 22 – Distribuição da população de origem curda.

Fonte: (CIDOB, 1998, adaptado de Atla des peuples d’Orient, Paris: La Decouverte, 1993).

8.2.6. Fator Científico-Tecnológico

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi aprovada na 22ª reunião do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, como um plano de seis anos. Como podemos ver na Figura 23, o plano fixa nove objetivos estratégicos, três dos quais são verticais e seis são horizontais. A área da defesa foi identificada como área prioritária no contexto das “abordagens focadas na necessidade de áreas aceleradas”, que é um dos objetivos estratégicos verticais (Kose, 2017, pp. 1771-1773).

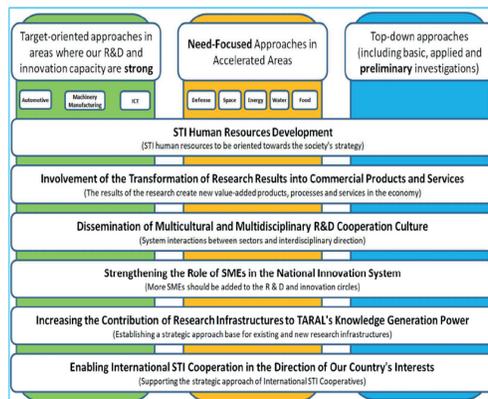


Figura 23 – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da Turquia.

Fonte: Kose (2017).

8.2.7. Fator Político

A Turquia é uma república secular, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Conselho da Europa²⁵ e candidata a integrar a União Europeia (UE) desde 2005. Há uma situação histórica de potencial conflito entre um “estabelecimento” secular apoiado pelas forças armadas e de uma sociedade tradicional de raízes islâmicas cada vez mais profundas. Desde 2002, passou a ser governada pelo Partido Islâmico do AKP²⁶ (Partido da Justiça e Desenvolvimento), que gradualmente levou o país a uma islamização mais profunda. Nas últimas eleições parlamentares realizadas em 2015, obteve uma maioria absoluta. Em abril 2017 foi realizado um referendo para alterar a Constituição e introduzir um novo sistema presidencial que irá substituir o sistema parlamentar atual, dando mais poder ao presidente. A reforma foi aprovada com um resultado tangencial e entrará em vigor em 2019 (Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperacion [MAEC], 2018).

O Presidente da República é Recep Tayyip Erdogan, que assumiu o cargo em 28 de agosto de 2014. Erdogan foi Primeiro-ministro da Turquia, de março de 2003 a agosto de 2014 (MAEC, 2018).

8.2.8. Fator Económico

O setor de serviços tem um peso fundamental na economia turca, com uma base industrial importante e com uma participação decrescente do setor agrícola, embora ainda represente aproximadamente 25% do total de trabalhadores. Dentro do setor de serviços, deve-se destacar o turismo como um subsetor chave, que gera grandes investimentos e é uma importante fonte de riqueza. O setor industrial também é importante, com especial ênfase para o desenvolvimento do setor automóvel, petroquímico e eletrónica, tendo vindo a substituir o setor têxtil tradicional (CIA, 2018). Na Tabela 1, pode ser observado a distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) pelos setores de produção.

Tabela 1 - Distribuição do PIB por setores de produção

PIB por setor (contribuição %)	2014	2015	2016
Agricultura	7,1	6,9	6,1
Indústria	24,1	27,9	28,5
Serviços	57,7	53,3	53,5

Fonte: Adaptado a partir de MAEC (2018)

²⁵ A Turquia tornou-se no 13º país a integrar o Conselho da Europa, desde 13 de abril de 1950 (Council of Europe, 2018).

²⁶ Em turco: Adalet ve Kalkınma Partisi.

O crescimento do PIB turco, desde 2016, revelou os persistentes desequilíbrios subjacentes na economia turca. Em particular, o grande *déficit* da Turquia deve-se à dependência dos fluxos de investimento externo para financiar o crescimento, deixando a economia vulnerável a mudanças que podem desestabilizar a confiança dos investidores. Outras tendências problemáticas incluem o aumento do desemprego e da inflação, que aumentaram em 2017, dada a contínua desvalorização da lira turca em relação ao dólar (CIA, 2018). Os dados económicos da Turquia, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentaram um sólido desempenho económico no ano de 2017, impulsionado por fortes estímulos políticos e condições externas favoráveis. Ao mesmo tempo, os autores deste relatório (FMI, 2018) observaram que o crescimento rápido contribuiu para o sobreaquecimento económico, sob a forma de um alargamento dos desequilíbrios internos e externos, incluindo um hiato positivo do produto, uma inflação elevada e uma situação de *déficit* de conta. Deste modo, encorajaram as autoridades turcas a aproveitar o atual ambiente de forte crescimento para levar adiante as reformas estruturais para aumentar a produtividade e o potencial de crescimento da Turquia a médio prazo.

Por outro lado, a Turquia continua muito dependente das importações de petróleo e gás. No entanto, tem procurado diversificar essa dependência, estabelecendo relações com um conjunto mais amplo de parceiros internacionais, assim como, tomando medidas para aumentar o uso de fontes de energia domésticas, incluindo energia renovável, energia nuclear ou térmica. O gasoduto trans-anatólio turco-azerbajano está a avançar para aumentar o transporte de gás proveniente do Mar Cáspio para a Turquia e para a Europa. Quando concluído, ajudará a diversificar as fontes de gás importadas pela Turquia (Central Intelligence Agency [CIA], 2018).

A sua posição geográfica faz dela uma peça geopolítica fundamental, como ponto de passagem, para os corredores de energia que vão da Ásia Central (região Cáspia), Rússia e Irã até à Europa, tanto através do tráfego naval, que atravessa o Estreito de Bósforo, como através dos oleodutos e gasodutos da região (Figura 24) (CIDOB, 1998, p. 478).



Figura 24 – Gasodutos e oleodutos na região.

Fonte: Middle Way Eye (2015).

8.2.9. Fator Sociocultural

Culturalmente, a Turquia fica a meio caminho entre o Oriente e o Ocidente, atraindo elementos de ambos para produzir a sua própria mistura única. O território que hoje constitui a república tem estado sujeito a uma gama impressionante de influências culturais. Estas deixaram um rico legado arqueológico, ainda visível na paisagem, das civilizações da Europa Clássica e do GMO islâmico. Vários locais de importância cultural foram designados como Património Mundial da UNESCO (Yapp & Dewdney, 2018).

As mudanças no parentesco, família e casamento resultaram de mudanças económicas e demográficas. Os homens jovens podem agora estabelecer mais facilmente a independência económica. A educação formal universal e as possibilidades de mobilidade social ascendente, ou migração para o trabalho, deram aos jovens uma visão do mundo diferente da dos seus antepassados, no entanto, mudanças significativas no comportamento consuetudinário são lentas no desenvolvimento (Yapp & Dewdney, 2018).

8.2.10. Fator Militar

As Forças Armadas Turcas são, do ponto de vista do número de militares, a segunda maior da OTAN, com mais de um milhão de soldados, se incluirmos reservistas e forças militarizadas:

- Exército, Marinha e Força Aérea: 502.000;
- Reservistas: 205.000;
- Paramilitares (Gendarmaria e Guarda Nacional): 378.000.

Estima-se que os gastos na defesa se situem em cerca de 4% do PIB. Essa percentagem chegou a 6,3% nos anos 70 e entre 4,8% e 4,2% nos anos 80 e 90. No Chipre, no norte do país, estão instaladas entre 35 mil e 45 mil tropas turcas (MAEC, 2018).

Desde a fundação da República, as Forças Armadas foram destinadas a ser o fiador dos princípios republicanos contra possíveis inimigos internos, para garantir a segurança de um país com uma situação geográfica delicada e para manter o seu anti sectarismo. Essas missões resultaram na constante presença e influência militar, em todos os aspetos da vida política e social da Turquia. Desde a transformação da República em regime multipartidário, em 1945, os militares realizaram cinco golpes de estado em 1960, 1971, 1980, 1997 e 2016 (MAEC, 2018).

8.2.11. Síntese conclusiva

O posicionamento geográfico da Turquia faz com que seja uma saída importante para a Europa, principalmente do gás russo da área do Mar Cáspio, mas também do petróleo proveniente do Golfo e da Rússia, desempenhando assim um importante papel para a segurança energética da Europa. Dada a necessidade de diversificar o aprovisionamento energético europeu e minimizar a elevada dependência da Rússia, a Turquia é um ator fundamental para alcançar este objetivo. A grande concentração da população nos centros urbanos, acima de 70%, junta cidadãos de diferentes origens, etnias e religiões, aproximando a grande maioria do país ao modelo turco de sociedade. O principal elemento de coesão é a estabilidade política do país. A forte liderança política de Erdogan e do partido AKP deu ao país uma estabilidade significativa nos últimos anos e o desenvolvimento de políticas e reformas destinadas a preparar as condições para uma possível entrada do país na UE.

Neste momento, assiste-se na Turquia, a uma discriminação das minorias étnicas e religiosas. Devido à supremacia cultural do islamismo sunita, os alevitas são relegados ao esquecimento, não sendo oficialmente reconhecidos pelo Estado turco. Essa discriminação também é uma possível fonte de conflito interno. O maior problema interno que a Turquia enfrenta é a ameaça à sua integridade territorial por parte da comunidade curda. A grande dependência externa de energia, com uma parte importante do fornecimento de gás pela Rússia, pode condicionar as ações e as relações da Turquia do ponto de vista da política externa. Este problema poderá ser agravado, pelos efeitos de interrupções nessas importações, que poderão ter origem em conflitos internos e externos. Existe um importante desequilíbrio do desenvolvimento económico entre a zona ocidental de maior riqueza, e a zona leste, mais pobre e com maiores taxas de desemprego. Apesar de ser um Estado oficialmente laico, o Islão, com 98% de seguidores, sempre teve uma forte influência nos assuntos do Estado, especialmente nas áreas rurais e nas áreas menos favorecidas. A tendência islamista e autoritária do AKP está pouco a pouco, a minar os valores seculares da República da Turquia e a levar a um corte nas liberdades e direitos dos cidadãos.

8.3. ANÁLISE DO POTENCIAL ESTRATÉGICO TURCO

O estudo do potencial estratégico é um método normalmente utilizado na Estratégia, que permite avaliar o potencial de guerra de um Estado ou duma região (IESM, 2007a, pp. 49-50). Segundo o General Cabral Couto (1988, p. 125) o potencial estratégico é definido como “o conjunto das forças de qualquer natureza,

morais e materiais, que um Estado pode utilizar em apoio da sua estratégia”. Para a análise do potencial estratégico turco, o presente estudo dará ênfase ao fator dos recursos naturais, ao económico, ao político-administrativo e ao fator militar, procurando-se sintetizar aquilo que são as principais potencialidades a maximizar e vulnerabilidades a minimizar por este país, cuja sua geografia é considerada simultaneamente “uma bênção e uma maldição” (Mehmetcik, 2015).

8.3.1. Relevância geopolítica e geoestratégica da região

All friendly and brotherly nations from Baghdad, Damascus, Beirut, Cairo, Sarajevo, Baku and Nicosia ... the hopes of the victims and the oppressed have won, [. . .] Beirut has won as much as Izmir. West Bank, Gaza, Ramallah, Jerusalem have won as much as Diyarbakir. The Middle East, the Caucasus and the Balkans have won, just as Turkey has won. (Dal, 2012, p. 245)

Foi desta maneira que o, à data primeiro-ministro turco Erdogan, atual presidente da Turquia, no seu discurso da vitória em 2011, se referiu ao GMO em vez de se ter referido à Europa, que nos mostra claramente que o discurso da política externa da Turquia, assim como a retórica regional dos líderes turcos, passou por uma mudança dramática nos últimos anos (Dal, 2012). Portanto, “a ressurgência da Turquia na região do Médio Oriente tem inclusive levado alguns comentadores a apelidarem esta nova abordagem de «neo-otomana»” (Mucznik, 2011, p. 139). Sob a liderança de Erdogan, o país também dá mostras de crescente disposição de alcançar o *status* de potência regional, o que altera substantivamente a lógica do seu relacionamento com as grandes potências e com os países na região (Centro de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro [CEEEx], 2016, p. 2) e que vem imprimir outra dinâmica conflitual no GMO. De facto, o GMO tem representado uma área relevante de interesse não só para a Turquia, mas para uma multiplicidade de Estados, o que se traduz num complexo xadrez geopolítico em toda esta região. Uma das principais razões para o interesse nesta região, sobretudo pelas grandes potências é, sem dúvida, o petróleo e gás aí existentes. A Europa, os EUA e a Rússia têm um longo historial de envolvimento na região, mas mais recentemente a própria China tem orientado a sua política externa para países desta região, motivada pela sua sede energética.

O GMO está posicionado no epicentro de uma série de *checkpoints* geográficos, que foram cruciais para a contenção soviética/russa durante séculos, como o Bósforo, Dardanelos, o Canal de Suez, o Estreito de Ormuz, bem como o Região do Cáspio do Sul, os Balcãs e, claro, o território turco (Troulis, 2017). Deste modo, esta região apresenta uma relevância geopolítica e geoestratégica

considerável, fazendo parte do designado *Rimland* de Spykman²⁷ e, segundo a máxima deste autor, “quem controlar o *Rimland* governa a Eurásia” e “quem dominar a Eurásia controla os destinos do mundo” (IESM, 2007b, p. 62). Considerando os diversos fatores já analisados na caracterização da Turquia, releva-se que a posição geoestratégica deste território (Figura 25) representa um relevante potencial estratégico.



Figura 25 – Ilustração da importância geoestratégica da Turquia para o Médio Oriente.
Fonte: Kippen e Routier (2013).

Dos Estados próximos com interesses geopolíticos na região do GMO destaca-se, além da já referida Turquia, o Irão e Arábia Saudita que são vistos como potências rivais a competir pelo papel geopolítico dominante na região, bem como ainda o Estado de Israel. Relativamente às grandes potências, estas têm também os seus interesses na região, que são naturalmente diversos. Considerando que a estabilidade política no GMO é desejável para o Ocidente e muito provavelmente para a China também, para a Rússia existe uma atração perversa na desestabilização da região (Petersen, 2011), o que leva a que os conflitos genuínos aí existentes, como a questão Islâmica, são muito das vezes inflacionados e por isso difíceis de solucionar.

8.3.2. Fatores de coesão e dissociação

Estruturada numa zona de transição, estrategicamente rodeada por um conjunto de países centrais para a definição do cenário político mundial, a Turquia atual define a vizinha Rússia como o inimigo, e as repúblicas emergentes da ex-URSS, como um território privilegiado de intervenção e, um dos domínios com maiores potencialidades para a expansão da influência turca (Peixinho, 2009). Por

²⁷ Nicholas K. Spykman é um dos autores dos “poderes conjugados” que faz a transição do pré SGM para o período pós-conflito (IESM, 2007b).

outro lado, a Turquia é membro da OTAN desde 1952, tendo uma das maiores Forças Armadas da Aliança. Contudo, a pertença à OTAN resulta sobretudo de circunstancialismos históricos pelo que não representa claramente um alinhamento com o conjunto de decisões ditas ocidentais (Peixinho, 2009). Mesmo assim, a OTAN parece ser o grande integrador da Turquia com o mundo ocidental, sendo os EUA o seu elemento fulcral. Os EUA e a OTAN têm pessoal e equipamentos militares importantes implantados em vários locais na Turquia (Zanotti & Thomas, 2018), como se pode observar na Figura 26.



Figura 26 – Mapa da presença militar da NATO e dos EUA na Turquia.

Fonte: Zanotti e Thomas (2018, p. 15).

Do conjunto das infraestruturas militares utilizadas pela OTAN e pelos EUA na Turquia, destaca-se a base aérea de Incirlik (infraestrutura N.º 8 da Figura 26), que é um lugar estratégico vital nas operações internacionais, nomeadamente sendo utilizada na Operação *Inherent Resolve*²⁸ (Llovo, 2017). Contudo, deve ser mencionado o facto de que houve várias ocasiões em que Ancara dificultou ou proibiu o uso pelos EUA desta base aérea, para apoiar os ataques aos jihadistas do Daesh na Síria (Vidal, 2018), tendo vindo a público rumores de que também a Rússia, que é visto como uma ameaça pela OTAN, possa vir utilizar esta base militar. De facto, é um paradoxo como é que a Turquia, um país membro da OTAN, possa vir a apoiar a Rússia desta maneira, o que provoca tensões com o Ocidente, em particular como os EUA. Com efeito, a Turquia mantém o direito de cancelar o acesso dos EUA à base

²⁸ A Força-Tarefa Conjunta e Combinada - *Operation Inherent Resolve* (CJTF-OIR) derrota o ISIS (*Islamic State of Iraq and the Levant*) em áreas designadas do Iraque e da Síria e estabelece condições para as operações subsequentes para aumentar a estabilidade regional (CJTF-OIR, 2018).

de Incirlik com três dias de pré-aviso (Zanotti & Thomas, 2018). Também com a UE, as relações da Turquia nunca foram livres de tensões e problemas, havendo falta de entendimento entre os ambos, assim como um profundo distanciamento, que está a aumentar à medida que o presidente Erdogan prossegue com a implementação e desenvolvimento de seu sistema Islamista (Vidal, 2018).

Por outro lado, um fator de dissociação e de possível foco de conflitualidade na região é o potencial estratégico que representam as riquezas energéticas da Ásia Central, e que interessam também a outros países da região como é o caso do Irão. Ainda, relativamente a recursos naturais, é importante destacar, tal como referido anteriormente, a contestação Síria, devido à construção de barragens pela Turquia ao longo dos rios Tigre e Eufrates, e que representam mais um potencial foco de conflito.

Como principal fator de coesão, refere-se a liderança forte que o presidente Erdogan tem exercido nos últimos anos. Erdogan é visto por alguns como um herói destemido que defende a dignidade muçulmana, e esta característica, apesar da laicidade do Estado turco, parece conferir alguma união e coesão ao país.

8.3.3. Núcleos do potencial estratégico

Como visto até aqui, a Turquia é o país de transição entre a Europa e o Médio Oriente, pelo que funciona como plataforma para projeção de poder do Ocidente na região. A sua grande diversidade geográfica, associada ao passado multiseular do Império Otomano, que perdurou até à sua dissolução no pós PGM, tem significativas implicações económicas, políticas, estratégicas e culturais (Fernandes J. P., 2005). Uma das zonas a considerar com potencial estratégico, são o acesso às bacias do Mar Mediterrâneo e Mar Negro, que é saída para a Europa. Aqui há a realçar o controlo sobre os estreitos do Bósforo e de Dardanelos que são as passagens principais para o *Heartland* de Mackinder²⁹. Através deste controlo poderá impedir-se o acesso da marinha russa ao Mar Mediterrâneo, daí representar relevância para a OTAN. Paralelamente, o facto de as antigas Repúblicas Soviéticas serem maioritariamente turcofonas, coloca a Turquia numa posição vantajosa no xadrez pela luta da influência regional (Peixinho, 2009). Por outro lado, a questão dos *pipelines* que atravessam a Turquia, é um núcleo de potencial estratégico, essencialmente no que concerne

²⁹ Haldorf John Mackinder é o autor clássico do “poder terrestre”, que apresenta uma conceção do ambiente geográfico que combina os grandes espaços e sua localização (IESM, 2007b).

à exportação de petróleo e gás da Ásia para a Europa. Nos dias de hoje passam já pela Turquia um conjunto de infraestruturas de transporte (Figura 27) que não só abastecem o país, mas que trazem gás do Cáucaso do Sul à UE (Ermida & Fernandes, 2013).

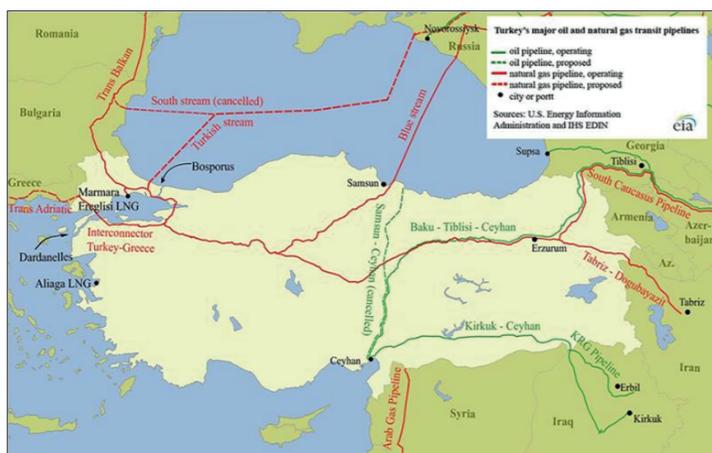


Figura 27 – Principais pipelines que atravessam a Turquia.

Fonte: Kippen e Routier (2013).

A Turquia tem o desejo de se tornar um *hub* internacional e um corredor de trânsito para o gás natural, melhorando ao mesmo tempo a sua própria segurança energética (Austvik & Rzayeva, 2017). Neste sentido, a Turquia tem também apresentado relevância geoestratégica para a segurança energética da UE, concretamente no caso do gás natural. Veja-se que a UE tem apostado num corredor meridional de gás, cujo objetivo é obter fornecimento do GMO, do Cáucaso do Sul e da Ásia Central, pelo que esta opção europeia faz ressurgir a importância geoestratégica da Turquia (Ermida & Fernandes, 2013). Assim, a Turquia poderá desempenhar um papel relevante, não só porque o corredor meridional de gás e outros *pipelines* atravessam o seu território, mas também pelo seu relacionamento histórico e comercial com as regiões do GMO, do Cáucaso do Sul e da Ásia Central.

8.3.4. Potencialidades

A Turquia encontra-se na confluência das três regiões com as maiores reservas mundiais de hidrocarbonetos (Ermida & Fernandes, 2013, p. 273). A sua centralidade geoestratégica representa uma significativa importância no cenário político internacional. Esta posição, aliada à proximidade histórica e política face às regiões do GMO e Ásia Central são vantagens de que a UE deverá também procurar tirar partido (Ermida & Fernandes, 2013). A importância económica associada

à existência de grandes fontes energéticas próximas de um grande mercado de destino, a UE (CEEEx, 2016), constitui também uma potencialidade da Turquia.

Vimos também no capítulo anterior que um dos principais recursos estratégico da região é a água, nomeadamente os rios Tigre e Eufrates que nascem na Turquia, e são vitais para toda a região do Sul do Cáucaso. Portanto, este fator representa também um potencial estratégico do qual a Turquia tem tirado proveito, na negociação com os estados vizinhos, constituindo-se mesmo como uma arma vital que afeta sobretudo Damasco e Bagdad.

Relativamente às relações com a Europa é de mencionar ainda a questão dos fluxos de migrantes, que a Turquia está a coordenar com a UE, no sentido de diminuir esse fluxo que está a atingir a Europa. Paralelamente, a Turquia representa também um ator importante no combate ao terrorismo transnacional. Neste sentido, estes factos circunstanciais afiguram-se como mais uma potencialidade negocial que a Turquia pode ter com a Europa.

Por outro lado, as características da Turquia como o referencial islâmico potenciam o GMO como palco privilegiado da sua política externa. Parece, pois, imprescindível valorizar os laços de proximidade com os países do Sul e limitar as valências de conflito (Peixinho, 2009). Por tudo isto, verifica-se que a Turquia pode desempenhar um papel relevante na mediação de crises que possam surgir, e servir como exemplo para os países vizinhos, com “a possibilidade de esta exportar o seu modelo democrático de conciliação com o islão para os países que foram atingidos por movimentos de contestação” (Mucznik, 2011, p. 138).

Em suma, como principais potencialidades da Turquia destaca-se o seu posicionamento geográfico, que faz com que seja uma saída importante para a Europa, e para as bacias do Mediterrâneo e Mar Negro, e também os *pipelines* existentes no seu território, que lhe permitem desempenhar um papel importante na região, nomeadamente no que concerne à segurança energética da Europa.

8.3.5. Vulnerabilidades

Como vulnerabilidades começa-se por identificar as disputas geopolíticas e os pontos de conflito da Turquia com os Estados vizinhos. Em primeiro lugar, a questão curda é um assunto geopolítico central que acarreta instabilidade para a região. O aparecimento de um possível Estado curdo representa talvez a maior ameaça à integridade territorial da Turquia, que pode vir a perder território caso isso aconteça.

Simultaneamente, a ocupação militar pela Turquia no Chipre do Norte funciona como fator de isolamento internacional. Por outro lado, a Turquia apresenta também vulnerabilidades face a ameaças vindas da Síria e do Iraque, aspetos que

irão ser abordados no capítulo seguinte. Ainda não se pode escamotear a questão arménia, referencial decisivo no quadro da imagem internacional de um país, que se pretende democrático. O não reconhecimento dos massacres da população arménia como genocídio, contrariando a tese das Nações Unidas, granjeou-lhe uma péssima reputação que, aliada aos incidentes registados por investigadores/historiadores turcos, se tornou num obstáculo central para a assunção da Turquia como par no mundo Ocidental (Peixinho, 2009).

Por outro lado, o envolvimento na Síria e no Iraque, pelos EUA, Rússia e Irão, complica ainda mais a situação da Turquia (Zanotti & Thomas, 2018). Também, a existência de grupos terroristas no seu território, representam um fator de instabilidade que poderá ter consequências internas e que influenciam negativamente o seu potencial estratégico. Em termos financeiros, a Turquia apresenta um *déficit* em conta corrente alto, o que aumenta a sua vulnerabilidade, face aos maiores custos de empréstimos (Zanotti & Thomas, 2018). De referir ainda, a real ou fantasma ameaça do islão fundamentalista que pode afetar a estabilidade política do presidente Erdogan. De facto, a tendência islamista e autoritária do AKP poderá trazer impactos relevantes para os cidadãos, que podem não ser bem acolhidos.

A Turquia continua dependente de petróleo e gás importados, situação que tem vindo a ser mitigada nomeadamente com a procura de fontes de energia alternativas, mas que se considera ainda como uma vulnerabilidade que afeta o seu potencial estratégico. Por isso, a segurança energética é hoje uma prioridade da política externa da Turquia, resultado do crescente interesse que esta demonstra na geopolítica energética das regiões circundantes (Ermida & Fernandes, 2013, p. 226). Aliás, a energia constitui um elemento importante na interdependência económica entre a Turquia e as regiões vizinhas (Ermida & Fernandes, 2013, p. 226).

8.3.6. Síntese conclusiva

Geopoliticamente, a Turquia atrai a atenção política e estratégica das grandes potências que desejam ter uma visão estratégica global (Troulis, 2017). Com um passado particularmente rico, marcado por influências diversas, a Turquia resulta numa miscelânea de perfis e características (Peixinho, 2009), sendo em termos geográficos um ponto de união, de diálogo e interação intercultural e estratégico entre o Ocidente e o importante GMO. Como vimos, a Turquia é vista, ainda hoje, como uma espécie de ponte entre Europa e o GMO. De facto, a sua relevância no cenário internacional deve-se principalmente à sua posição geográfica estratégica, o que lhe permite relacionar-se tanto com a Europa como com a Ásia. Nesse sentido, a Turquia tem simultaneamente “uma posição de fraqueza” e “uma posição de força” decorrente da geografia (Mehmetcik, 2015).

Por outro lado, a Turquia tem seguido uma política externa autónoma, o que, aliado à sua economia lhe conferem também relevância mundial. No entanto, a situação geográfica da Turquia é também delicada. As disputas políticas, territoriais e étnicas e reivindicações de autonomia constituem uma vulnerabilidade que deve ser acautelada. Outros temas polémicos, como a adesão à UE, a questão cipriota e do genocídio arménio, são também fatores relevantes que influenciam o potencial do país. Deste modo, a Turquia tem privilegiado movimentos táticos com os quais busca gerir o quadro de oportunidades e riscos nas relações com seus vizinhos e com as grandes potências (CEEEEx, 2016).

Há ainda a acrescentar as características da Turquia como referencial islâmico, que potenciam o GMO como palco privilegiado da sua política externa (Peixinho, 2009), pelo que a valorização dos laços de proximidade com os países do Sul e limitar as valências de conflito representam também um potencial a ser explorado.

Pela análise do potencial estratégico turco, parece-nos adequado afirmar que a Turquia tem potencial para exercer a sua ambição de potência emergente na região. Assim, em jeito de síntese deste capítulo, faz-se uso das palavras de Altunışık e Tür (2005, cit. por Ghiggi, 2010, p. 8) que dizem que a Turquia “mesmo se quisesse, não poderia pertencer à periferia da política mundial” pois encontra-se na fronteira entre dois mundos.

8.4. INTERESSE GEOPOLÍTICO DA TURQUIA NO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO

Neste momento, o principal conflito no GMO, que chama mais à atenção do Ocidente, é a guerra da Síria. Conflito este, que conta com a participação de vários atores, desde os EUA, Rússia, Inglaterra, França, Irão, Arábia Saudita, Israel, grupos radicais islâmicos e claro, a Turquia. Para além da Síria, é importante destacar a situação do Iraque, que continua caótica, especialmente desde a retirada da maioria das tropas americanas. Também aqui, a Turquia tem algo a dizer (Brito, 2018).

Neste capítulo, pretende-se analisar o paradoxo turco. Sendo a Turquia um membro da OTAN, parece incoerente o seu comportamento, especialmente ao longo do último ano, que tem colidido com os objetivos da coligação na região. As demonstrações de intenção expansionista, por parte da Turquia, tem desacreditado o seu discurso sobre a democracia, tendo em consideração, tanto o histórico dos acontecimentos internos da Turquia, como o seu apoio tácito às forças antidemocráticas da região, inclusive atuando como “parteira da radicalização jihadista sunita na Síria e no Iraque” (Kausch, 2015, pp. 93-94).

Os recentes discursos de Erdogan, abandonando a célebre expressão “*All azimuths*” e substituindo-a pela “*More than five*”, alterando assim, o paradigma da política externa turca, faz prever um aumento das tensões com os EUA, em particular, e com o Ocidente em geral (Guedes, 2019).

8.4.1. O interesse turco no conflito da Síria

A intervenção da Turquia na Síria é particularmente sensível, na medida em que sendo membro da OTAN, em 20 de janeiro de 2018, lançou uma ofensiva³⁰ contra a milícia curda das Unidades de Proteção do Povo³¹ (YPG) (Figura 28), considerada “terrorista” pelos turcos. A YPG é a principal aliada da coligação comandada pelos EUA, que luta contra o Daesh e controla a região de Afrin. Apesar do apelo do presidente Donald Trump para que a Turquia evite ações que possam provocar confrontos entre militares americanos e turcos, Erdogan, para além de ignorar o apelo de Donald Trump, prometeu levar a batalha ainda mais longe, até à fronteira com o Iraque, onde cerca de 2000 soldados americanos estão posicionados (Bellotti, 2018).



Figura 28 – Carros de combate do Exército turco perto da fronteira com a Síria, em Hassa, na província de Hatay.

Fonte: Jeffrey e Pollock (2018).

As ações da Turquia contra o regime de Assad têm contribuído, também, para as relações tensas entre a Turquia e o Irão. Neste caso, as principais razões prendem-se com o facto de o Irão poder vir a perder o seu único aliado árabe, que lhe dá acesso direto ao Hezbollah e ao Líbano, assim como, o fim do regime de Assad levaria à ascensão da Irmandade Muçulmana, o que significaria que a Síria deixaria de pertencer ao bloco xiita (Noi, 2012).

Os interesses turcos na Síria prendem-se fundamentalmente com o facto do atual governo sírio apoiar o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) na rebelião curda contra o Estado turco. Para os turcos é impensável permitir a criação de um Estado curdo, no norte da Síria, receando a expansão do mesmo para a

³⁰ Com o nome de *Operation Olive Branch*.

³¹ Em curdo, *Yekîneyên Parastîna Gel* (YPG). Dominam os grupos de milícias designadas de Forças Democráticas Sírias, que foram criadas e treinadas pelos EUA para combater o Daesh (Barton, 2018).

Turquia. Além disso, ainda existem as disputas territoriais não resolvidas, das quais se destaca a província turca do Hatay³², reclamada pela Síria. Paralelamente existe a contestação síria, devido à diminuição, de forma unilateral, dos caudais dos rios Tigre e Eufrates, fruto da construção da barragem de Ataturk, com o objetivo de irrigação das províncias do território turco junto à fronteira, que provocam a seca e a poluição da Síria (Fernandes J. P., 2005). No fundo, os interesses da Turquia podem-se resumir a dois objetivos. O primeiro prende-se com a intenção de que a Síria seja unificada, sem a presença de Assad nem de nenhum Curdistão sírio com ligações ao movimento do PKK. O segundo objetivo, de reduzir a influência do Irão na Síria e assegurar o isolamento das ameaças lá existentes, prende-se com o interesse diplomático da Turquia (que remonta aos conflitos Império Otomano-Persa) em conter, como disse recentemente o presidente Erdogan, o “expansionismo persa” (Jeffrey & Pollock, 2018).

8.4.2. O interesse turco no conflito do Iraque

As relações entre a Turquia e o Iraque, ao longo da história, foram marcadas por altos e baixos. Quando em 1962 o povo curdo, no norte do Iraque, se revoltou, inicialmente, a Turquia viu como uma oportunidade de enfraquecimento do governo do Iraque. Rapidamente percebeu que essa rebelião poderia ter consequências também para a Turquia, na medida em que se iniciaria a criação de um Estado curdo. Paralelamente, em 25 de agosto de 1973, a Turquia e o Iraque assinaram um acordo sobre a construção do oleoduto Kirkuk-Ceyhan³³, ou seja, desde sempre que os interesses da Turquia no Iraque não se resumiram às questões curdas, mas também em obter benefícios energéticos. Em 22 de setembro de 1980, o Iraque começou a conquistar território iraniano. A Turquia declarou neutralidade. Bagdade concentrou-se na guerra contra o Irão, deixando de reprimir os curdos no norte do Iraque. As organizações curdas tomaram o controlo da região norte, tendo tido o apoio da Síria. Ao mesmo tempo, o PKK utilizou esta situação para preparar a sua ação na Turquia. No entanto, o próprio PKK começou a ser perseguido por organizações curdas no Iraque, tendo mesmo essas organizações, estabelecido acordos com a Turquia, com o intuito de não permitir a passagem do PKK do Iraque para Turquia. Os membros da União Patriótica do Curdistão (PUK) e do Partido Democrático do Curdistão (KDP) (Figura 29) fizeram um acordo com a Turquia, os dois grupos curdos prometeram à Turquia lutar contra o PKK. Em troca, a Turquia aceitou a legitimidade da reivindicação da região no norte do Iraque por parte dos curdos. Assim, estes dois grupos acabaram por se tornar aliados da Turquia contra o PKK (Serin, s.d.).

³² Onde se situa a cidade de Antioquia.

³³ Este oleoduto, entre a cidade iraquiana de Kirkuk e a cidade turca de Ceyhan, atravessa território curdo, tendo sido várias vezes alvo de sabotagem por parte do PKK.



Figura 29 – Combatente das forças curdas no Iraque.

Fonte: Charleaux (2018).

Os interesses turcos no Iraque prendem-se com ambições que remontam ao fim do Império Otomano, em que a Turquia viu negada a sua reivindicação territorial do norte do Iraque, mais precisamente a região de Mossul e Kirkuk. Tal como a Síria, também o Iraque contesta a diminuição dos caudais dos rios Tigre e Eufrates (Fernandes J. P., 2005). Para além disso, é fundamental para a Turquia, o controlo do oleoduto Kirkuk-Ceyhan, permitindo assim diversificar a sua dependência energética.

8.4.3. Síntese conclusiva

Para a Turquia, a questão central nestes conflitos é a reivindicação dos curdos de criar um Estado próprio numa vasta extensão territorial que inclui partes da Síria, do Iraque, do Irão e da Turquia (Charleaux, 2018).

No entanto, os curdos têm tido um papel fundamental na luta contra o Daesh, diminuindo o seu controlo no norte da Síria. Sob pressão curda, o Daesh foi diminuído tanto na Síria quanto no Iraque, tendo os curdos conseguido recuperar territórios perdidos. Os EUA têm apoiado o YPG, entre outros grupos curdos, tal facto tem criado algum mau estar nas relações entre os EUA e a Turquia. Erdogan expressou ressentimento, pois o YPG é considerado um grupo terrorista por Ancara (Bellotti, 2018).

A questão curda não só tem sido empregue por forças externas, para enfraquecer os Estados regionais no GMO, mas também tem sido usada pela Turquia, Irão, Síria e Iraque, uns contra os outros, para combater o domínio na região, uns dos outros. A política comum entre Turquia, Irão, Síria e Iraque em

relação à questão curda, é que todos eles se opõem ao estabelecimento de um Estado curdo independente na região, devido aos temores de que isso possa ter um efeito dominó na região. Portanto, é legítimo poder dizer-se que há colaboração entre esses quatro Estados nessa questão. No entanto, esta colaboração não parece aplicar-se às suas abordagens relativamente ao PKK. De acordo com alguns analistas políticos, o regime de Assad não está a tomar medidas contra o PKK devido à atual posição anti-Assad por parte da Turquia. Além disso, o regime de Assad usa o PKK para controlar os curdos da Síria e impedir que os curdos na Síria participem ativamente nas revoltas sírias (Noi, 2012).

Em síntese, os interesses turcos na Síria e no Iraque, podem ser resumidos a três aspetos: impedir a criação do Estado do Curdistão; os interesses energéticos, relacionados com recursos de origem petrolífera; o controlo de um dos recursos naturais mais importante no GMO, a água.

8.5. CONCLUSÕES

Neste trabalho, através da análise do potencial estratégico da Turquia, procurou-se caracterizar os seus interesses no GMO do ponto de vista geopolítico, bem como analisar a sua intervenção nos atuais conflitos do GMO. Para tal, seguindo um modelo de análise Geopolítico, assente num estudo do potencial estratégico, através do método funcional conjugado com o método histórico e morfológico, organizou-se o trabalho em três partes, sendo que, na primeira, efetuou-se a análise dos fatores geopolíticos da Turquia, na segunda focou-se a análise do potencial estratégico turco, e finalmente, na terceira parte, apresentou-se os interesses geopolíticos turcos na Síria e no Iraque.

Desta forma concluiu-se que a Turquia tem um posicionamento geográfico fundamental, na medida em que faz a ligação entre dois continentes, o Europeu e o Asiático, sendo um ponto de união, de diálogo e interação intercultural e estratégico entre o Ocidente e o GMO. O passado particularmente rico, marcado por influências diversas, faz com que a Turquia resulte numa miscelânea de perfis e características. Ainda do ponto de vista geográfico, a Turquia constitui-se como um elo de ligação entre a Europa e os recursos energéticos vindos da Rússia, os hidrocarbonetos provenientes da região do Mar Cáspio, mas também do petróleo proveniente da Rússia e do GMO, tendo assim um papel importante para segurança energética para a Europa. Como membro da OTAN, a Turquia tem também um papel muito importante na gestão dos conflitos no GMO, sendo um dos principais aliados dos EUA, contribuindo também para a segurança europeia, funcionando como que um tampão para os migrantes que pretendem chegar à Europa.

O principal elemento de coesão no país é a estabilidade política, garantida

através da forte liderança de Erdogan e do AKP. O fim da Guerra Fria libertou a Turquia de um relacionamento dependente dos seus aliados ocidentais e revigorou o desejo de Ancara em se tornar numa potência do GMO. As políticas para o GMO do governo do AKP, no seguimento das revoltas da primavera árabe de 2011, entraram em choque com muitas das inclinações geopolíticas tradicionais da Turquia. As últimas políticas de Erdoan acabaram com o antigo pragmatismo de Ancara e deixaram que as considerações ideológicas orientassem a política interna e externa, criando assim tensões com o seu aliado americano. Apesar das reformas introduzidas pelo presidente Erdogan, a Turquia, definindo-se como uma democracia, continua a ter legítimas aspirações em entrar na UE, no entanto, fruto dos atuais conflitos que persistem no GMO, aparentemente, essa aspiração deixou de ser prioritária. Ou seja, estamos perante um dilema, em que, a Turquia para se assumir como uma das grandes potências regionais, poderá ter como custo, a degradação das relações com o Ocidente e com o aliado americano. Assim, a Turquia tem privilegiado movimentos táticos com os quais procura gerir o quadro de oportunidades e riscos nas relações com os seus vizinhos e com as grandes potências.

Apesar da estabilidade que se vive, continua latente a principal ameaça à sua integridade territorial por parte da comunidade curda. As disputas políticas, territoriais e étnicas e reivindicações de autonomia, constituem uma vulnerabilidade que deve ser acautelada. Para a Turquia, a questão central, nos conflitos do GMO, é a reivindicação dos curdos de criar um Estado próprio numa vasta extensão territorial que inclui partes da Síria, do Iraque, do Irão e da Turquia. Este é, sem dúvida, o principal interesse geopolítico da Turquia na região, na medida em que tal ambição curda colide com a coesão nacional e integridade do território turco.

A sua grande dependência externa, do ponto de vista dos recursos energéticos, nomeadamente da Rússia, tem condicionado as suas ações no âmbito da sua política externa. Os atuais conflitos no GMO, agravam essa mesma dependência energética, é disso exemplo o oleoduto Kirkuk-Ceyhan, em que sempre que existe instabilidade no Iraque, é interrompido o fornecimento de produtos petrolíferos.

Muito do que tem caracterizado o debate em torno do papel da Turquia na nova paisagem que definirá o GMO é a possibilidade de esta poder exportar para a região o seu modelo de coexistência entre islão e democracia. Neste âmbito, de forma sintética, pode-se concluir que a Turquia tem um papel importante a desempenhar, tirando partido dos atuais conflitos, obtendo vantagens que lhe permitam reivindicar o papel de uma das potências regionais, para tal necessita: (i) impedir a criação do Estado do Curdistão; (ii) salvaguardar os seus interesses energéticos, relacionados com os recursos de origem petrolífera; (iii) controlar um

dos recursos naturais mais importante no GMO, a água; (iv) gerir as tensões com o ocidente, em particular como os EUA, evitando roturas definitivas. Paralelamente pode desempenhar um papel importante, em prol do Ocidente, nomeadamente: (i) contribuir para a segurança europeia, funcionando como que um tampão para os migrantes que pretendem chegar à Europa; (ii) garantir a segurança energética para a Europa; (iii) servir de Estado modelo, demonstrando que é possível a coexistência entre o islão e a democracia.

Com a realização deste trabalho, pretendeu-se contribuir para um melhor conhecimento dos interesses geopolíticos da Turquia no GMO, assim como compreender as dinâmicas associadas aos atuais conflitos que lá perduram.

Assim, para investigações futuras, recomenda-se o estudo das novas relações que a Turquia está a estabelecer com a Rússia.

Como principal limitação deste trabalho, destaca-se a ausência de posições oficiais por parte do governo de Ancara, que permitiria compreender melhor o atual paradoxo turco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albentosa, J. V. (2018). *Turquia: presidencialismo, islamismo y “neo-otomanismo”*. Instituto Español de Estudios Estrategicos - Documento Marco.
- Austvik, O., & Rzayeva, G. (2017). *Turkey in the geopolitics of energy*. *Energy Policy*, 107(outubro 2016), 539-547.
- Barrinha, A. (19 de maio de 2017). *Relações Rússia Turquia: da rivalidade à parceria estratégica*. Retirado de <http://hdl.handle.net/10316.2/31919>
- Barton, J. (26 de janeiro de 2018). *As tropas americanas que estão apoiando os curdos ‘virarão alvos’ diz a Turquia*. Retirado de <http://vozdaturquia.com/mundo/oriente-medio/2018/01/26/tropas-eua-curdos-alvos-turquia/>
- Bellotti, G. (31 de janeiro de 2018). *O conflito entre Curdos e a Turquia*. Retirado de <http://desvendandopolitica.com.br/desvendando-o-conflito-entre-curdos-e-turquia/>
- Brito, R. (15 de maio de 2018). *Conflitos no Médio Oriente*. Retirado de <https://www.stoodi.com.br/blog/2018/05/15/conflitos-no-oriente-medio/>
- Caballero, A. G. (2007). *El agua como fuente de conflictos: estudio de la cuenca del eufrates y tigris*.
- CEEEEx. (2016). Edição Especial: *A Crise Político-Militar na Turquia. Análise Estratégica*. Ano 1. Nº 2., Ano 1. Nº2. Brasília: Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército.
- Charleaux, J. (22 de janeiro de 2018). *Porque a Turquia bombardeia os curdos na Síria*. Retirado de <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/01/22/Porque-a-Turquia-bombardeia-os-curdos-na-S%C3%ADria>

- CIA. (2018). The World Factbook. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>
- CIDOB. (1998). Turquia, perfil de um país. p. 474.
- CJTF-OIR. (2018). *Combined Joint Task Force Operation Inherent Resolve Fact Sheet*. Retirado de http://www.inherentresolve.mil/Portals/14/Documents/Mission/HISTORY_17OCT2014-JUL2017.pdf?ver=2017-07-22-095806-793
- Council of Europe. (2018). Turkey // 47 States, one Europe. Retirado de <https://www.coe.int/web/portal/turkey>
- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso* (Volume I ed.). Pedrouços: IAEM.
- Dal, E. P. (2012). *The transformation of Turkey's relations with the middle east: Illusion or awakening?* *Turkish Studies*, 13(2), 245-267.
- Ermida, G., & Fernandes, J. (2013). *A relevância geoestratégica da Turquia para a segurança energética da União Europeia: o caso do gás natural*. *Nação e Defesa*, pp. 253-276.
- Fernandes, J. P. (03 de 2005). *A Geopolítica da Turquia. Um desafio às sociedades abertas da União Europeia*. pp. 47-60. Retirado de <http://realpolitikmag.org/wp/index.php/2015/06/06/a-geopolitica-da-turquia-um-desafio-as-sociedades-abertas-da-uniao-europeia/>
- Fernandes, J. (s.d.). *A Turquia face ao regresso do nacionalismo curdo*. Retirado de <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/os-abfantasmas-de-sevresbb-a-turquia-face-ao-regresso-do-nacionalismo-curdo/Os-abfantasmas-de-Sevresbb-A-Turquia-face-ao.pdf>
- FMI. (2018). *Turkey : 2018 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Turkey*. Retirado de <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2018/04/30/Turkey-2018-Article-IV-Consultation-Press-Release-Staff-Report-and-Statement-by-the-45822>
- Freeworldmaps. (2018). *Turkey Physical Map*. Retirado de <http://www.freeworldmaps.net/europe/turkey/map.html>
- Ghiggi, L. (2010). *Estratégia de Integração Regional da Turquia: Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre.
- Guedes, A. M. (22 de janeiro de 2019). *A Turquia e o seu papel nos conflitos do “Grande Médio Oriente” alargado*. (N. G. Marçal, Entrevistador)
- IESM. (2007a). ME 71-00-08 *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.

- IESM. (2007b). NS_00050 *Geografia, Geopolítica e Geoestratégia*. Realidade Geopolítica (As principais teses). Lisboa: IESM.
- Jeffrey, J., & Pollock, D. (25 de janeiro de 2018). *How to Stop the War Between Turkey and the Syrian Kurds*. Retirado de <https://foreignpolicy.com/2018/01/25/how-to-stop-the-war-between-turkey-and-the-syrian-kurds/>
- Kausch, K. (2015). *Geopolitics and Democracy in the Middle East*. Spain: Madrid: FRIDE.
- Kippen, J., & Routier, D. (2013). *Turkey – A National Critical Intelligence Estimate Presented by Section 31*. (U. College, Ed.) Retirado de <https://cybershafarat.com/2013/08/02/turkey-a-national-critical-intelligence-estimate-presented-by-section-31/>
- Kose, I. (2017). Science And Technology Policies In Turkey. Em *Researches on science and art in 21st Century Turkey*.
- Llovo, J. (2017). *Turquía: El socio de todos, la aliada de nadie*. *bie3: Boletín IEEE*(8), 777-793.
- MAEC. (2018). *Ficha Republica de Turquia*. Retirado de http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/TURQUIA_FICHA%20PAIS.pdf
- Mehmetcik, H. (2015). “*The World is Bigger than Five*”: *Turkey and the United Nations Reform*. Retirado de <https://www.munplanet.com/articles/international-relations/the-world-is-bigger-than-five-turkey-and-the-united-nations-reform>
- Middle East Eye. (2015). *Oil and gas pipelines in Turkey*. Retirado de <https://www.middleeasteye.net/multimedia/infographics/oil-and-gas-pipelines-turkey-36486773>
- Mucznik, M. (2011). *A Turquia: um modelo de inspiração para um novo Médio Oriente?* *Relações Internacionais* (R: I)(30), pp. 137-148.
- Noi, A. U. (2012). *The Arab Spring, its effects on the Kurds, and the approaches of Turkey, Iran, Syria, and Iraq on the Kurdish issue*. Retirado de https://www.academia.edu/the_arab_spring_its_effects_on_the_kurds
- Peixinho, M. (2009). *A Turquia: fronteira entre dois mundos*. *Revista Da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, pp. 184–195.
- Petersen, A. (2011). *The World Island. Eurasian Geopolitics and the Fate of the West*. California, EUA: ABC-CLIO.
- Santos, L., & Lima, J. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. *Cadernos do IESM*, 8. Instituto Universitário Militar: Lisboa.
- Serin, N. (s.d.). *Turkey and Iraq Relations in 20th Century*. Retirado de https://www.academia.edu/11487855/Turkey-Iraq_Relations

- Troulis, M. (2017). *Back to the geopolitical future of the Greater Middle East: What Turkey comes to remind us via its mistakes*. *Civitas Gentium*, 5(4), 177-190.
- Vidal, J. A. (2018). *Turquía: presidencialismo, islamismo y ‘neo-otomanismo’* (2ª parte). *bie3: Boletín IEEE*(9), 1004-1060.
- wikitravel. (2018). *Turquia*. Obtido de Wikitravel: <https://wikitravel.org/pt/Turquia>
- Yapp, M. E., & Dewdney, J. (2018). *Encyclopedia Britannica*. Retirado de <https://www.britannica.com/place/Turkey>
- Zanotti, J., & Thomas, C. (2018). *Turkey: Background and U.S. Relations*. Retirado de <https://fas.org/spp/crs/mideast/R41368.pdf>

9. OS EUA E OS CONFLITOS DO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO: PRÓ-ATIVIDADE E OS SEUS AVANÇOS E RECUOS

Miguel Ângelo Reis Alves Amorim
Major de Administração Militar da GNR

Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva
Major de Infantaria do Exército

9.1. INTRODUÇÃO

Atualmente para analisar a postura dos Estados Unidos da América (EUA) no Médio Oriente (MO), atendendo aos interesses globais daquela que é ainda e por agora a superpotência mundial, obriga a uma interpretação mais lata da região estendendo aos limites ocidentais da Ásia e ao continente Africano, naquilo que ficou conhecido pelo termo “Grande MO” Alargado (Figura 30) (GMOA)³⁴.



Figura 30 – “Grande Médio Oriente” Alargado.

Fonte: (wikiwand, s.d.).

Apesar de a expressão estar associada ao discurso de novembro de 2003 do então presidente norte-americano George W. Bush, referindo-se ao projeto da sua administração para democratizar aquilo a que chamou o Grande Médio Oriente, haviam sido os ingleses que cunharam o termo “Oriente Médio”, para se referir aos territórios situados no meio do seu caminho, entre a Inglaterra e a Índia, e que pertenciam ou estavam sob a tutela do Império Otomano (Fiori, 2007, p. 1).

Perante a conferência na fundação *National Endowment for Democracy*,

³⁴ Sobre este assunto, consultar o tema 1 - Enquadramento histórico na análise geopolítica e geoestratégica do ‘Grande Médio Oriente’ Alargado.

Bush afirmou: “Enquanto o MO continuar a ser um local onde a democracia não floresce, será um local de estagnação, de ressentimento e de violência pronta a exportar”. Por isso, anunciou, “(...) os EUA adotaram uma nova política, uma estratégia para fazer avançar a liberdade no MO” (Coelho, 2005). A ideia era definir e unificar um novo espaço de intervenção geopolítica, que iria de Marrocos até ao Paquistão, e deveria ser objeto da preocupação prioritária das Grandes Potências, na sua guerra contra o “terrorismo islâmico”, e a favor da “democracia” e dos “direitos humanos” (Fiori, 2007, p. 2). A ideia de democratizar o GMOA e não teve a sua génese na administração Bush. Já na anterior Administração, de Bill Clinton, tinha havido políticas que se destinavam a encorajar a implantação da democracia naquela região, embora os atentados de 11 de setembro de 2001 tenham vindo a mudar o tom dessa política (Coelho, 2005). Segundo a autora quando Bush a apresentou, tudo indicava que não se tratava de mais um pacote de medidas de cooperação, mas de uma estratégia que poderia ser mais “ofensiva”, com forte pressão diplomática e, por exemplo, o apoio a grupos da oposição.

No entanto, a imposição deste projeto não foi bem-recebida no mundo árabe sendo alvo de inúmeras críticas, incluindo seus aliados Egito e Arábia Saudita³⁵, reprovando a administração norte-americana pela sua pouca compreensão dos países da região duvidando da eficácia de um projeto de progresso social e político imposto do exterior (Fiori, 2007). Também no G8³⁶ surgiu um mal-estar pelo facto dos EUA pressionarem para serem empreendidas reformas na região, ao mesmo tempo que se mantêm distantes do conflito israelo-palestiniano (Fiori, 2007), com os parceiros do G8 a fazer questão de introduzir no documento a referência à necessidade de se tentar encontrar uma solução para o conflito, acabando assim por obrigar os americanos a estabelecer uma ligação que estes queriam evitar entre este conflito e o problema mais geral do MO (Coelho, 2005).

Face aos interesses explícitos e implícitos, têm sido definidas políticas que parecem indiciar um afastamento e desvinculação dos EUA na região, numa trajetória geral não apenas da administração Trump, mas também da anterior (Obama), deixando aos seus aliados o papel de atuação por conta própria, sob a figura de *proxys* (Middle East Policy Council, 2018).

Entre avanços e recuos da política externa dos EUA na região, assistiu-se ao estabelecimento de novas alianças (para além dos já citados Egito e Arábia Saudita, também o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos) e a um esmorecimento da relação

³⁵ Sobre este assunto, consultar o tema - A Arábia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos: dimensões das intervenções destes no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado.

³⁶ Grupo de países equivalentes às oito economias mais fortes do mundo segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

com o Qatar e com a Turquia³⁷, atores relevantes no equilíbrio de poder regional, designadamente para fazer face ao Irão³⁸ (considerado o maior desestabilizador) e aos efeitos do conflito Sírio.

Segundo o *Middle East Policy Council* (2018), os aliados, sobretudo os Estados do Golfo Pérsico, estão a assumir a responsabilidade pela sua própria segurança, aumentando as suas intervenções na vizinhança, não vendo os EUA como essenciais ou centralizados na região.

9.2. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E OS SEUS INTERESSES NA REGIÃO DO MÉDIO ORIENTE ALARGADO

9.2.1. Relevância geopolítica e geoestratégica do Médio Oriente alargado e os interesses dos EUA na região

Os primeiros anos do século XXI tem sido repleto de desafios para os EUA no MO. Na sequência de um triunfo irrefutável na primeira guerra do Iraque com a operação “Desert Storm” ocorrida em 1991 no rescaldo do pós-guerra fria, os EUA voltaram em 2003 àquele teatro para desta vez derrubar o “ditador” Saddam Hussein. O “trigger” foi espoletado na sequência dos eventos de 11 de setembro de 2001 (atentado terrorista infligido sobre as Torres Gémeas no centro de Manhattan, em Nova Iorque e à sede do Pentágono, na Virgínia, Washington). Este episódio têm sido apresentado como um “momento de rutura no sistema das relações internacionais, ou pelo menos como um elemento novo na agenda da política mundial, ponto definidor de uma nova relação dos EUA com a ordem global” (Barbosa, 2002, p. 72). Segundo o autor o “mundo pós-11 de setembro não mudou, mas sim a agenda da política mundial, não tanto pela ação em si dos terroristas, mas antes pela vontade de demonstração de poder da maior potência da nossa época.” Na verdade, apenas se consegue compreender os interesses norte americanos na região, se ao mesmo tempo se tiver noção dos interesses naturalmente opostos das potências que lutam pela hegemonia mundial.

De uma forma geral, os interesses dos EUA na região passam assim por garantir o seu *status quo* enquanto superpotência hegemónica, bem como impedir a aproximação e acesso da superpotência continental adversária - Federação Russa - e da potência emergente – República Democrática da China³⁹ - ambas com aspirações hegemónicas. No que se refere ao acesso referido, os EUA e os seus

³⁷ Sobre este assunto, consultar o tema - A Turquia e o seu papel nos conflitos do ‘Grande Médio Oriente’ Alargado.

³⁸ Sobre este assunto, consultar o tema – O Irão e os formatos da sua atuação nos conflitos no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado.

³⁹ Sobre este assunto, consultar o tema – A China e os conflitos do ‘Grande Médio Oriente’ Alargado: afirmação de uma nova potência global na região.

aliados mantêm a concepção de negar à potência continental, possibilidade de alcançar os mares quentes⁴⁰, designadamente o acesso ao Mar Mediterrâneo (que se liga ao Oceano Atlântico através do Estreito de Gibraltar, mas também ao Mar Vermelho, Golfo de Aden e Mar da Arábia) e ao Oceano Índico. Apesar da sua extensão territorial, a Rússia⁴¹ não dispõe de acesso a portos abertos (sem limitações por via do congelamento dos mares), vendo no seu alastramento para os países do MO uma oportunidade de alcançar essa profundidade estratégica e dessa forma criar a ilusão de paridade ao nível da presença, poder e influência naquela região do globo. Ao mesmo tempo, a Rússia pretende destabilizar a região, colocando pressão sobre o *status quo* dos EUA desafiando o seu poder e influência.

Dos vários interesses estratégicos americanos identificáveis no MO, nenhum é tão importante como a continuação do acesso aos recursos petrolíferos (Figura 31) (Soller & Rato, 2008, p. 61), não significando uma pretensão de controlo direto sobre os países produtores, mas antes a garantia de estabilidade do volume de produção, do fornecimento da matéria-prima e, sobretudo, do preço de mercado. Esta é aliás uma das prioridades assumidas pelos EUA na sua Estratégia de Segurança Nacional (ESN), publicada em 2017 pela Casa Branca após a eleição presidencial de Donald Trump. Esta define a necessidade de garantir a segurança energética mundial, com os EUA a trabalhar com os aliados e parceiros para proteger a infraestrutura energética global contra ameaças cibernéticas e físicas, que passa por modernizar as reservas estratégicas de petróleo e incentivar outros países a desenvolverem as suas próprias de acordo com as necessidades nacionais de segurança energética (EUA, 2017, p. 23). Na realidade, a instabilidade na região pode provocar uma retração na produção, com consequências imediatas ao nível da cotação do preço do crude, impossibilitando a criação de reservas estratégicas da matéria-prima pelos EUA. Esta situação é agravada quando se reconhece que as previsões internacionais apontam para um aumento da procura ao longo das próximas décadas, sobretudo impulsionado pelo crescimento dos países asiáticos, designadamente a China (Soller & Rato, 2008, p. 61).

⁴⁰ Os “mares quentes” caracterizam e simbolizam uma oposição contrastante com os “mares frios” do Mar Ártico e da Sibéria Oriental.

⁴¹ Sobre este assunto, consultar o tema - A reentrada da Rússia nos conflitos do ‘Grande Médio Oriente’ Alargado: interposição e desestabilização.



Figura 31 – Corredor do petróleo do MO.

Fonte: jordanscience (2008).

Com o preço do petróleo a ser determinado por fatores voláteis como a oferta, a procura, a capacidade de refinação, a segurança das redes de transporte e o “prémio político” definido como a estabilidade (ou a falta desta) ao nível dos países produtores (Soller & Rato, 2008, p. 61), entende-se que a estratégia dos EUA para a região vise acautelar o seu interesse primordial de acesso aos recursos petrolíferos. Com efeito, a ESN preconiza a contenção movimentos fundamentalistas islâmicos, como o Autoproclamando Estado Islâmico (ISIS) e a Al-Qaeda, procurando um MO que não seja refúgio seguro ou terreno fértil para terroristas jihadistas, não dominado por qualquer poder hostil para os EUA, e que contribua para um mercado energético global estável (EUA, 2017, p. 48). O segundo interesse americano passa assim por conter os movimentos fundamentalistas islâmicos e, sobretudo, evitar que conquistem o poder nos países mais relevantes (Soller & Rato, 2008, p. 62). A estabilização da região implica por um lado a presença dos EUA, apoiando a democratização e desenvolvimento dos países, no pressuposto de que os fatores económicos não determinam a estabilidade, mas ajudam a influenciá-lo. (Chubin, Hoffman, & Rosenau, p. 3). A presença dos EUA, quer esta se faça com “boots on the ground” ou através de apoio económico, tecnológico-militar aos países da região, sempre mobilizará os grupos radicais a agirem contra a estabilidade política

desses Estados. Segundo Soller & Rato (2008, p. 62) caso a luta contra o terrorismo for entendida como o objetivo primeiro da política externa, os problemas inerentes à emergência da Rússia e da China serão secundarizados, aumentando o patamar de tolerância em relação a estes países se se considerar que são indispensáveis na luta contra o terrorismo.

Intrinsicamente relacionado com necessidade de contenção dos movimentos fundamentalistas islâmicos, está o objetivo de impedir a proliferação de Armas de Destruição Massiva (ADM), atenta a instabilidade de alguns dos regimes que por força das primaveras árabes viram os Estados colapsar e degenerar em Estados falhados, ficando os arsenais militares à mercê destes grupos, que os utilizam para desestabilizar a segurança regional ou os comercializam alimentando movimentos radicais em África.

Em parte, a estratégia dos EUA passa por impedir a nuclearização do Irão, caso contrário as repercussões ao nível do comportamento dos países circundantes seriam catastróficas, com uma corrida aos armamentos designadamente nucleares, que aumentaria a probabilidade de grupos terroristas virem a adquirir ADM (Soller & Rato, 2008, p. 63).

Em síntese os interesses dos EUA na região refletem a necessidade de acesso aos recursos petrolíferos garantindo a estabilidade de preços da matéria-prima, a necessidade de contenção de movimentos fundamentalistas islâmicos e impedir a proliferação de armas de destruição massiva, bem como impedir o seu acesso a movimentos fundamentalistas islâmicos.

9.2.2. Opções políticas para o Médio Oriente alargado - condicionantes e possibilidades estratégicas

Como vimos, o MO alargado apresenta um conjunto de desafios que impendem direta ou indiretamente sobre os mais relevantes interesses dos EUA na região. Embora esses interesses sejam caracterizados pela vertigem da hegemonia, através dos presidentes George W. Bush, Barack Obama e, mais recentemente, Donald Trump, os EUA procuram enfrentar estes desafios com políticas ferozmente polares: a doutrina de Bush e a doutrina de Obama (Ashooh, 2016, p. 1), a que agora vemos juntar a doutrina Trump.

As opções políticas refletem naturalmente os interesses dos EUA na região. A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (ESN), publicada em 2017 pela Casa Branca após a eleição presidencial de Donald J. Trump, constitui a base onde assenta a sua política externa que põe a “*América em primeiro lugar*”. Numa linha política bem vincada Trump assume perante os seus concidadãos que fora eleito

para tornar a *América novamente Grande*⁴². A materialização deste desiderato passa naturalmente por assegurar a condução dos destinos do Mundo, assente no seu dever de liderar, enfrentando os múltiplos desafios, procurando oportunidades para promover a segurança e a prosperidade de todos os americanos (EUA, 2017, p. 1). Com efeito, a ESN dá destaque (relativamente aos 4 pilares que enformam a estratégia) à estratégia num contexto regional, incidindo sobre a região do Indo-pacífico, Europa, Ásia do Sul e Central, América central, MO e África.

A estratégia regional mostra assim a consciência detida pelos EUA sobre a ameaça latente referindo que estes enfrentam um mundo extraordinariamente perigoso, em consequência “dos regimes desonestos que têm desenvolvido armas nucleares e mísseis para ameaçar todo o planeta”, ao mesmo tempo que “Grupos terroristas radicais islâmicos e os terroristas foram florescendo pelo controle de vastas áreas do MO” (EUA, 2017). Particularizando, de uma forma explícita refere que os EUA se encontram a reunir o Mundo contra os regimes “desonestos” da Coreia do Norte e confrontando o perigo colocado pela ditadura no Irão determinado a prosseguir o desenvolvimento do seu programa nuclear assente num acordo (que caracteriza de negligente) firmado pela presidência de Barack Obama. Em contraponto, e em reforço daquela que é a linha estratégica definida para a região, refere como relevante a renovação das amizades no MO, com o estabelecimento de parcerias com líderes regionais para ajudar a expulsar terroristas e extremistas, cortar seu financiamento e desacreditar sua ideologia perversa.

De uma forma expressa e em vários documentos oficiais dos EUA, existe a convicção que a região permanece como um abrigo seguro para as organizações terroristas mais perigosas do mundo, como o ISIS e a Al-Qaeda, as quais prosperam com a instabilidade e exportação da Jihad violenta. Nesta convicção o Irão consta como o principal patrocinador estatal Mundial do terrorismo, aproveitando a instabilidade para ampliar sua influência através de parceiros e grupos designados de *proxys* e favorecer proliferação de armas e do financiamento destas atividades criminosas e terroristas. Além disso, o Irão é acusado de continuar a desenvolver mísseis balísticos mais capazes e capacidades de inteligência, empreendendo ainda atividades cibernéticas maliciosas. Outra das acusações que impendem sobre o Irão é o incitamento e perpetuação da violência na região, causando sérios danos às populações civis. Face a este desequilíbrio grupos extremistas têm ocupado o vazio de poder na região fazendo proliferar movimentos terroristas, ao mesmo tempo que em contraponto à ameaça crescente do Irão, os estados vizinhos rivais têm-se

⁴² *Slogan* de campanha vertido para a primeira frase do preâmbulo da ESN dos EUA (2017).

reforçado militarmente (sobretudo a Arábia Saudita, o Egito, a Jordânia e Israel⁴³) servindo de tampão à ameaça terrorista.

Os líderes destes parceiros, outrora oponentes entre si, têm cooperado e vindo a rejeitar ideologias radicais, o extremismo islâmico e a violência. Apesar dos resquícios da conflitualidade com Israel, o denominador comum centrado na rejeição do terrorismo sustentado na estabilidade política e numa prosperidade sustentável da região, têm mudado o paradigma, havendo consciência de que o que impede a paz já não é a oposição de Israel à Palestina, mas antes as ameaças de organizações terroristas jihadistas e a ameaça do Irão. Nesse contexto, estes Estados têm encontrado cada vez mais interesses comuns com Israel em confrontar ameaças comuns.

Interessa por esse motivo aos EUA manter alianças estáveis com estes parceiros (pelo seu potencial regional destaca-se Israel, a Arábia Saudita e o Egito). Na consciência que “os terroristas e os criminosos prosperam onde os governos são fracos, a corrupção é desenfreada, e a fé em instituições governamentais é baixa” (EUA, 2017, p. 49), os EUA pretendem promover a estabilidade e um equilíbrio de poder que favorece os seus interesses, revitalizando para o efeito, parcerias com nações com mentalidade de reforma e incentivar a cooperação entre os parceiros da região. Ao catalisar maior cooperação económica e política beneficiará também a prosperidade dos seus parceiros.

Em linha com os interesses explícitos dos EUA para a região, o documento estratégico define assim uma visão de um MO seguro e moderno que veja garantida a estabilidade de um mercado energético global, livre da ameaça terrorista de matriz jihadista e não dominado por qualquer poder hostil para os EUA. Assume-se como fundamental uma intervenção direta que dê mostras que a região do MO não voltará a ser um paraíso fértil e seguro para os movimentos terroristas e para poderes hostis. Com efeito, a ESN (2017) define um conjunto de ações prioritárias que incidem nos domínios político, económico, securitário e militar (EUA, 2017, pp. 48-60). Assim ao nível político (naturalmente interrelacionado com os restantes domínios) é colocado ênfase no fortalecimento e criação de novas parcerias, encorajando reformas democráticas graduais para ajudar a promover a segurança através da estabilidade, num esforço para contrariar as ideologias violentas e aumentar o respeito pela dignidade da pessoa humana.

Esta linha da política norte americana preconiza um apoio à estabilidade e prosperidade política, económica e securitária alargado a um Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG) forte integrado. Atenta a

⁴³ Sobre este assunto, consultar o tema – Israel e as suas intervenções pontuais e cirúrgicas crescentes no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado.

importância do Iraque no contexto regional, os EUA preconizam o reforço de uma parceria estratégica a longo prazo com o Iraque como um estado independente. O Iraque é visto como pedra angular no equilíbrio do MO, sobretudo pela proximidade com o arquirrival Irão (a leste), com a Síria (a oeste), ambos os Estados declarados como principais ameaças dos EUA, com estreitas ligações à Rússia de Vladimir Putin. Para a Síria a linha definida pela política norte americana consiste em encontrar uma solução para o fim da guerra civil, que defina as condições para que os refugiados voltem para casa e reconstruam suas vidas em segurança, aliviando a pressão migratória na Europa e países adjacentes. Para o Irão, a ação norte americana passa por negar todos os caminhos que possibilitem obter a capacidade militar nuclear e neutralizar a influência maligna iraniana.

A norte situa-se a Turquia, que embora aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e um dos maiores exércitos da organização, viu deteriorada a relação com os EUA por causa do conflito sírio, onde os EUA apoiam uma milícia Curda das Unidades de Proteção Popular (YPG)⁴⁴ contra o regime do presidente sírio Bashar al-Assad. No entanto, o recente anúncio de Trump em dezembro de 2018 assumindo a retirada dos EUA da Síria, elimina o principal obstáculo para uma campanha turca que visa erradicar as forças curdas sírias. A agravar a situação, esta tensão entre os dois aliados da NATO ocorre em paralelo à aproximação entre a Turquia e a Rússia, quer ao nível da concertação de posições diplomáticas (a que se junta o Irão), quer ao nível do aval russo para a condução de operações militares no norte da Síria contra o YPG. A recente aquisição de um sistema de mísseis antiaéreos S-400 à Rússia faz estremecer ainda mais a relação da Turquia com os EUA e com os aliados NATO.

Entretanto a anunciada retirada dos EUA da Síria elimina o principal obstáculo para uma campanha turca para erradicar as forças curdas sírias.

A Arábia Saudita a sul (do Iraque) é atualmente um forte aliado norte americano, com importância vital uma vez que sozinha consegue fazer variar o valor de mercado dos produtos petrolíferos. Segundo as estatísticas de 2017, a Arábia Saudita ocupa o segundo lugar na produção mundial (Figura 32), sendo o maior produtor da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A dependência energética dos EUA relativamente à Arábia Saudita constitui uma vulnerabilidade que, no entanto, poderá ser atenuada com a recuperação da indústria petrolífera iraquiana, com a redução do risco de um confronto militar com o Irão e, se a todo custo for evitado um eventual bloqueio do estreito de Ormuz (Soller & Rato, 2008, p. 62)

⁴⁴ Em curdo *Yekîneyên Parastina Gel* (YPG).

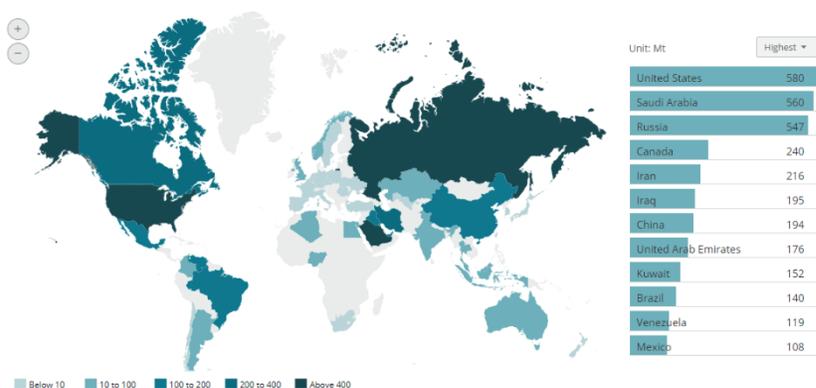


Figura 32 – Mapa de produtores de petróleo 2017.

Fonte: Enerdata (2018).

Apesar do episódio da execução do jornalista e colaborador do jornal *Washington Post*, Jamal Khashoggi em 2018 na Embaixada Saudita na Turquia, com fortes indícios da participação moral do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, os EUA mantêm os esforços de aproximação à Arabia Saudita, que vão desde a cooperação comercial (destacando os produtos petrolíferos e tecnologia), à cooperação militar (com venda de armamento).

Também o Egito constitui uma prioridade para os EUA, numa linha de encorajamento à modernização das suas economias e à estabilização democrática da região. A manutenção do funcionamento do Canal do Suez na ligação entre o Mar Vermelho e Port Said junto do Mar Mediterrâneo é nevrálgica para os EUA e para os aliados do mundo ocidental.

Em termos militares e numa linha extensível a todos os parceiros regionais, os EUA manterão a presença militar americana necessária na região para proteger os EUA e os seus de ataques terroristas, preservando o equilíbrio regional favorável de poder e segurança. Com efeito, a parceria envolve o apoio no fortalecimento de suas instituições e capacidades, inclusive na aplicação da lei, para conduzir os esforços contra o terrorismo e contra a insurreição. Entre o conjunto de apoios, destaca-se a aquisição de sistemas de defesa de mísseis interoperáveis e outras capacidades para melhor se defender contra ameaças de mísseis ativos, sob o espectro da ameaça do Irão. Segundo o *Middle East Policy Council* (2018), a contenção e redução da influência do Irão é fundamental para restaurar o equilíbrio regional, o que implica que os EUA estejam dispostos a desempenhar um papel de liderança.

Segundo Vali Nasr citado por Zakaria (2018) “a realidade mais marcante sobre a luta de poder no MO nos dias de hoje é a ausência dos árabes” (Figura 33). Na verdade, olhando para os combates recentes assiste-se ao envolvimento

de poderes não árabes, com o espectro de conflitualidade a ter como protagonistas iranianos, turcos, russos, israelitas e americanos, empenhados em operações de combate para determinar quem vai moldar o mundo árabe.

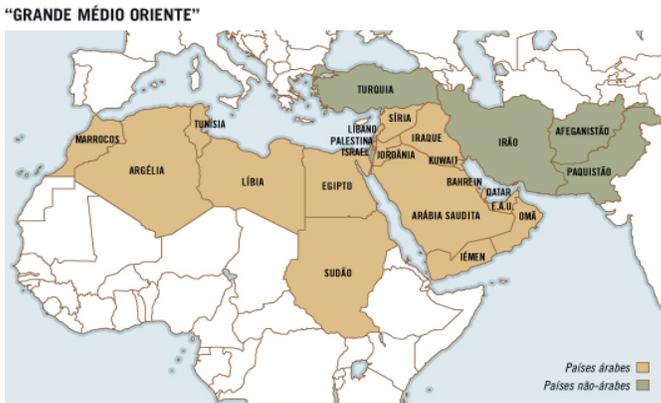


Figura 33 – “Grande Médio Oriente” Alargado.

Fonte: Janusonline (2007).

Os EUA devem por esse motivo manter uma política ativa na região, não significando que esse envolvimento seja assegurado por via de tropas no terreno segundo a premissa de “boots on the ground”, mas sobretudo por via de fornecimento de intel, tecnologia, treino e apoio logístico (Middle East Policy Council, 2018). Esta solução é preconizada designadamente para o conflito do Iémen visando o alcance de um acordo político. O recente anúncio de Trump já referido, assumindo a retirada dos EUA da Síria é demonstrativo desta opção política de menor presença militar no terreno.

Embora não diretamente comparável, o programa de modernização prosseguido pelos aliados Arábia Saudita e também o Egito, cujas expectativas de sucesso são elevadas, constitui o exemplo perfeito da nova política dos EUA para determinados parceiros da região (Middle East Policy Council, 2018), promovendo a estabilidade regional (com efeitos a nível mundial), numa intervenção catalizadora de desenvolvimentos positivos, envolvendo economicamente, apoiando reformas e defendendo os benefícios de sociedades e mercados abertos (EUA, 2017, p. 49). Contudo, este papel dos EUA na restauração da estabilidade e apoio à construção das nações do MO é impopular em Washington, mas é vista como necessária para impedir a “versão ISIS 2.0” e sustentar o aventureirismo iraniano, sendo prioritário estabilizar o Iémen, Iraque, Síria e Líbia (Middle East Policy Council, 2018).

Pela sua contiguidade com a região do MO, África (sobretudo na região que segundo o conceito de Gorge. H. Bush de 2003 se viu designar de MO Alargado) representa uma prioridade para a atual administração norte americana. A África continua

a ser um continente de promessas e desafios duradouros, tendo vindo a assistir a um elevado crescimento das economias, sobretudo nos países estabilizados e democráticos. Os EUA estimam que face a este crescimento, a procura por exportações americanas de qualidade crescerá à medida que a população e a prosperidade de África aumentem. Contudo, apesar deste progresso, muitos Estados enfrentam turbulência política e instabilidade que se propaga afetando outras regiões. Fenómenos como a corrupção e a fraca governação ameaçam minar os benefícios políticos que devem surgir a partir de novas oportunidades económicas. A fragilidade de alguns Estados africanos permite o florescimento do extremismo violento e terroristas jihadistas, onde o ISIS, Al-Qaeda e suas afiliadas operam no continente e aumentaram a letalidade dos seus ataques, expandindo-se para novas áreas colidindo com os direitos dos cidadãos e com os interesses norte-americanos. Embora as nações africanas e organizações regionais tenham demonstrado um compromisso de confrontar e conter a ameaça de organizações terroristas jihadistas, mas suas capacidades de segurança permanecem fracas.

Parte da responsabilidade desta situação é apontada à China, a qual tem expandindo sua presença económica e militar em África, mediante algumas práticas consideradas lesivas que minam o desenvolvimento longo prazo de África corrompendo elites, dominando indústrias extrativas, e “capturando” países em dívidas e em compromissos insustentáveis e opacos (EUA, 2017, p. 52).

Nesta consciência, os EUA procuram igualmente promover a estabilidade em África, através da existência de Estados africanos soberanos integrados e respeitando as regras da economia mundial, capazes de prover às necessidades de seus cidadãos e capazes de combater ameaças à paz e à segurança.

Os efeitos esperados de uma melhor governação dos estados africanos, refletem-se diretamente no desenvolvimento económico, diminuindo a atração pela imigração ilegal porque África passaria a melhor reter os cidadãos, ao mesmo tempo que reduziria a vulnerabilidade aos extremistas, reduzindo assim a instabilidade regional e a sua propagação ao ocidente.

9.2.3. Principais fatores de poder e vulnerabilidades

Os EUA assumem na sua ESN 2017 que as principais ameaças transnacionais que os americanos enfrentam são de organizações terroristas jihadistas e organizações criminosas transnacionais, perante as quais não existe defesa perfeita. A estabilidade regional encontra-se sobre forte pressão pelos resquícios da Primavera Árabe (Figura 5), cujas sementes se encontram espalhadas por toda a região do grande MO alargado, sobretudo devido à pressão demográfica, altos índices de desemprego e insatisfação das camadas mais jovens da população (Middle East Policy Council, 2018).

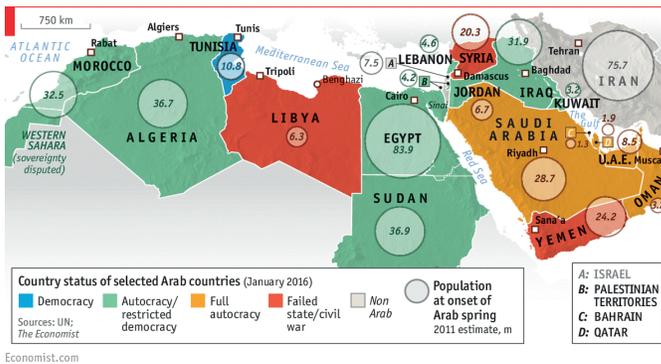


Figura 34 – Primaveras árabes no “Grande Médio Oriente” Alargado.
 Fonte: The Economist (2016).

Tal consciência convoca a necessidade dos EUA ao lado dos seus aliados e parceiros, permanecer na ofensiva perseguindo as ameaças na sua origem.

9.2.4. Síntese conclusiva

Em moldes de conclusão, tem-se assistido a um novo “equilíbrio instável” de poder na região do MO: por um lado, com o ressurgimento da Rússia (que desde a década de 70 do século passado havia sido afastada daquele teatro por via da política de Henry Kissinger), agora capaz de contrabalançar os interesses do Irão, da Turquia e de Israel (com quem mantém uma relação estreita). Em África (dentro da área designada de MO alargado), assiste-se ao emergir da China, país que tem a pretensão sustentada por modelos prospetivos, de vir a alcançar a liderança mundial até ao centenário da fundação da República Popular da China que acontecerá em 2049.

Finalmente, temos a questão da iminente mudança de liderança em toda a região, motivada pela longevidade dos atuais líderes (os quais apresentam idades perto dos 80 anos), que naturalmente terá impactos na promoção da estabilidade (caso as alternativas sejam dinâmicas) ou pelo contrário, degenerar para um foco de maior instabilidade (alternativas radicais), com repercussões ao nível da segurança e economia mundial. Segundo o *Middle East Policy Council* (2018) encontram-se nesta situação os líderes da Argélia, Tunísia, Omã, Kuwait, Iraque, Irã, Líbano e Arábia Saudita, percebendo-se dessa forma a urgência de apoiar a democratização e o desenvolvimento económico, potenciado por uma maior abertura das suas economias.

9.3. INTERVENÇÕES DOS EUA NOS CONFLITOS DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO

Para analisar as intervenções dos EUA no GMOA e em complemento ao que foi referido no capítulo anterior, importa perceber a forma como estes vêm a sua posição no mundo e como justificam a sua necessidade de intervir.

Centrando no GMOA e na intervenção dos EUA, analisou-se um conjunto de grandes conflitos (Figura 35), bem como os objetivos para as intervenções dos EUA neles.

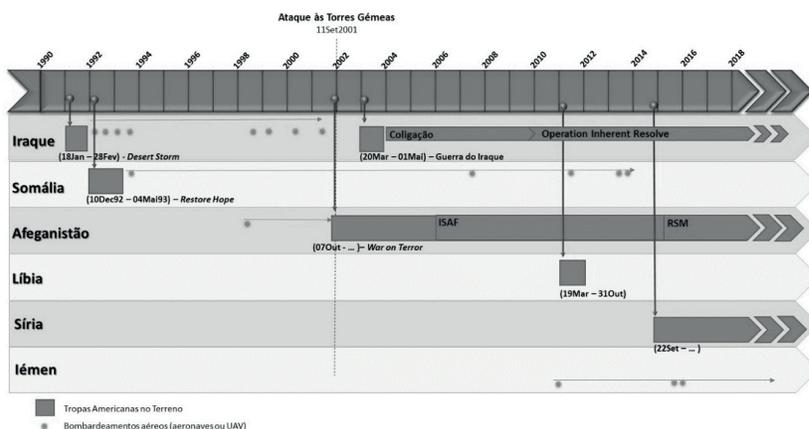


Figura 35 – Resumo dos principais conflitos e crises com intervenção dos EUA.

A Intervenção dos EUA na região tem sido uma constante, ressaltando à vista um conjunto de intervenções mais marcantes: será nessas que se centrará a análise.

Os EUA tiveram inúmeras intervenções de menor expressão na região, nomeadamente extrações de cidadãos como no Egito em 1956 e no Líbano em 1976, regate de reféns no Irão em 1980, no Líbano em 1982-83. Após a guerra Irão - Iraque em 1987-88, os EUA aumentaram a sua presença no Golfo Pérsico e com escoltas a petroleiros do Kuwait (Grimmett, 2010).

Fruto da sua maior relevância, as seguintes serão analisadas mais em detalhe.

9.3.1. Guerra do Golfo

9.3.1.1. Descrição do conflito

A Guerra do Golfo, também conhecida como Operação *Desert Storm*⁴⁵, decorreu entre 2 de agosto de 1990 e 28 de fevereiro de 1991, tendo posto frente a frente o Iraque e forças da Coligação Internacional liderada pelos EUA ao abrigo

⁴⁵ A 2 de agosto forças Iraquianas iniciam a sua a invasão do Kuwait. As primeiras forças a chegar são caças dos EUA, que chegam à Arábia Saudita a 8 de agosto (operação *Desert Shield*).

da Resolução 678, e visou alcançar a libertação do Kuwait através do uso da força militar, ocupado pelas forças armadas iraquianas proclamando-a como a sua 19ª província (Cleveland & Bunton, 2009).

Esta ocupação surge da disputa e reivindicação de territórios perdidos aquando da definição da fronteira pelos Britânicos em 1923. Esta situação (deliberada) condicionava o acesso Iraquiano ao mar (Cleveland & Bunton, 2009).

Para além deste facto, o conflito Irão – Iraque provocou uma grande dívida pública no Iraque. Este sempre tentou que o Kuwait lhe perdoasse a dívida afirmando que tinha sido um ato de sacrifício e de defesa da península arábica. Paralelamente, o Iraque acusava o Kuwait de extrair mais petróleo que o acordado do campo de petróleo de Rumeila, campo cuja extração se efetuava numa jazida partilhada por ambos os países (Cleveland & Bunton, 2009).

O motivo central da invasão prendeu-se com o facto do Iraque estar dependente do petróleo para a sua recuperação pós-guerra. O Iraque defendia o aumento do preço, enquanto alguns membros da OPEC persistiam em inundar o mercado mais produção que a cota que lhes estava determinada, causando a queda do preço do petróleo, afetando diretamente a economia Iraquiana (Cleveland & Bunton, 2009).

Por último, a destruição do porto de Basra durante a guerra com o Irão, condicionou significativamente a capacidade de exportação limitada apenas aos *pipelines* (Cleveland & Bunton, 2009).

A intervenção militar americana, foi inicialmente orientada para a proteção da Arábia Saudita de uma possível ação do Iraque, pois induziu-se que o ataque ao Kuwait seria seguido de um ataque à Arábia Saudita. Entretanto os EUA criaram uma coligação contra o Iraque. A operação *Desert Shield*, após a resolução do SC das NU, passou a *Desert Storm* (Cleveland & Bunton, 2009).

Após um bombardeamento aéreo de 42 dias consecutivos, iniciado a 16 de janeiro, deu-se a operação terrestre lançada a 24 de fevereiro (Figura 7), tendo encontrado as tropas iraquianas que sobreviveram aos raids aéreos desmoralizadas e sem reabastecimentos, fazendo com que esta operação durasse 100 horas com milhares de presos e mortos, deixando um rasto de destruição nas rotas de retirada das tropas Iraquianas (Cleveland & Bunton, 2009).

Importa referir que esta foi uma das campanhas militares mais inovadoras, introduzindo no campo de batalha nova tecnologia e poder de fogo sem precedentes (Figura 36).

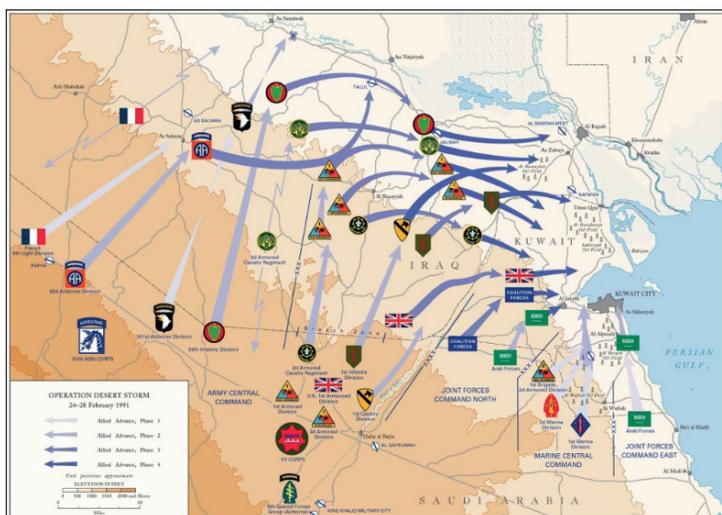


Figura 36 – Ofensiva terrestre no Iraque.

Fonte: Magazine Strategy & tactics.

9.3.1.2. Objetivos da participação Americana

Ao analisar a intervenção militar contra o Iraque, importa perceber que, caso este conseguisse com sucesso a anexação do Kuwait e da Arábia Saudita (à data com um poder militar muito limitado) se tornaria numa potência regional, e que controlaria 50% das reservas mundiais de petróleo.

Para a administração Bush a participação dos EUA prendia-se claramente com a importância do petróleo na economia americana, e com as relações de amizade com a Arábia Saudita. A manutenção do acesso ao petróleo do Golfo Pérsico eram condição para garantir crescimento económico americano, não estando dispostos a perder esse abastecimento (Klare, 2002).

9.3.2. Intervenção militar Americana na Somália⁴⁶

9.3.2.1. Descrição do conflito

A intervenção militar dos EUA na Somália ocorreu face à crise gerada pela guerra civil, tendo esta origem no ataque, por parte das forças governamentais de Said Barre, a grupos armados⁴⁷, nomeadamente o *Somali Salvation Democratic Front*, o *Somali National Movement* e o *United Somali Congress*. A primeira fase desta guerra civil resultou de revoluções contra o regime repressivo de Siad Barre

⁴⁶ Sobre este assunto, consultar o tema – Do Corno de África ao Norte do Golfo da Guiné: a intensificação e o alargamento do arco subsaariano de instabilidade.

⁴⁷ Clãs contrários ao seu governo com as suas forças especiais, os “Boinas Vermelhas” (Duub Cas).

retirando-o do poder em 26 de janeiro de 1991 (CIA, s.d.).

No seguimento, os diferentes clãs iniciaram a disputa pelo poder tendo a situação, evoluído para uma crise humanitária e para uma intervenção da ONU em 1992. Esta participação fez-se inicialmente com a *United Nations Operation in Somalia I* (UNSOM I), passando esta a *Unified Task Force* (UNITAF), vindo esta substituída à posteriori pela (UNSOM II) (CIA, s.d.).

Esta mudança de forças foi motivada pela primeira ser constituída por observadores do cessar fogo, revelando-se ineficaz e alvo de ataques. A segunda força operou na Somália entre dezembro de 1992 até maio de 1993. Os EUA participaram na UNITAF com 25.000 homens do total de 37.000 que constituíam a força, cuja participação terminou em 1993.

Recentemente a participação dos EUA na região reativou-se. Em abril de 2017, o Comando Africano dos EUA (AFRICOM), confirmou o envio de militares para treinar e equipar forças Somali no combate à Al-Shabab, participando também com apoio de *Intel* e com ataques, quer aéreos (usando *drones*), quer com forças especiais. A política de empenhamento, passa por envolver mais o governo bem como aliados locais (Fedirka, 2017).

9.3.2.2. Objetivos da intervenção dos EUA no conflito

O empenhamento por parte dos EUA na região prende-se com a sua importância geopolítica. Desde desestabilização da região do “corno de África” surgiram ameaças aos mares da Somália, em especial o estreito de Bab-al-Mandeb. Este estreito é um dos quatro estreitos mais importantes para o comércio de petróleo no mundo, somando-se o volume de comércio do Sudeste asiático para a Europa e costa leste dos EUA.

Paralelamente, os grupos extremistas que atuam na região têm ligações quer à Al-Qaeda, quer ao Estado Islâmico, somando-se assim a luta contra o terrorismo como motivo para o empenhamento dos EUA nesta região (Fedirka, 2017).

Por fim, importa referir que a primeira intervenção, ao abrigo da ONU, deveu-se a uma grave crise humanitária resultante da guerra civil que proliferava pelo país.

9.3.3. Guerra do Afeganistão

9.3.3.1. Descrição do conflito

O Afeganistão após a saída do conflito com a URSS em maio de 1989, manteve o regime até 1992, ficando privada do apoio soviético em sequência do colapso da URSS, iniciando os “senhores da guerra” islâmicos uma disputa pelo poder.

A situação degradou-se fazendo com que em setembro de 1996 os talibans tomassem Kabul. Em 2001, 90% do Afeganistão estava controlado, lutando ao lado dos talibans forças paquistanesas e militantes da Al-Qaeda.

Segundo a Comissão do 11 de setembro (2004), a Al-Qaeda⁴⁸ mantinha campos de treino no Afeganistão, estimando-se que dez a vinte mil homens tenham passado por esses campos. Após os ataques às suas embaixadas no Quênia e Tanzânia em 1998, os EUA fizeram um pedido para que os talibans entregassem Bin Laden, que foi, no entanto, rejeitado.

Os ataques a 11 de setembro de 2001, foram um ponto de viragem na política americana relativamente ao MO, em resposta ao ataque terrorista infligido contra a sua população civil no seu próprio território (Terrill, 2006).

O ataque ao Afeganistão iniciou-se a 7 de outubro⁴⁹ com uma campanha aérea orientada contra as infraestruturas de treino, guiadas por tropas especiais⁵⁰ no terreno, em apoio os opositores dos Taliban, nomeadamente aos três mais poderosos líderes das alianças do Norte. A pouco e pouco os bastiões Taliban foram caindo, Mazar-i-Sharif, Kabul, Kunduz, Qala-i-Jangi e Kandahar, o local de surgimento dos Taliban com o emprego de *US Army Rangers* (Kallen, 2014). Em novembro, Kabul e outras grandes cidades estavam tomadas tendo sido montado, no final do mês, a primeira *Forward Operating Base* (FOB)⁵¹.

Com a derrota inevitável, Mullah Omar, pediu a todos os Taliban que combatessem até à morte, mas em dezembro 6 chefes Taliban pediram um cessar fogo com a promessa de rendição (Kallen, 2014).

Apesar desta “vitória” em apenas 78 dias, com poucas tropas no terreno (comparativamente com o que sucedera no Iraque em 91) e com poucas baixas, a fuga de Osama bin Laden bem como de centenas de Taliban e combatentes da Al-Qaeda para Tora Bora, fez com que as ações americanas não terminassem, levando a mais uma operação de 8 dias na região, tendo culminado com a fuga de Osama bin Laden para o Paquistão (Kallen, 2014).

Com o acordo de Bonn, a 5 de dezembro, foi criado um governo temporário, até às eleições, bem como foi criada a *International Security Assistance Force* (ISAF) com o propósito de criar e treinar o *Afghan National Army* (ANA) e garantir segurança a Kabul e área envolvente (Kallen, 2014).

No final desta intervenção, o Afeganistão tinha sido libertado da repressão

⁴⁸ Fundada em 1980, para apoiar a guerra contra os Soviéticos.

⁴⁹ Operação *Enduring Freedom*

⁵⁰ *Task Force Dagger*, incluía elementos do 160^o *Special Operations Aviation Regiment* e do *Air Force Special Command*

⁵¹ *Camp Rhino*

Taliban, e os terroristas tinham partido, apesar das bolsas ativas de combatentes, revelando o que seria o futuro das operações no Afeganistão (Kallen, 2014).

9.3.3.2. Objetivos da intervenção dos EUA no conflito

Como apresentado a participação dos EUA no Afeganistão, surge como resposta aos tentados de 11 de setembro de 2001, considerando a atividade transnacional de grupos terroristas islâmicos, uma das principais ameaças à ordem internacional, dando início à chamada “*war on terror*”. Esta guerra tem como um dos objetivos primários o estabelecimento de democracias no GMOA, evitando que organizações terroristas pudessem utilizar o território de estados falhados como base de operações, como foi o caso da Al-Qaeda (Leite, Faria, Pacífico, & Pacheco, 2017).

9.3.4. Guerra do Iraque

9.3.4.1. Descrição do conflito

Logo após o início dos ataques ao Afeganistão, a administração dos EUA refere-se ao Iraque como um possível segundo passo na “*war on terror*”, referindo que o regime de Saddam estava a desenvolver armas de destruição massiva e que estava a ser vigiado cuidadosamente (Duque, 2008), segundo

Após o derrube dos Taliban no Afeganistão, os EUA viraram as atenções para o Iraque, afirmando que o regime daria apoio e abrigo a terroristas, reiterando o desenvolvimento de armas de destruição em massa (Duque, 2008).

Em 2002, a política externa dos EUA expressa na *National Security Strategy* (NSS) vigente à data, passou a prever que a defesa poderia requerer que o país identificasse ameaças e agisse mesmo que unilateralmente, antes que estas se efetivassem. Bush reforça esta doutrina de ataques preventivos afirmando que a dissuasão não bastaria (Duque, 2008).

Após a resolução 1441 do CSNU para a inspeção ao desarmamento do Iraque e a respetiva resposta iraquiana afirmando que não possuía nem desenvolvia armas de destruição massiva, os EUA mostraram-se insatisfeitos com os resultados mantendo os seus preparativos para uma intervenção militar (Duque, 2008).

Em 16 de outubro de 2002 foi dada a AUMF⁵², abdicando o congresso dos poderes e autorizando o presidente a utilizar as forças armadas para defender os EUA da ameaça do Iraque, e fazer cumprir as resoluções do CSNU. A Guerra começou no dia 20 de março de 2003, contando com cerca de 180 000 tropas da coligação multinacional encabeçada pelos EUA, tendo terminado oficialmente apenas no dia 18 de dezembro de 2011 com a retirada das tropas americanas pela administração Obama (Duque, 2008).

⁵² *Authorization for Use of Military Force*

A operação iniciou-se com uma campanha aérea de bombardeamento contra as principais cidades do Iraque, principalmente Bagdad e as suas forças armadas. A ofensiva terrestre subjogou as forças iraquianas em menos de um mês tendo a capital sido capturada a 9 de abril, ato marcado com o famoso derrube da estátua de Saddam (Figura 37), terminando a fase de maiores combates a 30 de abril. O presidente iraquiano, Saddam Hussein, foi capturado na Operação *Red Dawn* em dezembro de 2003 (Miller, 2009).



Figura 37 – Derrube da estátua de Saddam.

Fonte: EUNews (s.d.).

Apesar do final dos grandes combates, face ao vazio de poder e à ineficiência da ocupação por parte das forças da coligação, uma onda de violência espalhou-se pelo país, mergulhando o país numa guerra civil que levou ao surgimento ao ISIS.

9.3.4.2. Objetivos da intervenção dos EUA no conflito

Os objetivos da intervenção no Iraque, em linha com a “*war on terror*”, foi justificada pela eventual posse por parte do regime de Saddam Hussein de armas de destruição massiva, acrescentando que mantinha relações com a Al-Qaeda apesar da não existência de provas suficientes (Leite, Faria, Pacífico, & Pacheco, 2017).

Para além deste objetivo alguns autores afirmam que os motivos da invasão do Iraque foram os interesses económicos e estratégicos na região, orientados para o fortalecimento das relações com Israel e a Arábia Saudita, contra o Iraque a Síria e o Irão (partes do “Eixo do Mal”) que deveria ser contido (Miller, 2009).

Por último é ainda referido, por Michael Klare⁵³, Bush com a intervenção no Iraque adicionou dois objetivos à sua luta contra o terrorismo, desenvolvimento do seu aparelho militar e a aquisição de recursos petrolíferos suplementares.

⁵³ Autor de *recourse wars: the new landscape of global conflict*

9.3.5. Guerra Civil na Líbia⁵⁴

9.3.5.1. Discrição do conflito

A Guerra Civil Líbia, foi mais um exemplo da primavera árabe onde os manifestantes exigiam mais liberdade e democracia, mais respeito pelos direitos humanos, uma melhor distribuição da riqueza e a redução da corrupção no seio do Estado e das suas instituições.

O conflito começou com uma onda de protestos populares em 13 de fevereiro de 2011 na cidade de Bengasi, contra a ditadura de Muammar al- Kadhafi. Esta revolta aumentou de tom e grupos de civis e militares desertores iniciaram uma resistência armada contra o governo, tendo formado o Conselho Nacional de Transição (CNT). Em março, as tropas do regime começaram uma ofensiva contra as áreas sob controlo dos rebeldes.

Face à escalada de violência, a ONU autorizou, através da Resolução 1973, o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia, marcando o início de uma intervenção liderada pela NATO para “proteger os civis”. Esta intervenção fez virar o rumo dos conflitos, com as forças do regime obrigadas a recuar face aos avanços dos rebeldes apoiados pela aviação da NATO, tendo a capital sido tomada em agosto (ver Figura 38).

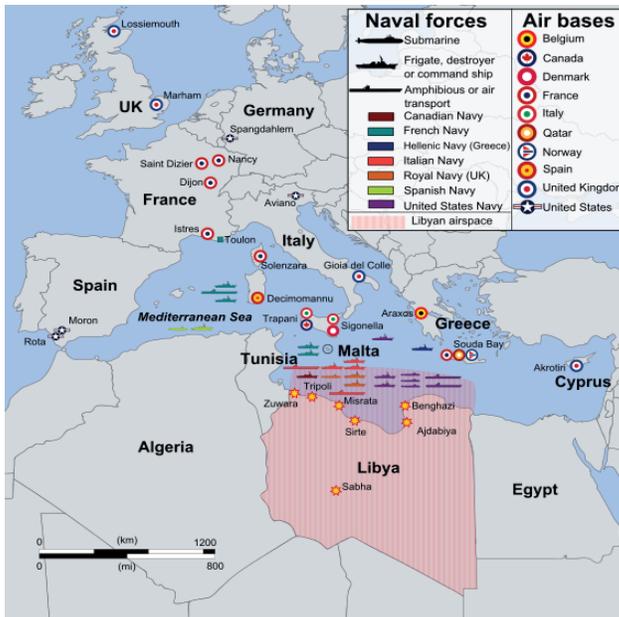


Figura 38 – Ataques aéreos na Líbia.

Fonte: BBC News, s.d..

⁵⁴ Sobre este assunto consultar o tema - O conflito na Líbia: um ponto focal no amplo arco de instabilidade no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado.

Kadhafi escapou e fugiu para oeste para zonas ainda sob controlo de forças do regime, tendo sido capturado e executado na ofensiva dos rebeldes sobre Sirte, em outubro de 2011. A Líbia foi declarada oficialmente “libertada” em 23 de outubro de 2011.

Como vinha sendo recorrente noutros conflitos, a queda do ditador não foi sinónimo de estabilidade. As velhas rivalidades tribais, sectárias e religiosas voltaram, as milícias que lutaram juntas, iniciaram conflitos entre si e contra o CNT, em busca do poder.

Atualmente, a Líbia segue em profunda instabilidade política estando 4 organizações rivais em luta pelo poder, o governo internacionalmente reconhecido (CNT), o novo Congresso Geral Nacional (CGN), o Conselho da Shura de revolucionários de Bengazi e o ISIS da Líbia. Neste clima de guerra civil, o governo não é capaz de controlar o seu território, bem com grandes áreas de recursos petrolíferos, tendo a produção tido uma perda de receita de cerca de 90% (Anderson, 2015).

9.3.5.2. Objetivos da intervenção dos EUA no conflito

Apesar da importância geopolítica do país e dos seus recursos, os EUA, de acordo com as novas políticas do presidente Barack Obama, condenavam a violência, e apoiavam o levantamento das populações contra o regime. No dia 25 de fevereiro, o governo dos EUA anunciou que colocaria sanções unilaterais e que coordenaria sanções internacionais contra o regime (Leite, Faria, Pacífico, & Pacheco, 2017).

Apesar das sanções e embargos à Líbia, a participação militar foi muito reduzida, tendo-se cingido quase ao apoio de *Intel* e apoio aéreo contra as forças do regime.

De momento não existem oficialmente operações, quer dos EUA, quer da NATO, no território apesar de solicitações internacionais para que tal aconteça.

9.3.6. Guerra Civil na Síria⁵⁵

9.3.6.1. Descrição do conflito

O conflito teve início em 2011, decorrente chegada da Primavera Árabe à Síria e dos protestos contra o presidente Bashar Al-Assad.

Em março de 2011 foram realizados protestos no Sul pró-democracia, tendo tido como resposta, ação violenta por parte das forças de segurança causando

⁵⁵ Sobre este assunto, consultar o tema - O conflito na Síria e Iraque: dinâmicas estruturais e de complexidade.

várias mortes. A população revoltou-se contra a repressão e exigiu a renúncia do presidente Bashar al-Assad (Bezerra, s.d.).

Este choque com o regime político teve resultados diferentes de noutros países, pois as forças sírias eram mais integradas e mais sofisticadas, somando ao facto a sua rede de aliados fortes com interesses na região, nomeadamente a Rússia e a China, para além do Irão e o Hezbollah (Leite, Faria, Pacífico, & Pacheco, 2017).

Por sua vez, a oposição começa a armar-se e a lutar contra as forças de segurança, formando Brigadas com rebeldes e começando a controlar cidades, o campo e as vilas, tendo apoio (como vinha a ser recorrente) de países ocidentais como os EUA entre outros (Bezerra, s.d.).

Neste clima de conflito e conjugando com a situação no Iraque, o ISIS aproveita a fragilidade do país e inicia a conquista de cidades importantes também em território sírio (Bezerra, s.d.).

Em conflito encontram-se 4 tipos de forças: forças da República Árabe Síria leais ao presidente Assad tendo apoio do Iraque, Irão, Líbano e Rússia; o Exército Síria Livre formado pelos diferentes grupos rebeldes com apoio da Turquia, Arábia Saudita e Qatar e EUA; o Partido da União Democrática, formado por curdos independentistas apoiados pelos EUA, EU, Austrália, Canadá; e por último, o ISIS com o seu objetivo de declarar um califado na região (Bezerra, s.d.).

A partir de 2014, a situação intensifica-se com o ISIS a controlar uma grande parcela de território na Síria e no Iraque, chamando a si a atenção do Ocidente. Regista-se também a participação da Rússia ao lado do seu aliado Assad, condicionando o apoio ocidental aos rebeldes. Com o apoio da Rússia as forças de Assad iniciam a reconquista dos territórios perdidos (Bezerra, s.d.).

A situação altera-se quando em abril de 2017, é lançado gás sarin contra populações civis fazendo com que os EUA (já na administração Trump) efetuasse um ataque direto, pela primeira vez, contra as forças de Assad.

O conflito mantém-se com a reconquista, por parte das forças governamentais, das principais cidades e grandes porções de território perdidas então para os rebeldes e para o ISIS (Figura 39).

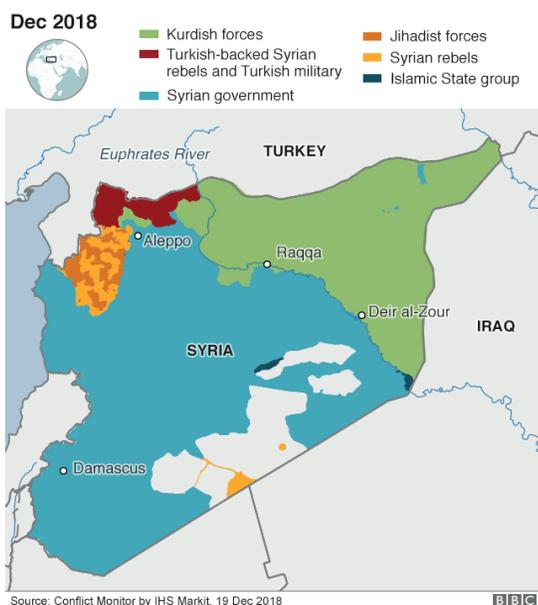


Figura 39 – Mapa do conflito na Síria.

Fonte: Conflict Monitor by IHS Markit (2018).

9.3.6.2. Objetivos da intervenção dos EUA no conflito

Com Obama (2009-2012) dá-se a mudança de políticas nos EUA, orientadas para a retirada das tropas do Iraque e para a mínima intervenção militar possível, focando-se nos problemas internos, restringindo a atuação ao Afeganistão e à Líbia, apoiando os levantamentos populares da primavera Árabe (Leite, Faria, Pacífico, & Pacheco, 2017).

Esta política externa vem contradizer os interesses dos EUA no MO, pois ao apoiar estes levantes, reconhecendo o sofrimento das populações e a legitimidade das suas pretensões, tais políticas colidem com os interesses de alguns dos seus aliados regionais. Atendendo à inconsistência do apoio dos EUA a estas levantes, estes ficaram condicionados ao insucesso. Esta adoção de política externa levaria os EUA a envolver-se de modo indireto, em *proxy wars*, nomeadamente o conflito entre xiitas, sunitas e curdos as quais contribuíram diretamente para o surgimento do ISIS (Leite, Faria, Pacífico, & Pacheco, 2017).

Outro dos fatores que ligam o surgimento do ISIS às políticas de Obama prende-se com a retirada por completo de tropas americanas do Iraque que deixou as “portas abertas” ao seu surgimento e expansão. O apoio da sua força aérea e terrestre às forças iraquianas teriam impedido este de se expandir no norte e oeste (Leite, Faria, Pacífico, & Pacheco, 2017).

Já com a administração Trump, as forças dos EUA não têm uma participação muito ativa no conflito, (tendo este inclusivamente anunciado a saída das forças americanas da Síria), redirecionando a sua política externa de intervencionismo focando-a na região do MO, para salvaguardar os seus interesses, nomeadamente condicionar a ação da Rússia na região do mediterrâneo oriental.

9.3.7. Guerra do Iémen⁵⁶

9.3.7.1. Descrição do conflito

Este conflito tem origem no fracasso da transição política, que supostamente traria estabilidade ao Iémen, após a revolta no país, na sequência da Primavera Árabe que forçou a saída do poder do ex-presidente Ali Abdullah Saleh há 33 anos no poder. (BBC, 2017)

Hadi seu sucessor, enfrentou diversas adversidades, desde ataques da Al-Qaeda, ações de um movimento separatista no Sul, a resistência de muitos militares que continuaram leais ao anterior presidente, bem como corrupção, desemprego e insegurança alimentar (BBC, 2017).

O movimento Huti⁵⁷, que travou uma série de batalhas contra Saleh na década anterior, tirou proveito da fraqueza do novo presidente e tomou o controlo da província de Saada, no Nordeste, tendo tido o apoio de muitos iemenitas (incluindo sunitas) e em setembro de 2014, entraram na capital Sanaa. Em janeiro de 2015 cercaram o palácio presidencial e colocaram o presidente Hadi em prisão domiciliar, tendo este conseguido fugir para Áden (BBC, 2017).

De seguida, os Huti tentaram tomar o controlo do país inteiro e Hadi teve que deixar o Iémen. Face ao crescimento da influência e das áreas de controladas por este grupo, a Arábia Saudita e outros oito Estados sunitas árabes, acreditando no apoio do Irão a este grupo, começaram uma série de ataques aéreos em apoio ao governo de Hadi, tendo também apoio logístico e de *Intel* dos EUA e outros países europeus (BBC, 2017).

Forças pró-governo, conseguiram evitar que os rebeldes tomassem a cidade de Áden, permitindo que tropas da coligação desembarcassem e ajudassem a expulsar os huti para o sul. Estes, no entanto, conseguiram manter um cerco à cidade de Taiz e lançar granadas de morteiro e foguetes para a Arábia Saudita (BBC, 2017).

Os jihadistas da Al-Qaeda na Península Arábica e organizações parceiras do ISIS têm tirado partido do conflito, controlando territórios a sul e cometendo ataques (Figura 40).

⁵⁶ Sobre este assunto, consultar o tema – O conflito no Iémen: dinâmicas estruturais e a sua densidade emergente.

⁵⁷ Que segue uma corrente xiita.

Face ao lançamento de um míssil em direção a Riad e a inúmeros ataques de que é alvo levou a Arábia Saudita e a coligação a afirmar querer apertar o bloqueio ao Iémen nomeadamente para parar o contrabando de armas para os rebeldes provenientes do Irão, tendo a ONU alertado que essa ação poderia desencadear um agudizar da crise humanitária (BBC, 2017).

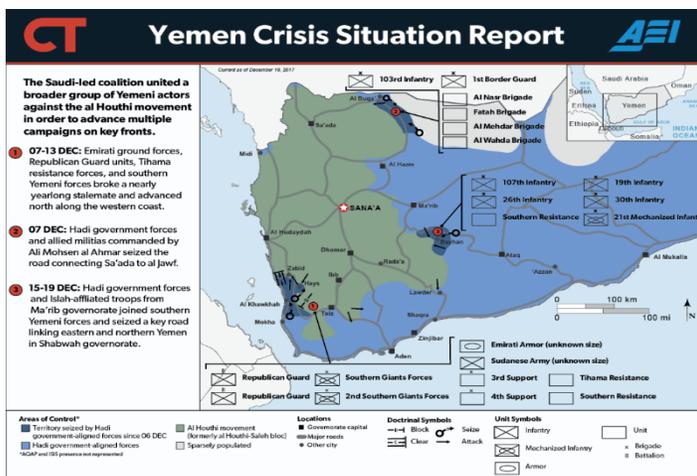


Figura 40 – Mapa do conflito no Iémen e incidentes recentes.

Fonte: Critical Threats (2018).

9.3.7.2. Objetivos da intervenção dos EUA no conflito

Os acontecimentos no Iémen podem aumentar as tensões na região, particularmente entre o Irão e a Arábia Saudita aliada dos EUA, além de que à medida que o Iémen se torna mais instável eleva o risco de ataques provenientes doutros países rivais. As agências de *Intelligence* consideram perigoso o braço da organização extremista Al-Qaeda na região, fruto da sua experiência (muitos deles vindos dos conflitos no Iraque e Síria) e alcance global a partir da região (BBC, 2017). A posição geográfica do Iémen é estrategicamente importante pois localiza-se do lado norte do estreito de Bab-el-Mandeb, *choke point* na rota marítima do Índico para o mediterrâneo, nomeadamente de petroleiros bem como de grande parte do comércio do Sul da Ásia, para além de fazer ligação ao continente africano sendo um possível ponto de passagem destes grupos terroristas (BBC, 2017).

A presença dos EUA neste conflito, pretende afirmar a importância geoestratégica desta região, pretendendo salvaguardar os seus interesses.

Por outro lado, face ao possível apoio do Irão aos Huti, e sendo este inimigo dos EUA, utiliza o conflito como uma *proxy war* contra este.

9.4. CONCLUSÕES

Nesta investigação foram analisados os interesses dos EUA na região do GMOA, tendo sido possível verificar a inter-relação destes (interesses) com relevância geopolítica e geoestratégica, que justificam muito daquilo que têm sido as opções políticas e intervenções militares norte americanas na região.

Face ao teor da análise conclui-se a elevada importância geoestratégica da região do GMOA, quer pelos seus inúmeros recursos, quer pela sua posição entre Ocidente e Oriente, nomeadamente de controlo das principais rotas comerciais, sejam marítimas ou terrestres.

Os interesses dos EUA na região também não são mutáveis, sendo apenas priorizados conforme a orientação política interna, facto constatado na análise aos diferentes conflitos.

Esses interesses passam pela importância dada ao acesso aos recursos petrolíferos (abundantes na região) e ao controlo dos seus fluxos e dos seus monopólios, conforme demonstra a intervenção realizada no Iraque em 1991, mas também na Líbia, no Iémen e na Somália.

Também a contenção de movimentos fundamentalistas islâmicos e a proliferação de armas de destruição massiva (*war on terror*) apresentam-se como interesse dos EUA, corporizando os motivos de intervenção no Afeganistão, no Iraque em 2003 e no Iémen.

Poder-se-á inferir outro interesse nesta região, que se prende com a tentativa de *encirclement* à Rússia e a contenção das suas intenções de acesso a águas quentes a sul. Esta situação é possível constatar na importância conferida à região do Afeganistão e da Síria.

Importa ainda referir que os EUA sempre se mostraram apoiantes da democratização, tendo apoiado as primaveras árabes desde 2011, como meio de derrube de regimes autoritários, porém nem sempre com os efeitos esperados na região.

Por último imporá referir o cariz humanitário das suas intervenções, pautando estes pela proteção das populações, como ficou bem patente na Somália, assumindo o seu *special role* como *leaders of the west* e consequentemente “xerife do mundo”.

Com efeito, os EUA utilizam como vetor desta política externa a intervenção militar direta com elevadas forças no terreno (como no Iraque e no Afeganistão), intervenção militar indireta com apoio de forças especiais, apoio aéreo e *intel*, nomeadamente apoiando *proxy war*, como na Síria, Iémen e Líbia, com ajuda humanitária na crise da Somália, ou mesmo com apoio a movimentos de democratização com sanções e embargos e ações diplomáticas.

A decisão sobre qual ou quais as ferramentas a adotar, depende da sua orientação política, como se constata da breve análise às intervenções efetuadas pelas diferentes administrações.

Contudo, atendendo às limitações decorrentes da dimensão deste trabalho, não foi possível detalhar as diferentes intervenções americanas no MO, reconhecendo-se que o incremento de detalhe permitira consolidar as conclusões bem como estendê-la a outros conflitos e crises regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, J. L. (2015). *Letter from libya. the unraveling*.
- Ashooh, J. P. (2016). *The Goldilocks Decade? US Foreign Policy in the Middle East toward the 2020s*. Studies in Asian and Middle Eastern security, pp. 1-4.
- Barbosa, R. A. (2002). *Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil*. pp. 72-91.
- BBC. (2017, dezembro 5). BBC news. Retirado de <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42234853>
- Bezerra, J. (n.d.). todamatéria. Retirado de <https://www.todamateria.com.br/ guerra-na-siria/>
- Blank, S. J. (2015). *After two wars: reflections on the american strategic revolution in central Asia*.
- Bush, G. H. (1992). *State of the Union adress*. Retirado de The American Presidency Project: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-state-the-union-0>
- Capdepuy, V. (2009). *Grand Moyen-Orient - Greater Middle East Le lieu d'un moment*. M@ppemonde 93.
- Chubin, S., Hoffman, B., & Rosenau, W. (2004). *The United States, Europe, and the Wider Middle East*. RAND Corporation.
- Chubin, S., Hoffman, B., & Rosenau, W. (n.d.). *The United States, Europe, and the Wider Middle East*. 2004. RAND Center for Middle East Public Policy.
- CIA. (s.d.). Central Intelligence Agency. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/so.html>
- Cleveland, W. L., & Bunton, M. (2009). *A history of the modern middle east* (4 ed.). Westview Press.
- Clinton, B. (1993). *State of the Union Adress*.
- Coelho, A. P. (2005). *Um projecto para o “Grande Médio Oriente”*. Janus - A Guerra e a Paz. Commission, 9. (2004). 911 commission report.
- Duque, M. G. (2008). *A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na guerra do Iraque*.

- Enerdata. (2018). yearbook.enerdata.net. Retirado de Enerdata: <https://yearbook.enerdata.net/crude-oil/world-production-statistics.html>
- EUA. (2017). National Security Strategy of the United States of America.
- Fedirka, A. (2017, maio 10). *Geopolitical futures*. Retirado de geopolitical futures: https://books.google.pt/books?id=8Tnoj2QxT4oC&pg=PA95&lpg=PA95&q=hiring+and+firing+NGOs&source=bl&ots=IfAX7a7Bn6&sig=ZKx-jON_UHe-F4WZE5A24isTqw8&hl=en&sa=X&ei=aDaPVMuFPPSHsQSj1YCwDw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Fiori, J. L. (2007). *A Líbia, a OTAN e o Grande Médio Oriente*. O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações.
- freedomhouse.org. (n.d.). Retirado de <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>
- Grimmett, R. F. (2010, Janeiro 27). Instances of use of United States Armed Forces Abroad, 1798 - 2009. Retirado de Congressional Research Service : <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/crs/rl32170.pdf>
- Janusonline. (2007). Retirado de https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2007/2007_2_9_graf_a.html
- jordanscience. (2008). The oil corridor. Retirado de <https://jordanscience.wordpress.com/2008/08/26/petroleum/>
- Kallen, S. A. (2014). *The war in Afghanistan*.
- Klare, <. T. (2002). *Resouce Wars - the new lanscape of global conflict*.
- Leite, A. C., Faria, I. H., Pacífico, A. M., & Pacheco, C. C. (2017). *A política externa dos EUA para o Oriente Médio (20032011) e o surgimento do Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS)*. REVISTA DEBATES, 11, pp. 55-76.
- Mazat, N. (2013). *Uma análise estrutural da vulnerabilidade externa económica e geopolítica da Rússia*. Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Middle East Policy Council. (2018). *After Withdrawal from the JCPOA: Strategies for the Trump Administration*. Capitol Hill conferences. Washington DC. Retirado de <https://www.mepc.org/journal/after-withdrawal-jcpoa-strategies-trump-administration>
- Miller, L. (2009). *The US and the Middle East in theory and practice since 9/11*.
- Ribeiro, J. F. (2008). *O Irão, os EUA e a Geopolítica do Golfo Pérsico*. Nação e Defesa.
- Santos, M. H. (2010). *o papel dos Estados Unidos na Nova Ordem Internacional e as intervenções militares americanas no pós.guerra fria: que lugar ocupa aí a democracia?* Meridiano 47.
- Soller, D., & Rato, V. (2008). *A Grande Estratégia Americana no Médio Oriente*. Nação e Defesa, pp. 53-72.

- Sousa, E. M. (2012). *O Grande Médio Oriente: o papel da democracia na persecução da paz e estabilidade*.
- Terrill, W. A. (2006). *Regional fears of western primacy and the future of US middle eastern basing policy*.
- Terrill, W. A. (2011). *The Saudi Iranian rivalry and the future of middle east security*. U.S. Army War College.
- The Economist. (2016). *The Arab spring, five years on*. Retirado de <https://www.economist.com/graphic-detail/2016/01/11/the-arab-spring-five-years-on>
- wikiwand. (n.d.). Retirado de http://www.wikiwand.com/pt/Grande_Mezorient
- Zakaria, F. (2018, fevereiro 15). The Washington Post. Retirado de https://www.washingtonpost.com/opinions/theres-a-lot-to-be-optimistic-about-these-days-and-then-theres-the-middle-east/2018/02/15/49c7048c-128f-11e8-8ea1-c1d91fcec3fe_story.html?noredirect=on&utm_term=.f757e6127e12
- A geopolítica da presença militar dos EUA na Europa. (2016, Março 5). Retirado de <https://dinamicaglobal.wordpress.com/2016/03/05/a-geopolitica-da-presenca-militar-dos-estados-unidos-na-europa/>
- Ferreira, M. L., Marta Leite, & Ferreira, M. L., Marta Leite. (sem data). ISIS, aliados e inimigos no conflito da Síria em 16 gráficos. Retirado de <https://observador.pt/2015/11/15/estado-islamico-emaranhado-aliados-inimigos-no-conflito-da-siria-16-graficos/>
- Freedom in the World 2018. (2018, Janeiro 13). Retirado de <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>
- Grand Moyen-Orient - Greater Middle East . Le lieu d’un moment. (sem data). Retirado de <https://mappemonde-archivage.mgm.fr/num21/articles/art09103.html>
- Leite, A. C. C., Farias, I. H. S. de, Pacífico, A. M. C. P., & Pacheco, C. C. (2017). A política externa dos EUA para o Oriente Médio (2003-2011) e o surgimento do ISIS no Iraque e Síria (ISIS). *Revista Debates*, 11(2), 55–76. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.73640>
- March 11, 2004 - GREATER MIDDLE EAST INITIATIVE: «ESSENTIAL» REFORMS CANNOT BE «IMPOSED». (sem data). Retirado de <https://www.globalsecurity.org/military/library/news/2004/03/www040311.htm>
- No pós guerra do Médio-Oriente Alargado ← ORIENTE mídia. (sem data). Retirado de <http://www.orientemidia.org/no-pos-guerra-do-medio-oriente-alargado/>
- The United States, the Middle East, and China | Middle East Policy Council. (sem data). Obtido de <https://www.mepc.org/speeches/united-states-middle-east-and-china>
- Tristram, P. (sem data). U.S. Policy in the Middle East: 1945 to 2008. Retirado de <https://www.thoughtco.com/us-and-middle-east-since-1945-2353681>
- Visentini, P. (2016). *O Grande Oriente Médio: Da descolonização à primavera árabe*. Elsevier Brasil.

10. A REENTRADA DA RÚSSIA NOS CONFLITOS DO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE ‘ALARGADO: INTERPOSIÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO

Lucília de Jesus Mendes da Silva
Major de Cavalaria da GNR

Antero de Aguiar Marques-Teixeira
Major de Cavalaria do Exército

10.1. INTRODUÇÃO

O Grande Médio Oriente Alargado (GMOA) representa uma área estratégica geradora de sinergias e rivalidades, onde a luta contra o terrorismo e o renascimento do radicalismo islâmico, bem como as questões de armamento e energia, assumem especial prioridade, estendendo-se da tradicional região geográfica do Médio Oriente para oeste até Marrocos e leste até ao Paquistão (Carothers & Ottaway, 2004).

Para a Rússia, as suas intenções quanto à relevância do GMOA cedo aparecem exaradas no conceito de política externa de Julho de 2008, visando, conforme releva Freire (2008, p. 140) “[...] desenvolver e aprofundar relações com a Turquia, Egípto, Argélia, Irão, Arábia Saudita, Síria, Líbano, Paquistão e outros estados fundamentais na região [...]”. A própria presença da Federação Russa, enquanto observador, na Conferência Islâmica e na Liga de Estados Árabes, demonstra claramente o desejo e aproximação aos parceiros árabes. Esta aproximação deve-se igualmente ao receio de na Federação Russa existirem repúblicas maioritariamente muçulmanas (como a Chechénia, Inguchétia e Daguestão) que poderão, a médio prazo e dada a inversão étnica e religiosa em curso e influenciadas pelos ventos de mudança da Primavera Árabe, desejar formar uma ou diversas entidades políticas independentes de índole islâmica, como adverte Malashenko (2015). Como tal, de entre outros fatores, constituir-se-iam uma ameaça direta à própria soberania de Moscovo.

Este exemplo da islamização e do perigo de secessão influenciado pela Primavera Árabe, poderão ter sido um dos mais relevantes motivos que levaram ao recente renascimento da intervenção russa no GMOA, diretamente efetuado através de interposição e desestabilização, materializado com a sua intervenção na Síria em 2015, conforme resume Blank (2018a). Este mesmo autor releva que em termos geoestratégicos mais abrangentes, a entrada russa na GMOA visa o uso de todos os instrumentos de poder⁵⁸, diplomacia, informação, vendas de armamento,

⁵⁸ Diplomático, Informacional, Militar e Económico.

negócios energéticos, uso cinético da força e incessante exploração de todas as clivagens étnicas e religiosas...servem os propósitos de consolidação doméstica do Estado Russo. Isto porque o grau que Moscovo pode posar como um grande poder nos assuntos mundiais, magnifica a posição de Putin...também serve a estratégia internacional mais alargada da Rússia, de explorar ou criar crises regionais onde possível, por modo a forçar a sua reentrada em cena como um grande poder global que tem de ser parte da resolução desses mesmos assuntos. Essencialmente, Moscovo procurar explorar crises de modo a criar uma bipolaridade regional contra o Ocidente (2018a).

O modo como a Rússia intervém na região, em defesa e promoção dos seus interesses, só vem adicionar complexidade ao já emaranhado puzzle montado no GMOA (Freire, 2008, p. 144), sendo que o presente *paper* versa sobre a reentrada da Rússia nos conflitos do GMOA, tendo como objetivo caracterizar os interesses geopolíticos na região e analisar a intervenção nos conflitos do GMOA, tirando conclusões e apresentando breves prospetivas. Contudo, focar-se-á somente em países em conflito no GMOA onde a Rússia tem vindo a tomar parte, de forma mais ou menos ativa, tendo-se elegido a Síria, o Afeganistão, a Líbia e o Iémen, sendo coerente com a visão de que a Rússia não percecionou a Primavera Árabe como um evento holístico e suprarregional, mas antes avaliou o impacto em cada país e como essa agitação afetaria interesses russos, conforme afirmado por Zvyagelskaya (Ferrari, et al., 2016, p. 76).

10.2. POTENCIAL ESTRATÉGICO E PRESENÇA HISTÓRICA DA RÚSSIA NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO

Localizada na Ásia e Europa Oriental, a Rússia tem uma extensão territorial de cerca de 17 milhões de km², sendo o maior país do planeta, cobrindo 1/9 do globo terrestre e tendo uma população estimada em 2017 de cerca de 144 500 milhões de habitantes, representando o 9º país mais populoso do Mundo (CIA, 2018).

Apesar de ser o maior país do mundo por área, a Federação Russa ocupa um território indefensável e implacável. Assim, tradicionalmente, ancora o seu território a grandes barreiras geográficas longe do seu centro de poder, na tentativa de manter as potências estrangeiras distantes. Olhando para além das suas referidas fronteiras indefensáveis e do interior largamente desocupado, a Rússia possui umas forças armadas apoiadas por um sistema político autocrático e uma economia inerentemente frágil e altamente dependente das exportações de *commodities*, que vão dos cereais à energia (Stratfor Worldview, 2019).

Deste modo, as raízes da presença e influência da Rússia em algumas das regiões e países hoje identificados como pertencentes ao GMOA são bastante profundas e antigas, sendo por exemplo, assentes em interesses geopolíticos como os postulados por Mackinder relativamente ao *Heartland* eurasiático (*Pivot area*)⁵⁹ e ao controlo do *inner crescent* (1904), cujo controlo por sua vez permitiriam ou limitariam o acesso a mares quentes e ao expansionismo marítimo por parte da potência terrestre ou como os aspetos defendidos por Brezinski, quanto ao papel específico de uma possível visão neoimperialista da Rússia relativamente à relevância geoestratégica da Ásia Central (Figura 41) (1997).



Figura 41 – The Natural Seats of Power.

Fonte: Adaptado de Mackinder (1904, p. 435).

Ainda que, a primazia dos objetivos e ambições da Rússia Imperial e posteriormente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) fosse orientada para outras regiões do Globo, “[...] os estreitos do Mediterrâneo, a Pérsia, o Cáucaso, a Ásia Central e a China, o Médio Oriente, estavam na periferia dos interesses do Império...mais ainda quando a região era dominada pela Turquia e pelos poderes Europeus.”, como relembra Malashenko (2013, pp. 3-4).

Deste modo, a política da URSS foi, em parte, herdeira das conturbadas

⁵⁹ Correspondendo ao *Rimland*, a *buffer zone* central à teoria antagónica de Spykman, ainda que concorrente à relevância da referida região; subdividindo-se em Europa costeira, a Ásia das Monções e o deserto Árabe-Médio Oriente (Spykman, 1944), sendo este último mais relevante para o presente estudo.

relações imperiais russo-otomanas e das resultantes guerras russo-túrcicas⁶⁰ (Dowling, 2015) e em certa medida até do objetivo de defesa dos interesses da igreja ortodoxa Russa pré-soviética na Palestina (Malashenko, 2013, p. 3). Por outro lado foi reativa, particularmente durante o período da Guerra Fria, porquanto “[...] Moscovo reage a acontecimentos na região [Médio Oriente] que não foram por si provocados ou para os quais não tinha muita capacidade para controlar [...]”⁶¹ ainda que tenha disponibilizado enormes quantidades de armamento em prol da sua influência junto de países árabes (Freedman, 1985, p. 40). Particularmente nas décadas de 50 e 60 do século XX, quando muitos desses países eram socialistas e se tornaram rampas de lançamento para a confrontação URSS/Ocidente⁶² (Malashenko, 2013, p. 4). Realce-se também a influência que o Grande Jogo⁶³ teve, enquanto rivalidade estratégica entre Impérios pela supremacia na Ásia Central, tendo o Afeganistão e a Pérsia sido palco relevante deste conflito latente e cuja relevância ainda hoje ressoa (Walberg, 2011, pp. 23-27).

De facto, conforme apontam diversos autores, o Grande Jogo modificou-se, encontrando-se hoje na sua terceira evolução⁶⁴, contanto com mais atores (estatais e não-estatais) e com um campo de jogo geopolítico mais alargado, onde a Eurásia de Mackinder continua a ser central, por ser onde a maior parte da população mundial habita e onde grande parte dos recursos energéticos se encontram (Walberg, 2011, p. 250). Para a Rússia de Putin, é vital o retomar de influência junto de antigas repúblicas da URSS, antigos aliados e ganhar *leverage* junto a velhos rivais como a Turquia, por forma a marcar presença no palco do novo Grande Jogo.

⁶⁰ Sendo consideradas uma das mais longas séries de conflitos militares na historiografia europeia, marcada por guerras como a primeira em 1568-70; a de 1686-1700 que culminou com o Tratado de Constantinopla que reconhecia os direitos russos às fortalezas de Azov e de Mariupol (entre outras) no presentemente disputado mar de Azov; à Guerra da Crimeia em 1853-56 entre a coligação Otomana, Britânica, Francesa e Italiana contra o Czar russo (que marcou a primeira guerra internacional desde o fim das Guerras Napoleónicas até à Grande Guerra); culminando com os conflitos na Grande Guerra de 1914-18, com a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, terminando a participação na guerra por parte da Rússia Soviética (Dowling, 2015).

⁶¹ Realçando-se que com o fim da Guerra israelo-árabe do Yom Kippur de 1973, a URSS não só não soube aproveitar em seu proveito acontecimentos como a queda do Xá da Pérsia em 1979 como, por exemplo, não foi capaz de impedir a assinatura dos acordos de Camp David (terminando o conflito israelo-árabe e posteriormente afastando o Egipto da esfera soviética), de acabar com a guerra Irão-Iraque de 1980-1988 e as cisões entre a Síria de Hafez al-Assad e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de Yasser Arafat quanto à intervenção no Líbano desde 1976 (Freedman, 1985, p. 40).

⁶² De relevar que, na sequência da percecionada pouca vontade de confrontação militar direta manifestada pela URSS na sequência da Crise dos Mísseis de Cuba em 1962, a influência soviética começou a decair na região do Médio Oriente até à sua quase inexistência, derivada igualmente da crescente incapacidade tecnológica e financeira face ao Ocidente (Malashenko, 2013, p. 5).

⁶³ Abrangendo o período entre o Tratado Russo-Persa de 1813 até à Entente Anglo-Russa de 1907 (Walberg, 2011, p. 10).

⁶⁴ Sendo que o Segundo Grande Jogo teria sido materializado pelo período histórico da Guerra Fria e pela aceitação da existência e contatos com Islamitas por parte da Administração Reagan (Walberg, 2011, p. 12).

Este é apresentado neste *paper* como uma competição entre atores, nomeadamente velhas e emergentes potências mundiais e seus sistemas económicos, muito para além do inicial Grande Jogo centrado no Afeganistão e agora extensível a toda a Eurásia, conforme nos aponta Walberg (2011, pp. 233-265), incluindo a Ásia Central e o Médio Oriente; o GMOA.

Incontornável é também o papel da chamada Primavera Árabe, que afetou em particular o Médio Oriente e a Península Arábica, sendo que desde 2010 e em alturas diferentes levou, conforme adaptado a partir de Naumkin et al (2013, pp. 5-7), a:

- (i) Múltiplos protestos de menores dimensões no Djibouti (2011), na Somália (2011), Mauritânia (2011), Líbano (2011), Arábia Saudita (2011);
- (ii) Múltiplos protestos de grandes dimensões na Argélia (2012), no Sudão (2011), na província árabe do Khuzistão Iraniano (2011), nas fronteiras com Israel (2011) e Palestina (2012);
- (iii) Reformas em Omã (2011), Kuwait (2011), Jordânia (2011) e Marrocos (2011/12);
- (iv) Mudança de regime na Tunísia (2010/11), Egipto (2011 e 2013, com continuação de surtos de violência);
- (v) Desordem Civil e intervenção militar externa (saudita) no Bahrain (2011 e presentemente continuando) por intermédio do Conselho de Cooperação do Golfo;
- (vi) Mudança de regime e degeneração em guerra civil na Líbia (2011 até aos dias de hoje), Iraque (2011 até aos dias de hoje) e Iémen (2011/12 e 2015 até aos dias de hoje);
- (vii) Guerra civil na Síria (2011 até aos dias de hoje).

Inicialmente, a Rússia não expunha em público uma visão muito diferenciada da do Ocidente quanto à Primavera Árabe, sob o pretexto de se verem concretizadas as justificadas aspirações do povo árabe em ter uma vida melhor (ideologia que inclusivamente a URSS havia defendido). Contudo face ao crescente interesse de França e dos Estados Unidos da América (EUA), a Rússia “[...] enfatizava a inadmissibilidade de interferência externa para fins de mudança de regime e a necessidade de resolver os assuntos internos através do diálogo político [...]” (Naumkin, et al., 2013, pp. 31-31). Por outro lado, ainda que fossem reconhecidos tanto desafios como oportunidades, Putin não deixava de se preocupar com a possibilidade do efeito de bola de neve atingir a Ásia Central, o Norte do Cáucaso e outras regiões de maioria muçulmana que pudessem ter impacto na Federação Russa, até porque “[...] em Moscovo se olhava para a Primavera Árabe através das lentes das anteriores “revoluções coloridas” da Ucrânia, Geórgia e Quirguízia,

que eram entendidas como ameaças diretas aos interesses de segurança da Rússia e ao sistema político de Putin [...]” (Kortunov, 2018). Inclusivamente porque neste Despertar Árabe se percecionavam manobras patrocinadas, direta ou indiretamente, pelo Ocidente; não tendo igualmente a Rússia percecionado a Primavera Árabe como um evento holístico e suprarregional, avaliando o impacto em cada país e como essa agitação afetaria interesses russos, como relembra Zvyagelskaya (2016) citada por Ferrari et al (2016, p. 76).

Importa ainda relevar o fator económico e energético, pois com a expansão dos interesses russos à GMOA e em particular aos conflitos ativos, a Rússia afirma a sua “[...] flexível, não-ideológica e transacional abordagem estratégica [...]” e ao mesmo tempo reforça os seus objetivos mais constantes, conforme defende Trenin citado por Sladden, Wasser, Connable & Grand-Clement (2017). A título de exemplo, ao nível das vendas de armamento, pretende retirar espaço aos EUA, nem que para tal esteja a apoiar regimes opressores como o Irão, a intervir indiretamente em conflitos como no Iémen ou mesmo a vender armamento a aliados dos EUA como a Turquia, Egipto e Arábia Saudita (Sladden, et al, 2017, p. 6). Já ao nível energético, não só procura estabilizar os preços dos hidrocarbonetos, mas também continuar com os seus projetos de construção de *pipelines* desde a Rússia e de venda de tecnologia de energia nuclear, por exemplo para o Irão e a Turquia (Naumkin, et al., 2013, pp. 36-37); sabendo-se também que cerca de 60 - 70% do gás natural que Ancara consome provém da Rússia (Blank S. , 2018b).

10.3. O NOVO “GRANDE JOGO”: RELAÇÕES DE INFLUÊNCIA RUSSA NO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO

É precisamente numa lógica de novo Grande Jogo que a Rússia ressurge, pós-queda do Muro de Berlim, após um período de supremacia norte-americana e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (particularmente nos casos de Iraque e Líbia) mas com objetivos e políticas diferenciadas das da era soviética de Krushchev e Brezhnev conforme afirma Freedman (2018), fazendo uso de uma *new type of war*⁶⁵, em força e com relevância no GMOA que ainda procura estabilizar-se no período pós-Primavera Árabe como ressalva Naumkin et al (2013, p. 11).

10.3.1. No conflito da Síria

O conflito da Síria recebe destaque por ter sido o momento⁶⁶ a partir

⁶⁵ Também conhecida por Guerra Híbrida, combinando invasões encapotadas, uso de *local proxy forces* e *contractors*, propaganda e ciberguerra (Gibbons-Neff, 2015b).

⁶⁶ Materializada através dos bombardeamentos aéreos contra alvos de militância anti- al-Assad e terroristas, a 30 de setembro de 2015, na sequência do pedido oficial de apoio militar por parte do Governo Sírio (Al Jazeera, 2015).

do qual a Rússia reentra no Grande Jogo, apostada em mudar as dinâmicas do intervencionismo norte-americano e europeu no GMOA (2018) e por se poder constituir como a pedra de toque para a consolidação da estratégia político-militar de Putin não só para GMOA como até para África, caso se confirme bem sucedida a intervenção russa na Síria, conforme apontado por Blank (2018b). Ainda que entre em rotura com a tradicional preferência de não se envolver diretamente em conflitos na região (Sladden, et al, 2017, p. 5) e de igual modo, serve de base para a sua intervenção nos pontos de conflito do GMOA.

A demonstração da capacidade de projeção de poderio militar e diplomático para além do seu *near abroad* chocou particularmente o Mundo Ocidental (Cook, 2018), tendo sido entendida inicialmente tanto como demonstração de capacidade de oposição aos interesses e política ocidentais na região como a (ténue) esperança de se formar uma coligação alargada entre diversos países da região, países ocidentais e a Rússia na luta contra o autoproclamado *Islamic State of Iraq and the Levant* (ISIS)^{67 68} (European Council on Foreign Relations, 2016). Contudo, tal não poderia ser mais oposto aos motivos que se podem elencar para a intervenção russa (Kortunov, 2018). Apesar de ser uma temática profusamente estudada e havendo divergências tanto quanto à dimensão e objetivos dessa mesma intervenção, há contudo, uma certa concordância com alguns aspetos que consubstanciam o intervencionismo na Síria.

O regime de Bashar al-Assad, na sequência do regime de seu pai Hafez e do apoio soviético estabelecido em 1956, é entendido como sendo um dos poucos aliados russos no Médio Oriente que não cedeu às tentações do Ocidente (Trenin, 2012). A Rússia pretende afirmar al-Assad como parte da solução legítima, em clara oposição ao Ocidente, por forma a manter e desenvolver a sua ascendência no GMOA e criando-se assim as condições para uma *new neo proxy war*, porquanto o mundo ocidental e a Rússia e seus aliados iranianos se confrontam indiretamente, apoiando fações opostas na contenda fratricida e tendo como extensões até a participação de grupos terroristas como o Hezbollah⁶⁹

⁶⁷ À data da intervenção russa na Síria, o ISIS detinha uma larga faixa de território entre o ocidente do Iraque e o oriente Sírio, contendo uma população estimada de até oito milhões de pessoas no seu autoproclamado Califado (Berman & Shapiro, 2015).

⁶⁸ Sendo que diversas fontes apontam para que os ataques aéreos russos tenham sido e sejam mais direcionados contra os grupos opositores a al-Assad; tentando colocar o regime como a única opção de luta ao ISIS (European Council on Foreign Relations, 2016).

⁶⁹ Grupo paramilitar libanês xiita, presente no Levante desde 1982 com apoio direto do Irão (Gardner, 2018).

(apoiado pelo Irão) ou de *private military company* (PMC)^{70 71} conforme relevado por Marques Guedes (2018). Ao longo do tempo, logrou que, por exemplo a Grã-Bretanha, conhecida opositora de al-Assad venha agora, nas palavras de Jeremy Hunt⁷² (2019), reconhecer que “[...] a posição Britânica é a de que não existirá paz duradoura na Síria com este regime. Mas, infelizmente, pensamos que ele irá permanecer e isso deve-se ao apoio que tem tido por parte da Rússia” conforme citado por Wintour (2019), *per si* constituindo-se um retrocesso do ponto de vista europeu. Conjuntamente com a intenção manifestada pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, de retirar as suas tropas⁷³ na sequência do que afirma ser a derrota do ISIS na Síria (Tibon, 2019) e reforçada com a afirmação de que “[...] A Síria estava perdida à muito tempo...não estamos a falar de vasta riqueza. Estamos a falar de areia e morte...vamos sair ... nós não queremos a Síria [...]” conforme citado por Allen (2019). Deste modo, a Rússia aparenta ter caminho livre para impor uma paz talhada por si, os seus aliados (Síria e Irão) e espante-se, a Turquia, tal como previsto no Encontro de Astana⁷⁴ (Al Jazeera, 2017b). Poder-se-á dizer que a Rússia se afirma na Síria transpondo-se para o GMOA, na direta medida em que o Ocidente e os EUA em particular se alheiam da situação.

Quanto ao relacionamento específico entre Rússia e Turquia (país membro da OTAN), estes estão direto e estreito contato quanto à situação na Síria, chegando a opor-se no terreno a aliados curdos sírios de um outro país membro da OTAN- os EUA (considerados por Ancara como terroristas, ainda que lutem contra o ISIS e sejam tradicionais aliados da Rússia), conforme nos relembra Milhazes (2017). Apesar de ser um jogo perigoso, a Rússia tira dividendos pois continua a faturar, quer no plano financeiro com a venda de armamento à Turquia⁷⁵ (e outros opositores de Damasco, como a própria Arábia Saudita) quer com a conciliação de interesses antagónicos na região com um “inimigo” fidalgal e membro da OTAN,

⁷⁰ Maioritariamente russos, de empresas como a Wagner, conforme reportado por Tsvetkova (2017).

⁷¹ Sendo conhecidos casos de combates entre mercenários russos e forças de operações especiais dos EUA (Gibbons-Neff, 2018).

⁷² À data. Secretário de Estado para os Assuntos Externos e da *Commonwealth*.

⁷³ Ainda que não tenha sido definida uma data para o seu início e fim (Allen, 2019) e que seja quase contraditória em virtude do anterior empenhamento norte-americano face à suposta utilização de armas químicas por parte do regime de al-Assad contra a cidade de Idlib, resultando no bombardeamento da base de Khan Sheikhoun com 59 mísseis de cruzeiro Tomahawk e no não reconhecimento da legitimidade do regime de al-Assad pelos EUA, apontado como violador do Direito Internacional (Al Jazeera, 2017a).

⁷⁴ Encontro que visou o estabelecimento de *de-escalation zones* entre o Regime e alguns grupos da oposição moderada, sob a garantia de Rússia, Irão e Turquia, tendo em vista o posterior estabelecimento de acordos de Paz (Al Jazeera, 2017b).

⁷⁵ Contrariando as sanções impostas a Moscovo pela UE e causando preocupação no seio da OTAN. A venda mais preocupante e a de sistemas míssil antiaéreos/ antimíssil S-400, com o nome de reporte OTAN SA-21 Growler, com alcances máximos até aos 400 km (de Morais, 2017).

a exemplo do recente entendimento para a coordenação de operações militares em território sírio por forma a erradicar a ameaça terrorista e repor a integridade territorial (Observador, 2018). Este relacionamento foi resumido pela Embaixadora dos EUA na OTAN, Kay Bailey Hutchison, como “[...] Eu acredito que a Rússia está a tentar ‘virar’ a Turquia. Eles estão a tentar ‘virar’ muitos dos nossos aliados. Eles querem desestabilizar a mais forte aliança da história do Mundo- OTAN.” (2018). Este relacionamento preocupa igualmente a UE, porquanto como afirma Baev (2017) citado por Karasik (2018), a divisão da Europa é o maior ganho da Rússia no Médio Oriente, sendo que a crise de refugiados e o posicionamento da Turquia se constituem como os maiores pontos de fricção para a Europa.

Desta forma, a Rússia consegue ainda mais afirmar a sua já crescente presença militar na região e, mais importante ainda, manter a sua base naval de Tartus na principal cidade portuária síria de Latakia, a sua única base naval no exterior e de acesso direto a mar quente (ao suprarreferido *inner* e *outer crescent*). De fato, a presença naval no Mediterrâneo oriental intensificou-se, tendo sido reativada a quinta esquadra em 2013, (Ministry of Defence of the Russian Federation, 2016), como melhor dissuasão contra uma possível intervenção da OTAN no Mar Negro (em resposta aos acontecimentos recentes na Crimeia e no estreito de Kerch no mar de Azov, por exemplo). Permite igualmente que a frota russa do Mar Negro não se limite a este Mar e ao Mediterrâneo, mas inicie a sua transição para uma *blue water force*, com capacidade oceânica para além do canal do Suez e do estreito de Gibraltar, conforme relevado por Korzun (2018) e patente nas declarações públicas de Putin (Kremlin, 2018). Realça-se que este alargamento para o Mediterrâneo Ocidental não está limitado à Síria, sendo que foram encetados contatos com o Chipre comunitário para o estabelecimento de portos navais de apoio para missões de contraterrorismo e antipirataria e de uma eventual base aérea para apoio a operações de apoio humanitário de emergência (BBC, 2015).

Relativamente à base aérea de Hmeymim, também na região de Latakia, como o então Comandante da OTAN General (Gen) Phillip Breedlove afirmava, prova as verdadeiras intenções da Rússia para a região, porquanto o desenvolvimento da capacidade *Anti-access/area denial* (A2/AD)⁷⁶ e a presença de caças com capacidade ar-ar comprovam que não são para ser empregues contra o ISIS ou a oposição a al-Assad mas sim para se constituir como a terceira zona⁷⁷ de A2/AD em torno da Europa (Figura 42) e assim afetar as operações dos EUA, OTAN e

⁷⁶ Sistemas múltiplos de A2/AD, tanto de baterias de mísseis antiaéreos como de mísseis antinavio, visando negar a entrada ou travessia por mar, terra ou ar de um determinado local (Gibbons-Neff, 2015a).

⁷⁷ Sendo que as duas outras zonas de A2/AD russas se centram no exclave (*oblast*) de Kaliningrado, cobrindo o Báltico e na Crimeia ocupada, cobrindo o Mar Negro, conforme relevado pelo Gen Breedlove, conforme citado por Gibbons-Neff (2015a).

coalização na região, conforme citado por Gibbons-Neff (2015a). Estas afirmações foram posteriormente corroboradas com a presença de sistemas S-400 russos e da oferta de sistemas de mísseis antiaéreos S-300⁷⁸ para estabelecimento efetivo de uma *no-fly zone* sobre a Síria (TASS, 2018b), para além de Buk M2 e Pantsyr S (Borger, 2012).

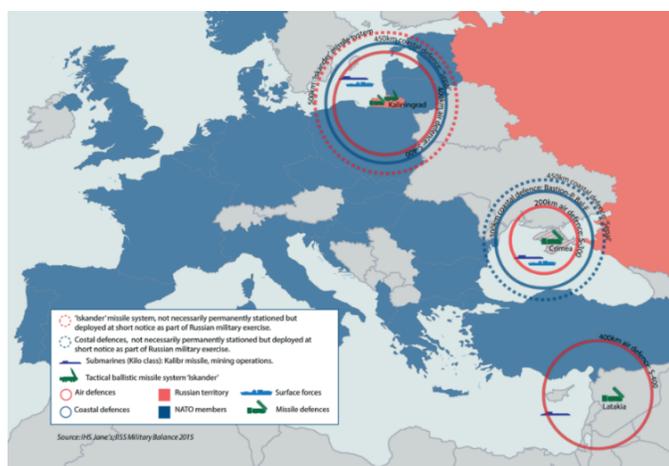


Figura 42 – Zonas Russas de A2/AD na Europa.

Fonte: Adaptado de Loshkin (2016).

Por aclarar está ainda o papel de reportada base de guerra eletrónica (interceção e empastelamento) e de radares de controlo aéreo em Hmeymim e pela sua rede espalhada em território sírio, operado pelo Departamento Central de Inteligência (conhecido pelo seu acrónimo em russo de GRU; *Glavnoye razvedyvatel'noye upravleniye*), supostamente tendo desempenhado um relevante papel no aviso prévio da Rússia a Erdogan quanto à tentativa de Golpe de Estado de 15 de julho de 2016 (Matthews, 2016) ou de outras bases menores, como o complexo de Al-Sanobar (Figura 43). Ressalva-se que, quanto a estas bases em Latakia (distanto cerca de 50 km entre si), foi estabelecido um acordo para a manutenção efetiva e permanente da presença russa por pelo menos 49 anos desde 2017 (TASS, 2017) e que o conflito sírio tem sido um *proving ground* de valor acrescido para o armamento e propalada doutrina Gerasimov⁷⁹ e consequente *new type of war*, sendo publicamente reconhecido como tal (Kremlin, 2017).

⁷⁸ Com o nome de reporte OTAN SA-10 Grumble, com alcance reportado a 250 km; na sequência do abate inadvertido de um avião de transporte russo Ilyushin Il-20 por parte de forças sírias com o sistema S-200 (SA-5 Gammon) a 17 de setembro de 2018, por modo a fazer face a ataques israelitas com duas parcelas de F-16 Falcon a alvos na região de Latakia (TASS, 2018b).

⁷⁹ Recendo o nome do seu autor, a partir de um *paper* de fevereiro de 2013 do Chefe de Estado-Maior do Exército Russo, advogando uma visão renovada e total do *warfare* (Gerasimov, 2016).

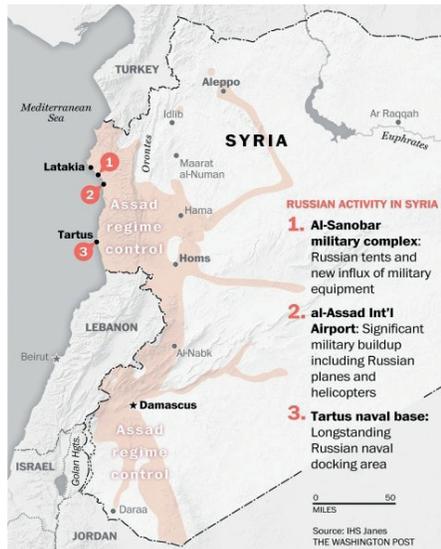


Figura 43 – Presença Militar Russa na Síria.

Fonte: Adaptado de Gibbons-Neff (2015a).

Um outro aspeto tem sido gerado pela brutalidade da intervenção russa em prol do regime de Damasco, provocando massas de refugiados que, invariavelmente tem desestabilizado outros países como a Turquia ou países da União Europeia (UE). Esta intervenção russa foi tão brutal que, perante um plano de repatriamento conjunto entre Líbano e Rússia, alguns dos 890,000 refugiados afirmavam que se opunham ao mesmo, pois havia sido as forças russas que os tinham levado a fugir pela vida (The National, 2018). Há quem também defenda que estes ataques foram estratégicos e deliberados, seguindo o modelo de intervenção de terra queimada na Chechénia, por forma a criar um vácuo para facilitar a ocupação por forças pró-Damasco e, nas palavras do falecido Senador dos EUA John McCain (2016) “[...] exacerbar a crise de refugiados e usá-la como uma arma para dividir a aliança transatlântica e minar o projeto europeu [...]”, conforme citado por Tisdall (2016).

Muitos outros aspetos aqui poderiam ser retratados, particularmente quanto (i) ao envolvimento e/ou competição crescente da Rússia com o Irão (Sinjab, 2018), (ii) das reais capacidades para a Rússia apoiar a reconstrução da Síria ou se manter em jogo especialmente agora que Putin assume que o ISIS está praticamente derrotado (Milhazes, 2017), (iii) da aparente calma entre Israel e a presença Iraniana e do Hezbollah com o beneplácito da Rússia e da Síria (Bybelezer, 2018), mas sugerem-se para futuras linhas de investigação.

10.3.2. Do Afeganistão ao Mediterrâneo (Líbia)

Com exceção do envolvimento direto no conflito da Síria, a Rússia tem demonstrado pouco interesse em se envolver em outros conflitos, ativos ou latentes, recuperando parte da estratégia soviética de presença (a exemplo, com assessores militares) mas de certa aversão (ou reconhecimento de incapacidade financeira) em cometer tropas no terreno; sendo preferível estabelecer lucrativos negócios energéticos e de armamento, reavivar velhas amizades e forjar novas, da Líbia ao Golfo Pérsico e Ásia Central (Sly, 2018).

Contudo diretamente derivado dessa mesma intervenção em apoio ao regime de Damasco, Putin posicionou-se “[...] no centro dos sobrepostos conflitos [da GMOA], alavancando a influência russa muito para além das fronteiras da Síria e incluindo todos os países com interesses no resultado da guerra- inimigos como Israel e Irão, Qatar e Arábia Saudita, Síria e Turquia.”, conforme aponta Sly (2018). Não é pois de estranhar que o Irão se apresente como o mais importante aliado com interesses coincidentes na GMOA, muito para além das vendas de armamento e reatores nucleares, sendo que alguns dos conflitos na região beneficiam de mútuo entendimento e apoio, sendo exemplo o Iémen, o Afeganistão ou em ex-repúblicas soviéticas como o Tajiquistão, como apontava Freedman (2002).

10.3.2.1. Afeganistão: Passado como prólogo?

O passado soviético no Afeganistão ainda hoje assombra a Rússia⁸⁰. De facto, alguns autores relevam que o Grande Jogo entre Impérios teve a sua segunda parte com a chamada invasão soviética⁸¹ (Semyorka, 2017). Hoje poderemos estar a vivenciar a sua terceira parte, um reeditar da *proxy war* da Guerra Fria que opôs URSS e EUA, mas marcada por uma viragem do tabuleiro em que Moscovo apoia agora antigos inimigos⁸² contra os interesses ocidentais, materializados no terreno pela presença dos EUA e OTAN, nomeadamente com bases militares para além das do Afeganistão (Ferris-Rotman, 2017). Conforme aponta Jamal (2017) “É a continuação do velho jogo de xadrez. Os EUA começaram a mexer na Síria, então a Rússia tentará influenciar os acontecimentos no Afeganistão.” citado por Ferris-Rotman (2017), iniciando-se logo após a intervenção americana na Síria contra o

⁸⁰ Tanto quanto os afegãos, por considerarem que se tenha aí iniciado o período ininterrupto de quatro dezenas de anos de guerra (Ferris-Rotman, 2017).

⁸¹ De 24 de dezembro de 1979 a 15 de fevereiro de 1989, a URSS apoiou a comunista República Democrática do Afeganistão na sua luta contra a insurgência dos *mujahideen* apoiados pelos EUA, Arábia Saudita e Paquistão, não chegando a constituir-se como uma ocupação *de facto* (Baumann, 2001). A humilhante derrota soviética é apontada ainda hoje como tendo precipitado o fim da URSS em 1989 (Ryan & Ferris-Rotman, 2018).

⁸² Sendo os *mujahideen* os precursores dos *taliban*, atuais opositores do Governo Afegão apoiado pelo Ocidente.

auto-proclamado Estado Islâmico. É também uma exceção quanto aos efeitos da primavera árabe.

De uma forma geral, há ainda assim interesses mútuos entre a Rússia e o Ocidente que justificam o interesse naquele conflito. Muito para além da relevância geopolítica que, hoje como no passado, se faz sentir derivado de se situar entre o *Heartland* eurasiático, a Grande Eurásia e os mares quentes do Oceano Índico (Mishra, 2018). Assim, a prevenção do reaparecimento do terrorismo transnacional de índole jihadista⁸³ (Stepanova, 2018) associado à luta contra o tráfico de narcóticos⁸⁴ (Figura 44) e a tentativa de impedir que o caos alcançasse os países limítrofes, pareciam efetivar a convergência de interesses entre potências (Gurganus, 2018).

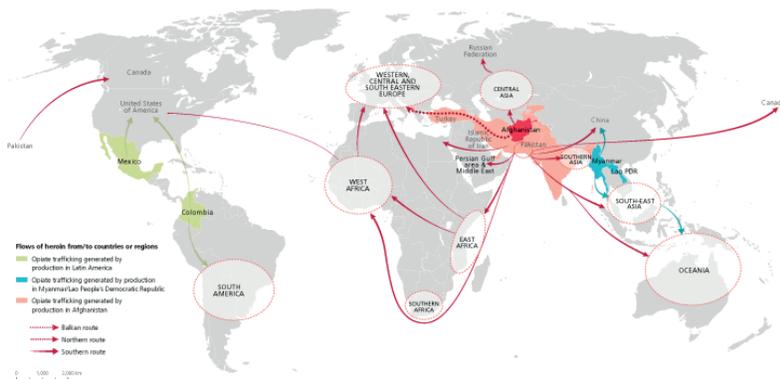


Figura 44 – Rotas tradicionais de tráfico de opióides a partir do Afeganistão.

Fonte: Adaptado de UNODC (s.d.).

Contudo a Rússia aparenta ter desígnios próprios que a levam, por exemplo, a ter um relacionamento muito próximo aos *taliban* (paradoxalmente ainda na sua lista de terrorismo) e apresentando-se como mediador entre os rebeldes islamitas e Kabul (Dubnov, 2018), sem a participação dos EUA (Roth, 2018). Um dos motivos é securitário e prende-se com a presença do *spin-off* do *Islamic State of Iraq and the Levant* (ISIS) na região histórica do Grande Khorasan⁸⁵, o ISIS-K⁸⁶ ⁸⁷ (*Islamic State of Iraq and the Levant – Khorasan*), porquanto Moscovo percebe que estes terroristas “[...] estão a ser preparados para a guerra na Ásia Central, contra os

⁸³ Sendo que se estimam em mais de duas dezenas os grupos islamistas ativos no Afeganistão e países limítrofes, conforme defende o Presidente do Afeganistão Ashraf Ghani (2018).

⁸⁴ Sendo o Afeganistão origem de cerca de 90% da heroína mundial (UNODC, 2018).

⁸⁵ Abarcado não só as províncias afegãs de Balkh e Herat, mas também parte do Irão, Turquemenistão e Uzbequistão (Encyclopaedia Britannica, s.d.).

⁸⁶ Composto por combatentes do ISIS oriundos do conflito sírio e de dissidentes *taliban* (US Department of State, 2016)

⁸⁷ Que, é apresentando tanto como uma criação dos EUA, como tendo um poderio muito superior ao estimado pelo Ocidente, por forma a justificar a crescente ingerência na região (Ramani, 2018a).

interesses da Rússia”, conforme afirmado por Kabulov⁸⁸ (2016) citado por Lewis (2017). Este apoio aos *taliban* é assim um mal menor, ainda que sejam conhecidas fortes ligações com extremistas islâmicos de regiões russas predominantemente islâmicas⁸⁹ e que não se pretenda que ascendam ao poder, mas permitem criar dificuldades ao Ocidente enquanto lutam contra o ISIS-K e se constituem como um trunfo futuro, conforme defendido por Kalinovsky (2018) citado por Ryan e Ferris-Rotman (2018). De forma geral, pretendem gerir e evitar a abertura de uma nova frente de terrorismo islâmico (Eremenko, 2015) e esta gestão é efetuada com o apoio do Irão (Majidyar, 2017), que por sua vez apoia os *taliban* como forma de criar um tampão entre si e EUA (Figura 45) (Ramani, 2017).

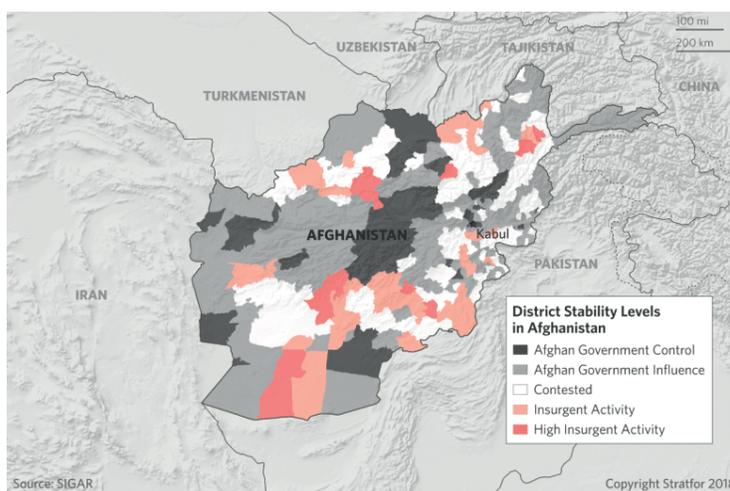


Figura 45 – Níveis de estabilidade dos Distritos do Afeganistão em 2018.
 Fonte: Adaptado de Stratfor (Stratford, 2018).

Nas palavras do Gen John Nicholson⁹⁰ (2018) conforme citado por Ryan e Ferris-Rotman (2018), é resumido como “[...] Sabemos que a Rússia está a tentar rebaixar os nossos ganhos militares e anos de progresso militar ... e levar os nossos parceiros a questionar a estabilidade do Afeganistão [...]”, chegando-se mesmo a pensar que existe um certo revanchismo russo (Nasib, 2016). Assim, o que ressalta é que este envolvimento da Rússia no Afeganistão e nas antigas repúblicas da URSS da região, marca uma clara estratégia geopolítica mais alargada, em competição com o Ocidente. Marca um retomar da sua influência e da delimitação clara dos

⁸⁸ À data, enviado especial da Rússia para o Afeganistão (Lewis, 2017).

⁸⁹ Como o Tartaristão e Bascortostão, também sofrendo pressões do ISIS-K (Eremenko, 2015)

⁹⁰ Comandante da missão *Resolute Support* da OTAN e da Operação *Enduring Freedom* dos EUA de 30 de março de 2016 a 02 de setembro de 2018 (RS, 2019).

seus interesses, com um empenhamento e custo infinitamente mais reduzido em comparação à Síria, numa região onde a presença ocidental é entendida como um espinho aos interesses russos no GMOA/ Ásia Central ao mesmo tempo que é percebido como um ponto fraco da estratégia regional ocidental⁹¹ (Ryan & Ferris-Rotman, 2018), conseguindo na prática marcar uma posição de paridade com os EUA (Guedes, 2018). Tudo isto enquanto se afirma como *power broker* na procura da paz afegã (Dubnov, 2018) e na luta contra o terrorismo (Eremenko, 2015).

Muitos outros aspetos aqui poderiam ser analisados, como os interesses russos relativos a projetos transnacionais em termos económicos e de infraestruturas como o gasoduto TAPI (Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia) e o projeto energético *Central Asia-South Asia 1000* (CASA-1000) conforme relevado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) Sergey Lavrov (TASS, 2018a) ou a previsível relação de competição geopolítica com o Irão e Paquistão no caso de efetivamente os EUA e OTAN saírem do Afeganistão, sugerindo-se que se apliquem em novas linhas de investigação.

10.3.2.2. Iémen: Rimland dentro de Rimland

Devido ao seu posicionamento geopolítico junto a um *choke point* do *Rimland* no Estreito de Bab al-Mandeb que controla o acesso à saída do Mar Vermelho para o Golfo de Áden e as rotas comerciais que se estendem do Corno de África para o Mundo (Geopolitical Futures, 2016), desde 1962 a URSS teve o Iémen como uma das suas prioridades chave durante a Guerra Fria, tendo sido estabelecida uma base naval na ilha de Socotrá e a condução de operações navais até 1985 (Sukhankin, 2018). Presentemente, este posicionamento geográfico de “*rimland* dentro de *rimland*” ainda se reveste de grande valor⁹² para a Rússia e seu aliado Irão, tanto como para os EUA e sua aliada Arábia Saudita, principalmente pelo controlo do tráfego marítimo de transporte de hidrocarbonetos vindos do Golfo Pérsico entre Mar Vermelho- Golfo de Áden e pelo controlo da parte oriental do Sahel. De facto, as condições para a atual guerra civil começaram por ser criadas na sequência da Primavera Árabe (Naumkin, et al., 2013) mas rapidamente se suplantaram às inúmeras e intrincadas partes em conflito (pró-governo, rebeldes houthis, grupos terroristas não afiliados a nenhum dos grandes contendores) e tornaram-se uma *proxy war* entre as duas grandes potências regionais que competem não só pela primazia no mundo islâmico, como pelo controlo das rotas dos hidrocarbonetos; a

⁹¹ Derivado de OTAN/EUA não conseguirem, desde 2001, estabilizar a situação (Ryan & Ferris-Rotman, 2018).

⁹² Reforçado pelo acordo estabelecido com o Sudão para se criar uma base naval no Mar Vermelho (Anadolu Agency, 2018).

Arábia Saudita e Irão⁹³. Podendo mesmo ser entendida como a segunda *proxy war* após a da Síria e por extensão, entre EUA e Rússia enquanto aliados respetivamente da Arábia Saudita⁹⁴ e do Irão (Ostovar, 2018). A Rússia entra assim no conflito do Iémen, enquadrando-se nas lógicas de paridade percecionada com os EUA no GMOA e alicerçada na aliança com o Irão, tendo em vista a projeção de poder de ambos, no e para além do Golfo Pérsico e Oceano Índico, conforme relembra Graham (2008, pp. 36-37).

Mas esta presença faz-se muito na lógica defendida pelo antigo primeiro-ministro Yevgeny Primakov (s.d.), citado por Sukhankin (2018) de “exportação de segurança”, coincidente com uma das etapas da Doutrina Gerasimov, com recurso a PMC. Este recurso a *contractors* garante a Moscovo a capacidade de negar e mitigar o impacto de operações lideradas desde o Kremlin (Karasik, 2018), enquanto mantêm a capacidade de apoiar indiretamente os interesses iranianos junto dos rebeldes xiitas *houthis* com mercenários bem treinados e com experiência de combate da Síria e Ucrânia. Precisamente quando os *houthis*⁹⁵ estão mais acoitados pelo governo iemenita, apoiado por forças da coligação e seus PMC, incluindo mercenários colombianos (Isenberg, 2018).

Entretanto, enquanto a guerra se arrasta e cada vez mais parece impossível de se conciliar todas as fações e eliminar as células terroristas da Al-Qaeda e do *Islamic State of Iraq and the Levant – Yemen Province* (ISIS-Y), enquanto a crise humanitária⁹⁶ se torna uma das mais prementes do Globo, a Rússia afirma-se disposta a entabular negociações por forma a “[...] que se passe de um cenário militar para um diálogo político.”, conforme defendido pelo MNE Lavrov (2018) citado por Fenton-Harvey (2018) e mantendo relações cordiais tanto com Riade como com Teerão (Ramani, 2018b). Entretanto este conflito decorre (Figura 46), de forma inexoravelmente mais desgastante para a coligação e por extensão dos EUA, representado um ganho estratégico para Teerão e Moscovo (Cook, 2018).

⁹³ Desde alguns anos, o Irão escoltava os seus próprios navios de transporte de petróleo e outros navios pelo estreito (Kotze, 2016).

⁹⁴ Que encabeça uma coligação na Operação Restaurando a Esperança, como os Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein, Egipto, Jordânia, Marrocos, Senegal, Sudão e apoiado pelo Ocidente .

⁹⁵ Realce-se que Moscovo tem armado estes rebeldes, por intermédio do Irão, conforme relembra Blank (2017).

⁹⁶ Sendo estimadas pela ONU, a existência de 20 milhões de pessoas com carências alimentares graves, de uma população total de 27 milhões (Observador, 2018).

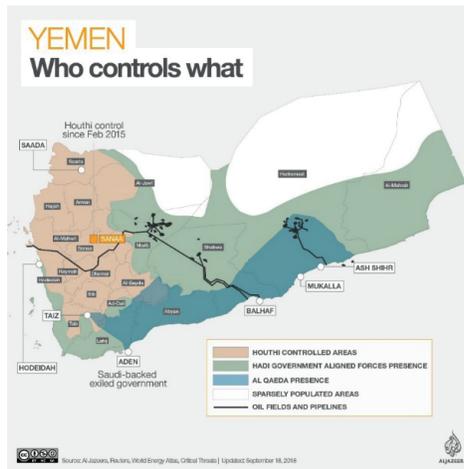


Figura 46 – Mapa do conflito no Iêmen (19 de setembro de 2018).

Fonte: Adaptado de Chuqhtai e Edroos (2018).

Mais aspetos poderiam ser aflorados, como qual o papel russo na luta contra o terrorismo e consequente influência na região, sendo que o governo iemenita se encontrará a negociar a cedência de bases à Rússia (Press TV, 2016) ou que relações Arábia Saudita- Irão-Rússia resultarão do fim ou desenvolvimento do conflito (2018); sugerindo-se para outras linhas de investigação.

10.3.2.3. Líbia: a maldição de Qaddafi

Antes da intervenção da OTAN que depôs o ditador Muammar Qaddafi, a Rússia (tal como anteriormente a URSS) mantinha relevantes laços energéticos e militares com a Líbia. Moscovo pretende retomá-los, na sequência da intervenção na Síria e consequente relevância no Mediterrâneo Oriental, conforme defende Scimia (2017). Contudo, a Líbia envolveu-se numa complexa Guerra Civil, demonstrando como uma intervenção externa sancionada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, numa lógica de *responsability to protect* (R2P) quanto à população líbia⁹⁷, se pôde degenerar e fugir aos intentos da Primavera Árabe; o que aparenta colocar o Kremlin na expectativa (Baev, 2011). Contudo, uma vez que os contratos de hidrocarbonetos líbios⁹⁸ (Malashenko, 2013, pp. 12-13) e de vendas de armamento⁹⁹ se encontram a ser maioritariamente espartilhados por

⁹⁷ Tendo a Rússia abstinido-se na votação do Conselho de Segurança, o que levou à intervenção armada ocidental (Socor, 2011).

⁹⁸ Sendo a Líbia o 10º país com maiores reservas de petróleo (Kartsev, 2018).

⁹⁹ A Rússia, com a queda do regime de Qaddafi, terá perdido contratos no valor de 4 mil milhões de dólares (Kartsev, 2018).

interesses europeus e americanos, a Rússia dá sinais de ponderar intervir de forma mais premente (Scimia, 2017). De facto, a diplomacia russa tem vindo a aproximar-se de ambas as fações principais que disputam a legitimidade governamental nesta Guerra Civil¹⁰⁰, as do Exército Nacional Líbio do Gen Haftar e as do Governo do Acordo Nacional, reconhecidas pela ONU como Governo provisório (Marson, 2018). Anteriormente, o Presidente Trump afirmara publicamente não ter interesse na Líbia para além do combate ao ISIS (Ballhaus, 2017) e a UE, particularmente a Itália, aparenta preocupar-se mais com os descontrolados fluxos migratórios que usam a Líbia como ponto de passagem para Norte ou na celebração de eleições democráticas (Lusa, 2018), consubstanciando-se como a maldição do desvirtuar da Primavera Árabe. Ainda assim, a crescente presença do *Islamic State of Iraq and the Levant – Libya* (ISIS-L), bem como a instabilidade regional, foi apresentada pelo Gen Comandante do *United States Army Africa Command* (AFRICOM) Tom Waldhauser (2017) como resultando em “[...] múltiplas milícias e relações quebradas entre fações a este e oeste da Líbia [que] exacerbaram a situação de segurança, espalhando-se para a Tunísia, Egípto e para o Magrebe, permitindo a movimentação de combatentes estrangeiros, facilitando o fluxo de migrantes da Líbia para a Europa [...]” conforme citado por Schmitt (2017).

Para além da vertente energética e de venda de armamento, tencionando restabelecer a sua influência e percecionando uma falta de vontade e capacidade ocidental em intervir, Moscovo percebe uma oportunidade de exercer o seu *soft power*, tendo em vista a possibilidade de muscular o seu *hard power* contra a OTAN, UE e os EUA, conforme refere Sly (2018). Desta forma, desde 2017, a Rússia tem vindo de forma discreta a enviar PMC, assessores militares e de informações, bem como armamento e equipamento e apoio sanitário às forças do Gen Haftar, contando com o apoio tácito dos Emirados Árabes Unidos e Egípto¹⁰¹ (Becker & Schmitt, 2018). De relevar que o único representante líbio a visitar o porta-aviões Kuznetsov a 11 de janeiro de 2018 em águas territoriais líbias, foi o Gen Haftar, oficialmente para se discutir formas de luta contra o terrorismo, mas na prática para reforçar a posição da Rússia como *power broker* regional (Matthews, Moore, & Sharkov, 2017) e eventualmente se começar a projetar um novo Qaddafi (Figura 47) (Meyer, Al-Atrush, & Kravchenko, 2018). Outras vertentes do possível envolvimento russo prendem-se com o objetivo de facilitar a chegada de migrantes à Europa e assim contribuir indiretamente para o já existente panorama caótico na UE, bem

¹⁰⁰ Sendo que se aproxima mais das forças do General Haftar, sediado em Tobruk- *Libyan National Army* (LNA), em detrimento do governo provisório sediado em Trípoli, reconhecido pela ONU- *Government of National Accord* (GNA) (Becker & Schmitt, 2018).

¹⁰¹ Por sua vez envolvidos numa *proxy war* contra o Qatar que apoia fações islamitas na Líbia (Becker & Schmitt, 2018).

como a possibilidade de estabelecer bases militares e desta forma posicionar-se no Mediterrâneo Central, a menos de 500 km da costa italiana continental, conforme afirma Kartsev (2018).

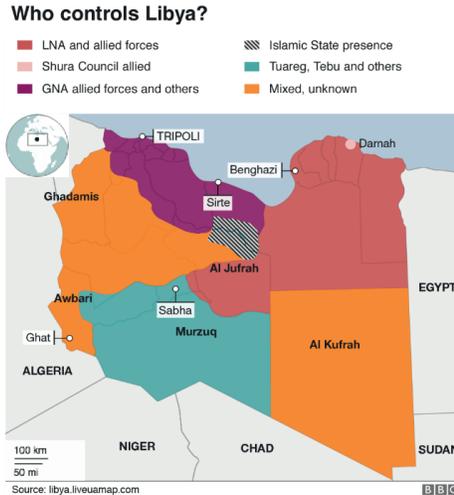


Figura 47 – Mapa do conflito na Líbia (27 de fevereiro de 2018).

Fonte: Adaptado de Jawad (2018).

Face a estes rumores, o MNE russo Lavrov afirmou que a Líbia ainda estava a procurar restabelecer as suas instituições governamentais e que a interferência externa particularmente na forma de intervenção militar é inaceitável, conforme citado por Memo (2018).

Para já, oficialmente, o posicionamento russo centra-se na tentativa de mediação de acordo de paz (Becker & Schmitt, 2018), mas os sinais de interposição e desestabilização na Síria, Iémen e Afeganistão estão presentes na Líbia.

Muitas outras linhas de investigação poderiam ser prosseguidas, como derivado do papel de outros *power brokers* na região como a Itália e o seu relacionamento com a Rússia (Reuters, 2018) ou o que fará a Rússia se o Ocidente atuar de novo de forma cinética na Líbia (Meyer, Al-Atrush, & Kravchenko, 2018). Contudo sugerem-se para futuros estudos.

10.4. CONCLUSÕES

O ressurgimento da Rússia no GMOA, donde esteve largamente afastado desde os tempos soviéticos em termos das suas dimensões do poder e onde viu o Ocidente fixar-se, fica marcado por um evento (a intervenção direta e altamente cinética na Síria) e por uma certeza, decorrente da afirmação de que está para ficar. À inércia ou incapacidade de dar resposta ao Ocidente aquando da intervenção

contra Qaddaffi (um dos seus maiores aliados regionais e cliente no panorama do armamento e petro-negócio) e dos receios decorrentes de alastramento da Primavera Árabe às suas repúblicas islâmicas, sobreveio então a vontade de recolocar a Rússia no patamar dos grandes poderes com influência internacional.

Esse desiderato desenha-se com contornos maquiavélicos, alicerçada na Doutrina Gerasimov, na *new type of war* (guerra híbrida) com amplo recurso a PMC e na *new neo proxy war*, em forte ligação com antigos e renovados aliados como a Síria e destacando-se o Irão (e interesse nas suas *proxy wars*, como no Iémen) criando novos laços com inimigos viscerais como a Turquia e os *taliban* e tentando desestabilizar a presença da OTAN e dos EUA em campos de batalha onde havia anteriormente havia provado a derrota, como o Afeganistão.

Da investigação, limitada aos países em conflito onde a Rússia se interpôs ou onde se encontra em ações de desestabilização, destacam-se aspetos a seguir explanados.

Na Síria, a intervenção russa na guerra civil através da interposição e desestabilização teve o condão de marcar a entrada diplomática e militar da Rússia no novo Grande Jogo, tendo em vista a sua relevância no GMOA, na direta medida em que o Ocidente se alheia de participar no “jogo” sírio e se distancia da *new neo proxy war* em curso. Com esta tomada de posição, garante um novo posicionamento militar no Mediterrâneo oriental, assegurando o controlo de um acesso a mar quente, tornando-se um fator de desestabilização da OTAN e utilizando a Síria como *proving ground* da Doutrina Gerasimov tendo em vista futuros embates. A sua aproximação à Turquia para a solução síria, constitui-se como medida de desgaste da OTAN e UE, firmado também pela nova área de A2/AD. Por último tendo preferencialmente escolhido atacar os opositores moderados de al-Assad, em detrimento do ISIS, produziu uma vaga de refugiados de proporções inauditas que afetam a estabilidade e coesão da UE e da Aliança.

Relativamente ao Afeganistão, a intervenção russa visa a destabilização do mesmo e afetar os países limítrofes (nomeadamente Turquemenistão, Uzbequistão e Tajiquistão, antigas repúblicas soviéticas). Com isto pretende voltar a ganhar influência numa região entendida como fulcral para evitar a abertura de uma segunda frente de terrorismo islâmico, bem como conter e desgastar o papel dos EUA e OTAN, dada a incapacidade destes em pacificar a região e de certa maneira, vingar-se do maior falhanço militar soviético. Por outro lado, limita a relevância do governo de Kabul apoiado pelo Ocidente procurando trazê-lo para a sua esfera de influência, atuando para isso em sintonia com o Irão. Esta intervenção permite a aplicação da Doutrina Gerasimov, desestabilizando o país a partir de dissensões internas e fraquezas percecionadas dos adversários.

No Iémen a interposição e desestabilização russa, muito por intermédio de PMC, pretende apoiar indiretamente o seu aliado iraniano na sua *proxy war* com a Arábia Saudita e seu aliado EUA. Por outro lado, reconquista a sua influência numa região entendida como relevante para acesso aos mares quentes, *choke point* e rotas de transporte de hidrocarbonetos, resultando também no estabelecimento de bases militares na região. Esta intervenção permite também à Rússia apresentar-se como um *power broker* para a paz num dos conflitos mais preocupantes em termos humanitários, bem como permitir a aplicação da Doutrina Gerasimov, mediante o uso indireto de PMC.

No que concerne à Líbia, com a interposição (por intermédio de PMC e assessores) e desestabilização, o Kremlin procura, de uma forma genérica, causar o caos. Com isso pretende readquirir influência numa região entendida como relevante para a economia russa, quer pela venda de armamento, quer pelos petro-negócios. Mantém aberta a possibilidade de criar instabilidade à UE por via dos migrantes, bem como a possibilidade de no futuro dispor de bases militares a sul da OTAN e EU, com preponderância para afetar o Estreito de Gibraltar. Esta intervenção permite à Rússia a aplicação de lições aprendidas na Síria, Afeganistão e Iémen quanto à doutrina Gerasimov e assim manter influência numa região instável, afirmando-se ainda como *power broker* para a paz.

De salientar que todas estas intervenções permitem à Rússia ganhar vantagem para a continuação do Grande Jogo noutros territórios, muito com a conviência do Irão

De forma prospetiva e tendo em conta a análise efetuada a cada um dos conflitos da GMOA onde a Rússia se projeta, os objetivos imediatos da política externa russa não se apresentam obscuros. Com esta reentrada no Grande Jogo, Moscovo procura de forma agressiva e sistemática alcançar os seus objetivos estratégicos que incluem os seguintes aspetos, adaptados a partir de (Natsios, 2018):

- (i) alcançar ou aparentar a paridade militar, diplomática, económica e informacional com os EUA na medida em que a atual governação Trump propala alhear-se de grande parte da sua anterior política externa para a GMOA;

Provar a obsolescência da OTAN enquanto a procura restringir geopoliticamente e militarmente; muito particularmente debilitando a relação de confiança da OTAN com a Turquia na Síria, criando novas zonas de A2/AD, ligando o Mar Negro ao Mediterrâneo e mais além com as suas bases navais e *blue water fleet* em desenvolvimento;

Desgastar e neutralizar a EU, porquanto poderoso bloco económico e de ideologia liberal oposta à teocratização putinesca que visa criar modelos alternativos

de governo (reacionário, autoritário e antiliberal), para o qual Moscovo está a tentar ganhar adeptos entre partidos de extrema direita e extrema esquerda na Europa;

Revisionismo e reconstrução da histórica esfera de influência russa, ainda que com objetivos e ferramentas diferentes; muito baseando-se na doutrina Gerasimov e *new type of war* e nas *neo proxy wars*;

Alargamento dos interesses russos a novos rumos, como Sahel e Ásia Central, na medida direta do sucesso no GMOA.

Releva-se que, de um modo geral, a Rússia, até agora só interveio na GMOA em países mais problemáticos que não têm uma experiência completa de estado. A Primavera Árabe e a sua promessa de democracia ao estilo ocidental, ainda que parcialmente falhada, bem como as pressões demográficas e étnicas do Islão, fazem-se ainda sentir e constituem-se como um grande receio para Putin. Para além de que a OTAN e a UE continuam a ser adversários formidáveis, para os quais, provavelmente não possui poder económico e militar para se opôr. Já é questionável por quanto mais tempo a Rússia conseguirá sustentar as suas atuais intervenções, ainda que se tenha contido nos custos e comprometimento.

Contudo, de forma a reforçar a relevância da temática estudada, parafraseando e adaptando uma afirmação premonitória atribuída ao Gen David Petraeus¹⁰² (s.d), o GMOA não faz parte do Mundo que joga com as regras de Las Vegas: o que acontece na GMOA não fica na GMOA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Al Jazeera. (30 de setembro de 2015). *Russia carries out first air strikes in Syria*.

Retirado de <https://www.aljazeera.com/news/2015/09/russian-carries-air-strikes-syria-150930133155190.html>

Al Jazeera. (07 de abril de 2017a). *US launches cruise missiles on Syrian airbase*.

Retirado de <https://www.aljazeera.com/news/2017/04/us-missiles-syria-170407013424492.html>

Al Jazeera. (30 de outubro de 2017b). *Syrian war: All you need to know about the Astana talks*.

Retirado de <https://www.aljazeera.com/news/2017/10/syrian-war-astana-talks-171029160554816.html>

Allen, N. (02 de janeiro de 2019). *Donald Trump says Syria is ‘sand and death’, as he defends US withdrawal from country ‘lost long ago’*. Retirado de <https://www.telegraph.co.uk/news/2019/01/02/donald-trump-says-syria-sand-death-defends-us-troop-withdrawal/>

¹⁰² De entre outras funções, foi diretor da CIA entre 2011/12 e Comandante das *International Assistance Force* da OTAN no Afeganistão entre 2010/11.

- Anadolu Agency. (08 de fevereiro de 2018). *Sudan finalizes joint military program with Russia*. Retirado de <https://www.dailysabah.com/africa/2018/02/08/sudan-finalizes-joint-military-program-with-russia>
- Baev, P. K. (2011 de outubro de 2011). *Libyan Lessons For Putin's Russia*. Retirado de <https://jamestown.org/program/libyan-lessons-for-putins-russia/>
- Ballhaus, R. (20 de abril de 2017). *Trump: No U.S. Role in Libya Beyond Combating Islamic State*. Retirado de https://www.wsj.com/articles/trump-no-u-s-role-in-libya-beyond-combating-islamic-state-1492725749?mod=article_inline
- Baumann, R. F. (2001). *Compound War Case Study: The Soviets in Afghanistan*. Retirado de https://www.globalsecurity.org/military/library/report/2001/soviet-afghan_compound-warfare.htm
- BBC. (26 de fevereiro de 2015). *Cyprus signs deal to allow Russian navy to use ports*. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-europe-31632259>
- Becker, J., & Schmitt, E. (07 de fevereiro de 2018). *As Trump Wavers on Libya, an ISIS Haven, Russia Presses On*. Retirado de <https://www.nytimes.com/2018/02/07/world/africa/trump-libya-policy-russia.html>
- Berman, E., & Shapiro, J. N. (16 de novembro de 2015). *Why ISIL Will Fail on Its Own*. Retirado de <https://www.politico.com/magazine/story/2015/11/why-isil-will-fail-on-its-own-213401>
- Blank, S. (05 de outubro de 2017). *The Foundations of Russian Policy in the Middle East*. Retirado de <https://jamestown.org/program/foundations-russian-policy-middle-east/>
- Blank, S. (17 de abril de 2018a). *Beyond Syria: Moscow's Objectives in the Middle East*. Retirado de <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/beyond-syria-moscow-s-objectives-in-the-middle-east>
- Blank, S. (27 de novembro de 2018b). *Russia's Middle Eastern Position in 2025*. Retirado de https://www.realcleardefense.com/articles/2018/11/27/russias-middle_eastern_position_2025_113981.html
- Borger, J. (23 de dezembro de 2012). *Russian military presence in Syria poses challenge to US-led intervention*. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2012/dec/23/syria-crisis-russian-military-presence>
- Brzezinski, Z. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Nova Iorque: Basic Books.
- Bybezezer, C. (04 de dezembro de 2018). *While confronting Iran in Syria, Israel may have to defy Russia*. Retirado de <https://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict/While-Confronting-Iran-In-Syria-Israel-May-Have-To-Defy-Russia-573453>
- Carothers, T., & Ottaway, M. (18 de março de 2004). *Greater Middle East Initiative: Off to a False Start*. Retirado de <http://carnegieendowment.org/publications/index.cfm?fa=view&id=1480>

- Chuqhtai, A., & Edroos, F. (19 de Setembro de 2018). *Yemen conflict: Who controls what*. Retirado de <https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2016/08/yemen-conflict-controls-160814132104300.html>
- CIA. (26 de dezembro de 2018). *Russia*. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>
- Cook, S. A. (16 de março de 2018). *Russia Is in the Middle East to Stay*. Retirado de <https://foreignpolicy.com/2018/03/16/the-middle-east-needs-a-steady-boyfriend/>
- de Morais, A. C. (13 de setembro de 2017). *Turquia compra mísseis russos e abre crise com NATO e UE*. Retirado de <https://www.dn.pt/mundo/interior/turquia-compra-misseis-russos-e-abre-crise-com-nato-e-ue-8766272.html>
- Dowling, T. C. (2015). *Russia at War: From the Mongol Conquest to Afghanistanm Chechnya, and Beyond*. Santa Barbarara: ABC-CLIO.
- Dubnov, A. (18 de novembro de 2018). *What game is Russia playing in Afghanistan?* Retirado de <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/game-russia-playing-afghanistan-181113160715311.html>
- Encyclopaedia Britannica. (s.d.). *Khorasan*. Retirado de <https://www.britannica.com/place/Khorasan-historical-region-Asia>
- Eremenko, A. (28 de setembro de 2015). *Why Russia Faces Another Islamic Terror Front: Afghanistan*. Retirado de <https://www.nbcnews.com/storyline/isis-terror/why-russia-faces-another-islamic-terror-front-afghanistan-n445136>
- European Council on Foreign Relations. (2016). *European Foreign Policy Scorecard 2016- RUSSIA- Relations with Russia and the greater Middle East*. Retirado de <https://www.ecfr.eu/scorecard/2016/russia/22>
- Fenton-Harvey. (06 de março de 2018). *Russia’s deadly game in Yemen*. Retirado de <https://www.alaraby.co.uk/english/indepth/2018/3/6/Russias-deadly-game-in-Yemen>
- Ferrari, A., Berkofsky, A., Hanson, P., Mead, W. R., Minakov, M., & Zvyagelskaya, I. (2016). *Putin’s Russia: Really Back?* Milão: Instituto per gli Studi di Politica Internazionale.
- Ferris-Rotman, A. (04 de maio de 2017). *Déjà Vu: Why Is Russia Back in Afghanistan?* Retirado de <https://www.haaretz.com/world-news/europe/.premium-explained-what-s-russia-doing-back-in-afghanistan-1.5467373>
- Freedman, R. O. (01 de novembro de 1985). *Patterns of Soviet Policy toward the Middle East*. (U. o. Pennsylvania, Ed.) *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 482(1), 40-64. doi:10.1177/0002716285482001004
- Freedman, R. O. (2002). *Putin and the Middle East*. Retirado de <https://go.galegroup.com/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=googlescholar&v=2.1&it=r&id=GALE%7CA95554536&sid=classroomWidget&asid=0fc7b2eb>

- Freedman, R. O. (junho de 2018). *From Khrushchev and Brezhnev to Putin: Has Moscow's Policy in the Middle East Come Full Circle?* Contemporary Review of the Middle East, 5(2), pp. 102-115.
- Freire, M. R. (2008). *Contenção, Projecção e Envolvimento: a Política Externa Russa para o Grande Médio Oriente*. Nação e Defesa, 135-155.
- Gardner, D. (21 de agosto de 2018). *Russia launches a diplomatic offensive on rebuilding Syria*. Retirado de <https://www.ft.com/content/e89d42f0-a539-11e8-8ecf-a7ae1beff35b>
- Geopolitical Futures. (14 de outubro de 2016). *Yemen's Civil War*. Retirado de <https://geopoliticalfutures.com/yemens-civil-war/>
- Gerasimov, V. (janeiro-fevereiro de 2016). *The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying Out Combat Operations*. Retirado de <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/January-February-2016/>
- Gibbons-Neff, T. (29 de setembro de 2015a). *Top NATO general: Russians starting to build air defense bubble over Syria*. Retirado de <https://www.washingtonpost.com/news/checkpoint/wp/2015/09/29/top-nato-general-russians-starting-to-build-air-defense-bubble-over-syria/>
- Gibbons-Neff, T. (05 de julho de 2015b). *The 'new' type of war that finally has the Pentagon's attention*. Retirado de <https://www.washingtonpost.com/>
- Gibbons-Neff, T. (24 de maio de 2018). *How a 4-Hour Battle Between Russian Mercenaries and U.S. Commandos Unfolded in Syria*. Retirado de <https://www.nytimes.com/2018/05/24/world/middleeast/american-commandos-russian-mercenaries-syria.html>
- Graham, T. E. (maio-junho de 2008). *The Friend of My Enemy*. The National Interest.
- Guedes, A. M. (novembro de 2018). *Grande Médio Oriente Alargado*. Unidade Curricular de Geopolítica.
- Gurganus, J. (02 de janeiro de 2018). *Russia's Afghanistan Strategy*. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/afghanistan/2018-01-02/russias-afghanistan-strategy>
- Hutchison, K. B. (08 de julho de 2018). *Trump 'making an impact' on NATO as allies ramp up defense spending: Ambassador Kay Bailey Hutchison*. Trump 'making an impact' on NATO as allies ramp up defense spending: Ambassador Kay Bailey Hutchison. (D. White, Entrevistador) Fox News. Retirado de <https://www.foxnews.com/politics/trump-making-an-impact-on-nato-as-allies-ramp-up-defense-spending-ambassador-kay-bailey-hutchison>
- Isenberg, D. (20 de junho de 2018). *The UAE In Yemen: With a lot of help from its mercs*. Retirado de <https://www.alaraby.co.uk/english/comment/2018/6/20/the-uae-in-yemen-with-help-from-its-mercs>

- Jawad, R. (27 de fevereiro de 2018). *How realistic are Libya’s election plans?* Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-africa-43198444>
- Karasik, T. (20 de novembro de 2018). *Russia in the Middle East: Implications and Policy Recommendations*. Retirado de https://jamestown.org/program/russia-in-the-middle-east-implications-and-policy-recommendations/#_ednref27
- Kartsev, D. (11 de outubro de 2018). *Russia is suspected of deploying troops to Libya, but what’s Moscow’s play in this muddy conflict?* Retirado de <https://meduza.io/en/feature/2018/10/11/russia-is-suspected-of-deploying-troops-to-libya-but-what-s-moscow-s-play-in-this-muddy-conflict>
- Kortunov, A. (2018). *Russia: The Power Broker in the Middle East?* Milão: Istituto per gli Studi di Politica Internazionale.
- Korzun, P. (20 de maio de 2018). *Russia’s Navy Establishes Permanent Presence in Mediterranean Sea*. Retirado de <https://www.strategic-culture.org/news/2018/05/20/russia-navy-establishes-permanent-presence-in-mediterranean-sea.html>
- Kotze, A. (12 de novembro de 2016). *Yemen War: Humanitarian Crisis*. Retirado de <http://katehon.com/article/yemen-war-humanitarian-crisis>
- Kremlin. (11 de dezembro de 2017). *Meeting with Russian and Syrian service personnel at Khmeimim Airbase*. Retirado de <http://en.kremlin.ru/events/president/news/56357>
- Kremlin. (16 de maio de 2018). *Meeting with Defence Ministry leadership and defence industry heads*. Retirado de <http://en.kremlin.ru/events/president/news/57480>
- Lewis, D. (14 de novembro de 2017). *Why Russia is back in Afghanistan*. Retirado de <http://theconversation.com/why-russia-is-back-in-afghanistan-86663>
- Loshkin, J. (julho de 2016). *Russia’s Anti-Access Area Denial*. Retirado de <http://missiledefenseadvocacy.org/missile-threat-and-proliferation/todays-missile-threat/russia-anti-access-area-denial-coming-soon/>
- Lusa. (22 de junho de 2018). *Itália afirma-se disponível para apoiar Líbia a travar fluxos migratórios*. Retirado de <https://observador.pt/2018/06/23/italia-afirma-se-disponivel-para-apoiar-libia-a-travar-fluxos-migratorios/>
- Mackinder, H. J. (abril de 1904). *The Geographical Pivot of History*. (T. G. Journal, Ed.) *The Geographical Journal*, 23(4), pp. 421-437.
- Majidyar, A. (24 de março de 2017). *Iran and Russia Team up with Taliban to Undermine U.S.-led Mission in Afghanistan*. Retirado de <https://www.mei.edu/publications/iran-and-russia-team-taliban-undermine-us-led-mission-afghanistan>

- Malashenko, A. (2013). *Russia and the Arab Spring*. Moscovo: Carnegie Moscow Center.
- Malashenko, A. (13 de maio de 2015). *Islamic Challenges to Russia, From the Caucasus to the Volga and the Urals*. Retirado de <https://carnegie.ru/2015/05/13/islamic-challenges-to-russia-from-caucasus-to-volga-and-urals-pub-60334>
- Marson, J. (07 de junho de 2018). *After Military Push in Syria, Russia Plays Both Sides in Libya*. Retirado de <https://www.wsj.com/articles/after-military-push-in-syria-russia-plays-both-sides-in-libya-1528372802>
- Matthews, O. (28 de julho de 2016). *Erdogan and Putin: Strongmen in Love*. Retirado de <https://web.archive.org/web/20161230034115/http://www.newsweek.com/erdogan-putin-love-485039>
- Matthews, O., Moore, J., & Sharkov, D. (02 de setembro de 2017). *How Russia Became the Middle East's New Power Broker*. Retirado de <https://www.newsweek.com/how-russia-became-middle-east-new-power-broker-554227>
- Memo. (23 de novembro de 2018). *Lavrov: Russia has no plans to establish a base in Libya*. Retirado de <https://www.middleeastmonitor.com/20181123-lavrov-russia-has-no-plans-to-establish-a-base-in-libya/>
- Meyer, H., Al-Atrush, S., & Kravchenko, S. (20 de dezembro de 2018). *Russia Has a Plan for Libya—Another Qaddafi*. Retirado de <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-12-20/russia-has-a-plan-for-libya-another-qaddafi>
- Milhazes, J. (24 de novembro de 2017). *Será que a Síria terá futuro?* Retirado de <https://observador.pt/opiniao/sera-que-a-siria-tera-futuro/>
- Ministry of Defence of the Russian Federation. (22 de setembro de 2016). *Three years ago, the operational command of the permanent operational connection of the Russian Navy in the Mediterranean Sea was formed*. Retirado de https://function.mil.ru/news_page/country/more.htm?id=12096837@egNews#txt
- Mishra, M. K. (24 de outubro de 2018). *Geopolitical factors contributing to Afghan quagmire*. Retirado de <http://www.atimes.com/geopolitical-factors-contributing-to-the-afghan-quagmire/>
- Nasib, A. (24 de dezembro de 2016). *Iran, Russia See Opportunity to Encircle the US in Afghanistan*. Retirado de <https://thediplomat.com/2016/12/iran-russia-see-opportunity-to-encircle-the-us-in-afghanistan/>
- Natsios, A. (5 de Maio de 2018). *Putin's New Russia: Fragile State or Revisionist Power?* press.jhu.edu. Retirado de <https://www.press.jhu.edu/news/blog/putin-s-new-russia-fragile-state-or-revisionist-power>
- Naumkin, V. V., Aksenenok, A., Zvyagelskaya, I., Karasova, T., Kuznetsov, V., Popov, V., . . . Shlykov, P. (2013). *Russia and the Greater Middle East*. Moscovo: Russian International Affairs Council.

- Observador. (11 de dezembro de 2018). *Dados da ONU dizem que cerca de 20 milhões de pessoas no Iémen estão famintas*. Retirado de <https://observador.pt/2018/12/11/dados-da-onu-dizem-que-cerca-de-20-milhoes-de-pessoas-no-iemen-estao-famintas/>
- Observador. (29 de dezembro de 2018). *Turquia e Rússia chegam a entendimento sobre operações militares na Síria*. Retirado de <https://observador.pt/2018/12/29/turquia-e-russia-chegam-a-entendimento-sobre-operacoes-militares-na-siria/>
- Ostovar, A. (07 de maio de 2018). *The First Saudi-Iranian War Will Be an Even Fight*. Retirado de <https://foreignpolicy.com/2018/05/07/the-first-saudi-iranian-war-will-be-an-even-fight/>
- Petraeus, D. *On Afghanistan*. (s.d).
- Press TV. (22 de agosto de 2016). *Yemen ready to open bases to Russia to fight terrorism: Ex-President Saleh*. Retirado de <https://www.presstv.com/Detail/2016/08/22/481168/Yemen-Russia-Saleh->
- Ramani, S. (25 de outubro de 2017). *The Myth of an Iran-Russia Alliance in Afghanistan*. Retirado de <https://thediplomat.com/2017/10/the-myth-of-an-iran-russia-alliance-in-afghanistan/>
- Ramani, S. (10 de abril de 2018a). *Why Russia Exaggerates Islamic State’s Presence in Afghanistan*. Retirado de <https://thediplomat.com/2018/04/why-russia-exaggerates-islamic-states-presence-in-afghanistan/>
- Ramani, S. (12 de outubro de 2018b). *Russia’s Mediating Role in Southern Yemen*. Retirado de <https://carnegieendowment.org/sada/77482>
- Reuters. (02 de outubro de 2018). *Italy to host Libya conference in Sicily, seeks stabilization*. Retirado de <https://www.reuters.com/article/us-italy-libya/italy-to-host-libya-conference-in-sicily-seeks-stabilization-idUSKCN1MC2SU>
- Roth, A. (09 de novembro de 2018). *Russia hosts talks between Taliban and Afghan peace council*. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/09/russia-hosts-talks-between-taliban-and-afghan-peace-council>
- RS. (05 de janeiro de 2019). *Resolute Support Mission Commander*. Retirado de <https://rs.nato.int/news-center/press-releases/2018-press-releases/us-service-member-dies-in-noncombat-related-incident-2.aspx>
- Ryan, M., & Ferris-Rotman, A. (12 de outubro de 2018). *The Kremlin’s comeback*. Retirado de <https://www.washingtonpost.com/news/world/wp/2018/10/12/feature/behind-the-scenes-russia-regains-a-complicated-status-afghanistan-power-broker/>
- Schmitt, E. (21 de março de 2017). *Warnings of a ‘Powder Keg’ in Libya as ISIS Regroups*. Retirado de <https://www.nytimes.com/2017/03/21/world/africa/libya-isis.html?module=inline>

- Scimia, E. (01 de fevereiro de 2017). *Italy in Wait-and-See Mode Over Russia's Maneuvering in Libya*. Retirado de <https://jamestown.org/program/italy-wait-see-mode-russias-maneuvering-libya/>
- Semyorka, R. (12 de janeiro de 2017). *7 things you probably didn't know about the Soviet war in Afghanistan*. Retirado de https://www.rbth.com/international/2017/01/12/7-things-you-probably-didnt-know-about-the-soviet-war-in-afghanistan_678758
- Sinjab, L. (fevereiro de 2018). *Russia and Iran Are Increasingly Competitive in Syria*. Retirado de <https://syria.chathamhouse.org/research/russia-and-iran-are-increasingly-competitive-in-syria>
- Sladden, J., Wasser, B., Connable, B., & Grand-Clement, S. (2017). *Russian Strategy in the Middle East*. Retirado de www.rand.org/t/PE236
- Sly, L. (05 de dezembro de 2018). *In the Middle East, Russia is back*. Retirado de https://www.washingtonpost.com/world/in-the-middle-east-russia-is-back/2018/12/04/e899df30-aaf1-11e8-9a7d-cd30504ff902_story.html?noredirect=on
- Socor, V. (06 de maio de 2011). *Russia Seeks China's Support on Libya Crisis*. Retirado de The Jamestown Foundation.
- Sputnik News. (15 de fevereiro de 2018). *We Are Surrounded': 21 Terrorist Organizations Active in Afghanistan*. Retirado de <https://sputniknews.com/asia/201802151061674094-afghanistan-terror-groups-pakistan/>
- Spykman, N. (1944). *The Geography of the Peace*. Harcourt, Brace and Company.
- Stepanova, E. (2018). *Russia's Afghan Policy in the Regional and Russia-West*. Paris: IFRI.
- Stratfor. (05 de setembro de 2018). *Why Russia and China Are Expanding Their Roles in Afghanistan*. Retirado de <https://worldview.stratfor.com/article/why-russia-and-china-are-expanding-their-roles-afghanistan>
- Stratfor Worldview. (4 de janeiro de 2019). *Russia*. Retirado de <https://worldview.stratfor.com/region/eurasia/russia>
- Sukhankin, S. (12 de outubro de 2018). *Russian PMCs in Yemen: Kremlin-Style 'Security Export' in Action?* Retirado de <https://jamestown.org/program/russian-pmcs-in-yemen-kremlin-style-security-export-in-action/>
- TASS. (20 de janeiro de 2017). *Moscow cements deal with Damascus to keep 49-year presence at Syrian naval and air bases*. Retirado de <http://tass.com/defense/926348>
- TASS. (19 de janeiro de 2018a). *Northern Afghanistan turning into springboard for international terrorism — Lavrov*. Retirado de <http://tass.com/politics/985937>
- TASS. (24 de setembro de 2018b). *Syria to get Russia's S-300 air-defense missile system within two weeks*. Retirado de <http://tass.com/defense/1022844>

- The National. (29 de julho de 2018). *Syrian refugees in Lebanon alarmed by Russian involvement in planned repatriation*. Retirado de <https://www.thenational.ae/world/mena/syrian-refugees-in-lebanon-alarmed-by-russian-involvement-in-planned-repatriation-1.754851>
- Tibon, A. (03 de janeiro de 2019). *Iran ‘Can Do What They Want’ in Syria, Trump Says*. Retirado de <https://www.haaretz.com/us-news/iran-can-do-what-they-want-in-syria-trump-says-1.6805949>
- Tisdall, S. (16 de fevereiro de 2016). *Refugees are becoming Russia’s weapon of choice in Syria*. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2016/feb/16/refugees-are-becoming-russias-weapon-of-choice-in-syria>
- Trenin, D. (05 de fevereiro de 2012). *Russia’s Line in the Sand on Syria: Why Moscow Wants To Halt the Arab Spring*. Retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/syria/2012-02-05/russias-line-sand-syria>
- Tsvetkova, M. (21 de dezembro de 2017). *Dying for a paycheck: the Russian civilians fighting in Syria*. Retirado de <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-russia-fighters/dying-for-a-paycheck-the-russian-civilians-fighting-in-syria-idUSKBN1EF0RI>
- UNODC. (21 de maio de 2018). *Last year’s record opium production in Afghanistan threatens sustainable development, latest survey reveal*. Retirado de <https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2018/May/last-years-record-opium-production-in-afghanistan-threatens-sustainable-development--latest-survey-reveals.html>
- UNODC. (s.d.). *Afghan Opiate Trade Project*. Retirado de <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/aotp.html>
- US Department of State. (14 de janeiro de 2016). *Foreign Terrorist Organization Designation of ISIL - Khorasan (ISIL-K)*. Retirado de <https://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/266511.htm>
- Walberg, E. (2011). *Post Modern Imperialism: Geopolitics and the Great Games*. Atlanta: Clarity Press.
- Wintour, P. (03 de janeiro de 2019). *Assad will remain in power ‘for a while’, says Jeremy Hunt*. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2019/jan/03/syria-president-assad-will-remain-in-power-for-a-while-says-jeremy-hunt>

11. CRISES HUMANITÁRIAS, GRUPOS VULNERÁVEIS, MIGRAÇÕES NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO

José Arlindo Varela Pereira
Major de Infantaria da GNR

Luís Miguel Rebola Mataloto
Major de Artilharia do Exército

11.1. INTRODUÇÃO

O ambiente complexo em que vivem determinadas comunidades, nomeadamente, no que respeita à sua segurança, pobreza e alterações climáticas, tem forçado as pessoas a procurarem proteção e melhores condições de vida. As migrações são um fenómeno humano, não são um problema ou uma atividade criminal, podendo ser vistas como um dos mais relevantes desafios para este século.

Como referiu o Secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, a gestão das migrações é um dos desafios mais profundos para a cooperação do nosso tempo, constituindo uma fonte de tensões políticas e tragédias humanas, uma minoria desesperada está colocando suas vidas em risco, deslocando-se por pressões demográficas e pelo impacto das mudanças climáticas, a que acresce quase seis milhões de migrantes em trabalhos forçados no presente, muitas vezes em economias desenvolvidas, devendo, assim, serem desencadeadas medidas urgentes para ajudar aqueles que estão presos em centros de receção, em risco de escravidão, ou enfrentando situações de violência extrema, seja no Norte da África ou na América Central (Guterres, 2018).

A crise humanitária decorrente das recentes migrações colocou em causa os valores humanitários que enformavam a União Europeia (UE) e a sua construção, criando ou incrementando movimentos políticos populistas que estão em ascensão em diversos Estados-Membros. Tendo em conta a sua realidade concreta, os Estados acabaram por “securitizar” as questões migratórias diferentemente. Os Estados apresentam, para o mesmo problema, posições distintas, estando longe de ser alcançada uma resposta uniforme no espaço europeu.

Pretende-se, no presente trabalho, apresentar uma reflexão sobre as crises humanitárias, grupos vulneráveis, migrações, nos conflitos no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado. Como objetivo central serão analisadas as crises humanitárias, os grupos vulneráveis, e as migrações, bem como as suas implicações para a segurança internacional.

Face ao objetivo central definido, e desenvolvidos em cada capítulo do trabalho, procurar-se-á abordar os seguintes objetivos específicos: determinar os

conceitos e a contextualização das migrações na atualidade; apresentar as causas das alterações dos fluxos migratórios; enunciar a resposta da UE à crise dos migrantes; e, por último, descrever as migrações como um problema de segurança.

11.2. CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste primeiro capítulo, e considerando a natureza e os objetivos do presente trabalho, procura-se efetuar uma abordagem aos conceitos considerados mais relevantes, realçando-se a sua evolução presente e respetivas dinâmicas. Nestes termos, serão abordados os conceitos de migrante, grupo vulnerável, refugiado e enunciadas algumas garantias jurídicas consagradas para a sua proteção.

11.2.1. Migrantes

A Agência Internacional para as Migrações (OIM) define migrante como sendo qualquer pessoa que se está deslocando entre fronteiras de diferentes Estados ou dentro de um Estado para fora do seu local de residência, independentemente do seu estatuto, se a deslocação é voluntária ou não, das suas causas e da duração da estadia (OIM, s.d.). Por outro lado, deve ser salientando que não existe uma definição universal ou legal de migrante (United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 2017, p. 14).

Em termos quantitativos, e de acordo com os dados constantes do Relatório Mundial da Imigração 2018, o número de migrantes internacionais, no período de 1970 a 2015 cresceu de 84.460.125 para 243.700.236, ou seja, em percentagem da população mundial passou de 2,3% para 3,3%, salientando os especialistas em demografia que a migração internacional é a variável que apresenta maior volatilidade, portanto, mais difícil de efetuar projeções, nomeadamente, por razões relacionadas com fatores económicos, geopolíticos e conflitos, no entanto, é de esperar um aumento em percentagem da população mundial (OIM, 2018).

11.2.2. Grupos Vulneráveis

Quanto à sua definição, grupos vulneráveis são pessoas que não são capazes de usufruir efetivamente dos seus direitos humanos, correndo um maior risco de violações e abusos, possuindo o direito à sua proteção, o que pode estar associado às razões de saída do país de origem, às situações que vão encontrar durante a migração e no destino ou características pessoais, condições e circunstâncias (United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 2017, p. 5). A título meramente exemplificativo, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE estabelece

três categorias de grupos vulneráveis: crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência¹⁰³ (Parlamento Europeu, 2000).

Nesta temática dos grupos vulneráveis, merece especial atenção a situação que decorre na Líbia, que tem vindo a ser noticiada como catastrófica e, como será exposto, merece uma profunda reflexão, nomeadamente do papel exercido pela UE e alguns Estados europeus.

De acordo com o relatório da Missão de Apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) na Líbia, apresentado em 18 de dezembro de 2018, os migrantes e refugiados sofrem horrores inimagináveis durante o seu trânsito e estadia na Líbia, sofrendo condições desumanas, mesmo nos locais de detenção, fome, abuso, exploração, homicídios praticados pelos traficantes, violações, incluindo no centros de imigração estatais, prostituição forçada, detenções arbitrárias e indefinidas, tortura, tratamento degradante, trabalho forçado (UN Support Mission in Libya, 2018). Neste país, cerca de 6.000 pessoas estão alojadas em centros de detenção para impedir que cruzem o mar para a Europa. Quando os confrontos eclodiram na Líbia em agosto, muitos ficaram trancados nesses centros sem comida ou água (Perrigo, 2018). Propõe-se, neste relatório, para além, da implementação de medidas de apoio, nomeadamente, treino, cedência de material e monitorização dos direitos humanos, pela UE e os Estados-Membros, que sejam aumentados os canais de entrada seguros e regulares de migrantes e refugiados no espaço Europeu, a fim de ser assegurado, entre outros direitos, o direito de asilo, de assistência humanitária e o reagrupamento familiar.

Numa investigação de Heller et al. (2017), publicada pelo *New York Times*, é referido que os governos europeus estão evitando as suas responsabilidades legais e morais para proteger os direitos humanos das pessoas que fogem da violência e do desespero económico, mais preocupante, os parceiros da Guarda Costeira da Líbia, com os quais a Europa colabora, estão prontos para violar flagrantemente esses direitos para impedir que os migrantes cruzem o mar. É disso exemplo, a assinatura, em 2017, de um memorando de entendimento entre a Itália e a Líbia, onde se prevê o financiamento, com recurso a verbas italianas e da UE, do sistema de controlo da fronteira terrestre sul da Líbia, dos centros de receção e da formação dos seus funcionários, na cedência de equipamentos médicos e medicação e no regresso aos países de origem dos migrantes encontrados em território Líbio (La Repubblica, 2017).

Para responder adequadamente às necessidades de proteção dos refugiados e migrantes que chegam à Europa, a Agência de Refugiados das Nações Unidas

¹⁰³ Respetivamente, artigos 24.º a 26.º.

(ACNUR) lançou, em dezembro de 2016, o Plano Regional de Resposta a Refugiados e Migrantes, para o Mediterrâneo Oriental e rota ocidental dos Balcãs, envolvendo 60 parceiros (ACNUR, 2016). Na sua estratégia de proteção estabelece os seguintes elementos principais: apoio à proteção internacional; reforço dos sistemas de asilo nacionais; proteção de pessoas com necessidades especiais; proteção e assistência às crianças; reunificação familiar e prevenção familiar; prevenção da violência sexual e de género; registo de migrantes; responsabilização e participação, entre outros.

No Relatório Mundial da Imigração 2018, é referido que a migração dos norte-africanos para a Europa e os Estados do Golfo continua a ser uma característica definidora da dinâmica migratória da região, e que se desenvolveu ao longo de várias décadas e, apesar do norte de África ser principalmente uma área de trânsito, também comporta grandes populações de migrantes, incluindo refugiados, sendo a Líbia o país que mais migrantes possui, cerca de 770.000 em 2015, no Egito o número cresceu de 295.000 para 491.000, entre 2010 e 2015, e Marrocos que se está a transformar num país de destino (OIM, 2018). Como têm notado algumas agências internacionais, a intervenção das autoridades marroquinas tem sido incrementada sobre os migrantes, sendo acusadas de estarem a forçar o seu transporte, de forma ilícita, para as suas fronteiras do Sul ou com a Argélia (Amnesty International, 2018).

Consequentemente, a problemática relacionada com os migrantes não é apenas um assunto europeu, tem uma escala global, afetando diversas regiões do globo, apresentado desafios complexos nos países de trânsito e de destino.

11.2.3. Refugiados

No que respeita à definição de refugiado, a mesma encontra-se prevista no artigo 1.º da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados¹⁰⁴ (Nações Unidas, 1951). Destaca-se, desta Convenção, o artigo 33.º que proíbe qualquer expulsão de um refugiado, quando a sua vida ou liberdade sejam ameaçados em virtude da raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões públicas. No entanto, o Estado pode expulsar quando exista perigo para o país onde se encontra, ou que, tendo sido objeto de uma condenação definitiva por um crime ou delito particularmente grave, constitua ameaça para a comunidade. Este princípio também se encontra previsto no artigo 3.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (Tribunal Europeu dos Direitos Humanos) e no n.º 2 artigo

¹⁰⁴ É definido refugiado como sendo qualquer pessoa “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”.

19.¹⁰⁵ da Carta dos Direitos Fundamentais da UE que, contrariamente à Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, não admite qualquer exceção para a expulsão. Portanto, nos Estados que ratificaram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos não é possível expulsar qualquer refugiado.

Associado a esta temática, encontra-se o conceito de refugiado por motivos climáticos, que tem vindo a ganhar crescente importância, incluído no discurso público desde 1985, quando o especialista do Programa da ONU para o Ambiente Essam El-Hinnawi o definiu como sendo aquelas pessoas que foram forçadas a deixar a sua residência habitual, temporariamente ou permanentemente, por razões ambientais, de origem natural ou humana, que ameaçam a sua existência ou afetam seriamente a qualidade de vida (Parlamento Europeu, p. 4). Porém, este conceito está em contradição com o constante da Convenção de 1951, sendo mais correto falar-se em migrante ou deslocado por razões ambientais. Neste ponto, importa ter em consideração o estudo efetuado Kalin e Schrepfer (2012, p. 77), que concluem ser muito provável que o número de pessoas deslocadas por motivos ambientais aumente, contudo, a maior parte das deslocações vai ocorrer no interior dos Estados. No entanto, por existir um potencial aumento de migrações, propõem, em consequência, entre outras medidas, as seguintes: implementação de medidas de prevenção; gestão das migrações; atribuição de estatuto de proteção; garantir a realocação de populações, nomeadamente, aquelas de pequenas ilhas e de Estados que venham a perder partes substanciais do seu território.

Tal como se pode confirmar na Figura 48 o número de deslocados por razões ambientais ultrapassa significativamente as deslocações motivadas por conflitos.

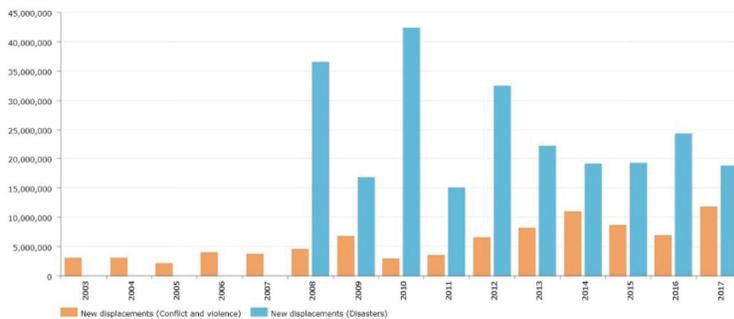


Figura 48 – Número total mundial de deslocamentos desde 2003 (conflito e violência) e 2008 (desastres).

Fonte: Internal Displacement Monitoring Centre.

¹⁰⁵ “Ninguém pode ser afastado, expulso ou extraditado para um Estado onde corra sério risco de ser sujeito a pena de morte, a tortura ou a outros tratos ou penas desumanos ou degradantes.”

Segundo dados referentes ao ano de 2017 e constantes do *Internal Displacement Monitoring Group*, no que se refere às migrações por Estados, motivadas por conflitos, violência e desastres, é de realçar os números elevados apresentados pela Somália, Etiópia, Níger, Sudão do Sul e Sudão, tal com se pode confirmar na Figura 49.

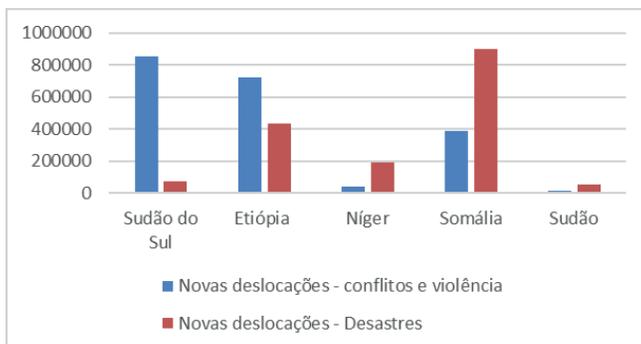


Figura 49 – Novos deslocados em 2017 por conflitos, violência e desastres.

Fonte: Internal Displacement Monitoring Centre.

Importa salientar que a África subsaariana é particularmente suscetível à seca e as mudanças climáticas estão afetando muito esta zona do globo, pense-se, por exemplo, que as temperaturas sazonais no Sahel já subiram 1,5–2°C, enquanto a incidência de secas e chuvas irregulares aumentou nos últimos 40 anos (OXFAM, 2017, p. 21). Esta situação, que vai impelir a deslocação de comunidades, é ilustrada no índice de vulnerabilidade às alterações climáticas 2017, constante da Figura 50.

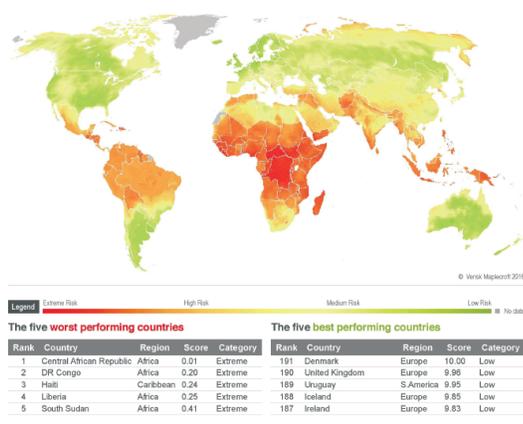


Figura 50 – Índice de Vulnerabilidade às Alterações Climáticas 2017.

Fonte: Maplecroft (2016).

11.2.4. Garantias jurídicas

Os migrantes gozam de um conjunto de garantias jurídicas aplicáveis a qualquer ser humano, protegendo-os de ações dos Estados que interfiram com as suas liberdades fundamentais e dignidade humana. É elementar, neste tema, o princípio da universalidade dos direitos humanos, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e reiterado em inúmeros tratados internacionais. No plano europeu, salienta-se a Carta dos Direitos Fundamentais da UE¹⁰⁶, que consagra um conjunto de direitos, liberdades e princípios, aplicáveis, na sua maioria, a qualquer pessoa que se encontre no espaço comunitário, independentemente da sua proveniência¹⁰⁷, e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Por seu turno, Portugal está vinculado ao cumprimento das disposições constantes destes instrumentos internacionais. Do conjunto de direitos consagrados merecem ser realçados o direito à vida e o direito de asilo.

No que se refere ao direito à vida¹⁰⁸, sem a sua consagração não é possível garantir qualquer outro direito, os Estados devem proteger este direito. Tratando-se de migrantes, devem os Estados assegurar que o direito não é colocado em causa. Merece especial reflexão até que ponto este direito está a ser protegido face ao elevado número de mortos e desaparecidos no mar, durante na sua deslocação para a Europa, nos últimos anos, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Chegadas por mar à Europa, mortos e desaparecidos

	Chegadas por mar	Mortos e desaparecidos
2014	216.054	3.538
2015	1.015.078	3.771
2016	362.753	5.096
2017	172.301	3.139
2018	114.941	2.262

Fonte: Adaptado a partir de UN Refugee Agency (2018)

No plano europeu, existe um conjunto de mecanismos destinados a assegurar as garantias anteriormente referidas. Destes, destaca-se o Tribunal de Justiça da UE e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

¹⁰⁶ Proclamada em dezembro de 2000 em Nice, pelo Parlamento Europeu, o Conselho e Comissão Europeia. Em dezembro de 2009, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, passou a deter força jurídica igual aos tratados, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Tratado da União Europeia.

¹⁰⁷ A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, define o âmbito de aplicação subjetivo em cada artigo, existindo um conjunto de normas aplicáveis apenas aos cidadãos da União.

¹⁰⁸ Previsto no artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, n.º 1 do artigo 2.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e n.º 1 do artigo 2.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

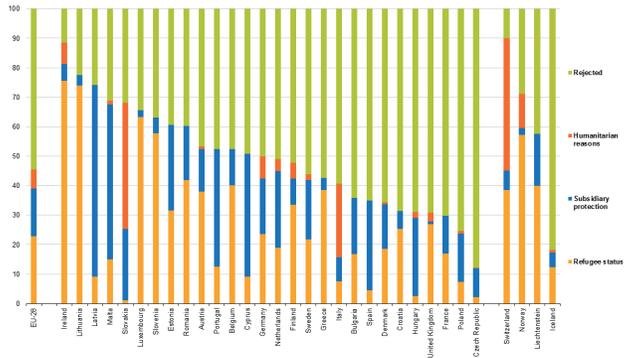
Em matéria de asilo, vigora na UE a Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional. Nesta diretiva, importa considerar a definição de pedido de proteção internacional, constante da alínea b) do artigo 2.º, destacando-se que não carece de ser expresso, sendo suficiente que o migrante dê a entender pretender beneficiar do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária. A regra vigente, no que se refere ao Estado responsável apreciação do pedido, é aquele onde é efetuado, ficando autorizado o migrante a permanecer nesse Estado até à pronúncia de uma decisão. Esta situação tem originado problemas internos na UE, pois, os países de receção do pedido não são os de destino, fazendo com que a pressão migratória se faça sentir com especial acutilância nestes últimos. Esta situação tem impelindo os países de destino a apelarem, insistentemente, ao cumprimento da regra comunitária, nomeadamente, aos países de entrada do sul da Europa.

A diretiva 2013/32/UE consagra ainda um prazo máximo para o registo dos pedidos, variável em função da competência da entidade que o recebe¹⁰⁹, em caso algum, pode ultrapassar os 10 dias úteis. A atitude das entidades competentes deve ser proativa¹¹⁰, identificando a situações em que existem indicações de que os migrantes podem querer apresentar um pedido de proteção internacional, prestando-lhes as informações necessárias. Merece, neste aspeto, alguma consideração a atividade desenvolvida pelas autoridades espanholas nas fronteiras terrestres de Ceuta e Melilla, contrária, em muitos aspetos, às regras comunitárias.

No que se refere aos Estados-Membros da UE, em 2017, 650 mil requerentes de asilo pela primeira vez apresentaram pedidos de proteção internacional, 538 000 requerentes de asilo receberam o estatuto de proteção e quase metade (46 %) das decisões de primeira instância em matéria de asilo tiveram resultados positivos (Eurostat, 2018). Mas, considerando os dados da Figura 51, as decisões de 2017, em primeira instância dos pedidos de asilo, analisadas em proporção por Estados-Membros, está longe de ser uniforme, existindo uma grande diversidade de interpretação dos pedidos apresentados.

¹⁰⁹ Três dias úteis quando uma pessoa apresenta um pedido de proteção internacional a uma autoridade competente segundo a lei nacional para o registo de tais pedidos,

¹¹⁰ Artigo 8.º



Note: based on original (not rounded) figures.
Source: Eurostat (online data code: mig_asystata)

Figura 51 – Decisões de 2017 em primeiro instância dos pedidos de asilo.

Fonte: Eurostat (2018).

Por sua vez, e considerando a Figura 52, a Síria foi o principal país de nacionalidade dos requerentes de asilo nos Estados-Membros da UE em 2017, uma posição que detém desde 2013. Em 2017, o número de requerentes de asilo pela primeira vez na UE-28 provenientes da Síria diminuiu de 335 mil em 2016 para 102 mil. Os cidadãos iraquianos representaram 7 % do número total de requerentes de asilo pela primeira vez e os afegãos 7 %, enquanto os nigerianos e os paquistaneses representaram 6 % e 5 %, respetivamente. Entre os grupos de nacionalidade mais numerosos nos requerentes de asilo pela primeira vez na UE-28 em 2017, os maiores aumentos relativos em comparação com 2016 foram registados para os nigerianos (2,2 pontos percentuais), os bangladechianos e os guineenses (1,6 pontos percentuais cada). Registou-se também um crescimento considerável, em termos relativos, do número de requerentes provenientes da Turquia, da Venezuela, da Costa do Marfim, bem como da Eritreia e da Albânia. A maior diminuição relativa do número de requerentes, entre os países de nacionalidade mais comuns dos requerentes de asilo em 2017 (exceto a Síria), registou-se entre os afegãos, os iraquianos e os iranianos (Eurostat, 2018).

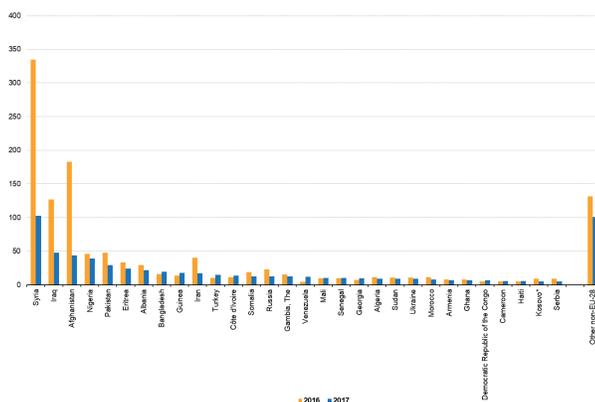


Figura 52 – País de origem dos requerentes de asilo em 2016 e 2017 (em milhares).
 Fonte: Eurostat (2018).

Com 198 mil requerentes registados em 2017, a Alemanha representou 31% de todos os candidatos pela primeira vez na UE. Foi seguida da Itália (127 mil, ou 20%), França (91 mil, ou 14%), Grécia (57 mil, ou 9%), Reino Unido (33 mil, ou 5%) e Espanha (30 mil, ou 5%) (Eurostat, 2018).

11.3. CAUSAS DAS ALTERAÇÕES AOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Para uma compreensão holística das migrações e dos seus fluxos é preciso abordar as causas e os fatores que levam milhares de pessoas a deslocarem-se todos os dias para destinos desconhecidos.

De acordo com Arbor et al. (2017) os fatores que originam as migrações podem ser entendidos e classificados quanto à localização - origem e destino, e que assume características quanto ao apoio à migração, rejeição à migração ou neutrais.

Esta interpretação assenta no modelo de *push* e *pull*, desenvolvido a partir de uma lógica interpretativa das leis das migrações de Ernest Ravenstein, em que os atributos da localização podem assumir as duas dimensões. Na dimensão *push* os fatores forçam ou obrigam as pessoas a afastarem-se e os fatores da dimensão *pull* atraem as pessoas. Estas dimensões podem ser observadas tanto na origem como no destino da migração e fundamentadas em fatores económicos, sociopolíticos ou ecológicos que podem justificar a sua causa.

Tabela 2 – fatores observados no modelo *push* e *pull*

Fatores/dimensão	Push	Pull
Económico (relacionam-se com o mercado de trabalho, o emprego e o estado geral da economia)	<ul style="list-style-type: none"> Desemprego ou falta de oportunidades de emprego Pobreza rural Insustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de emprego Melhores salários e perspectivas de geração de riqueza Procura de educação especializada
Sociopolítico (relacionam-se com conflitos familiares e reunificação, busca pela independência; parâmetros religiosos, étnicos, raciais e culturais; guerra ou ameaça de conflito)	<ul style="list-style-type: none"> Intabilidade política Aspetos de segurança e proteção (étnicos, religiosos, raciais ou perseguição cultural) Conflitos ou ameaça de conflito Escravidão ou trabalho forçado Serviços urbanos ou infraestruturadas inadequadas (saúde, educação, transportes e água) 	<ul style="list-style-type: none"> Reunificação de famílias Independência e liberdade Integração e coesão social Segurança alimentar Acessibilidade a serviços urbanos
Ecológicos (relacionam-se com o clima e a disponibilidade de recursos naturais)	<ul style="list-style-type: none"> Alterações climáticas Escassez de alimentos e falhas na agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> Abundância de recursos naturais e minerais (água, petróleo, urânio, etc.)

Fonte: Adaptado a partir de Arbor et al. (2017)

Atendendo a estes fatores, pretende-se, no essencial, explicar as alterações aos fluxos migratórios com origem no Médio Oriente e Norte de África e com destino à Europa, desde 2009 a 2018, procurando classificar as origens dos mesmos quanto aos fatores na dimensão *push* procurando, assim, justificar a causa dos mesmos.

Para procurarmos evidências nas alterações rápidas aos fluxos migratórios apresenta-se na Figura 53 a evolução anual das deteções efetuadas pela Frontex, entre 2009 e 2018.

Em primeira análise podemos verificar que o ponto focal das alterações reside no ano de 2015, passando de 271.198 deteções para 1.250.396 deteções.

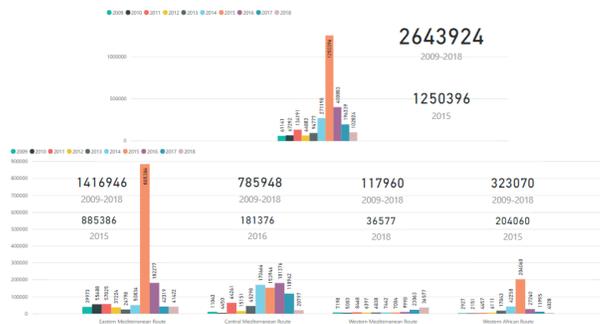


Figura 53 – Deteções de migrantes por ano pela Frontex entre 2009 e 2018. Fonte: Eurostat (2018).

Do fluxo do Mediterrâneo Central, entre 2009 e 2018, podem ser observados dois períodos – 2011 e 2014 a 2016. A alteração do fluxo em 2011 deve-se, em larga medida, à Primavera Árabe, em especial à Guerra da Líbia, que permitiu, fruto da ausência de controlo de fronteiras, constituir-se como uma opção para muitos migrantes (Frontex, 2018).

O período de 2014 a 2016, mantém níveis de deteção acima dos 150.000 migrantes por ano, sobretudo de migrantes vindos do Sahel, tendo como maior expressão em 2016 os nigerianos com 20% das deteções. Considerando estas afirmações, e olhando para as evidências, podemos concluir que a maioria dos migrantes são migrantes económicos.

11.3.3. Fluxo do Mediterrâneo Oeste

O fluxo do Mediterrâneo Oeste (Figura 56) é um fluxo por mar com origem em Marrocos e ponto de entrada Espanha.

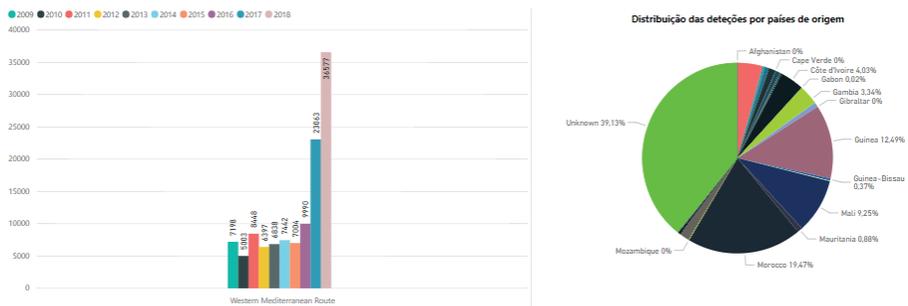


Figura 56 – Deteções de migrantes por ano pela Frontex no fluxo do Mediterrâneo Oeste de 2009 a 2018.

Neste caso, tal como no Mediterrâneo Central, podemos observar um aumento em 2011, devido à Primavera Árabe, e posteriormente começa a haver um aumento significativo que começa em 2017 e se traduz em 2018 com o triplo de deteções efetuadas em 2016, 36,577.

Em termos de nacionalidades pode ser observado que 19% são marroquinos, 12% da Guiné e 9% do Mali. De acordo com a Frontex, a utilização de embarcações rápidas e a situação de instabilidade no Rife pode estar na causa deste aumento, levando a que os marroquinos se possam tornar migrantes sociopolíticos (Frontex, 2018). Quanto aos migrantes da Guiné e Mali a instabilidade política e de segurança leva a que se tornem migrantes sociopolíticos e económicos.

11.4. RESPOSTA DA EUROPA À CRISE DOS MIGRANTES

A resposta da UE à crise migratória tem levado a uma rápida evolução nas políticas migratórias e que se traduz numa agenda dinâmica de revisão de diretivas, tratados e acordos, que visam alcançar um equilíbrio entre a segurança e a solidariedade para com aqueles que, por motivos sociopolíticos, económicos ou ecológicos, são forçados a deslocarem-se na procura de melhores condições de vida.

A política de imigração da UE e a sua extensão na dimensão da gestão das fronteiras externas constituem-se como pedras angulares para o estabelecimento do equilíbrio, sendo fundamental olhar para a sua evolução para compreendermos como a Europa se está a preparar para lidar com novas crises.

11.4.1. Política de imigração da UE

A migração constitui para a UE uma preocupação constante, requerendo uma abordagem equilibrada entre a gestão da imigração legal e o combate à imigração ilegal (Parlamento Europeu, 2014).

Como foi referido anteriormente, os valores e os direitos humanos constituem uma base fundamental para as democracias e, por conseguinte, uma preocupação constante na manutenção dos mesmos por parte da UE.

Neste sentido, a gestão dos fluxos migratórios assegura um tratamento justo dos nacionais de países terceiros que residem legalmente nos Estados-Membros, aperfeiçoa as medidas de combate à imigração ilegal e promove a cooperação com países estrangeiros, que possibilite nivelar os direitos e obrigações entre os cidadãos da UE e os imigrantes legais (Parlamento Europeu, 2014).

Assim, a UE através do Tratado de Lisboa¹¹¹ veio normalizar as decisões sobre a imigração legal e clarificar que as competências da UE¹¹² neste domínio são partilhadas com os Estados-Membros.

Através de um comunicado de imprensa datado de 18 de novembro de 2011 a UE fez saber que “deve reforçar as suas relações com os países terceiros para poder colher os benefícios mútuos que a migração pode proporcionar. Embora a migração esteja bem no topo da agenda política da UE, a Primavera Árabe e os acontecimentos ocorridos no Sul do Mediterrâneo em 2011 acentuaram ainda mais a necessidade de uma política de migração coerente e global para a UE” (Comissão Europeia, 2011).

Considerando estas decisões, a política sobre migração da UE observou, desde 2005, ano de adoção da primeira abordagem global da migração, algumas

¹¹¹ Em vigor desde 1 de dezembro 2009.

¹¹² Nomeadamente no que respeita aos volumes de admissão de migrantes autorizados a entrar legalmente num Estado-Membro.

evoluções, das quais se destacam em 2011 a Abordagem Global para a Migração e Mobilidade (AGMM), em 2014 as Orientações Estratégicas, e em 2015 a Agenda Europeia da Migração (AEM), e que são apresentadas nos pontos seguintes.

11.4.1.1. Abordagem Global para a Migração e Mobilidade

Em 2011, a Comissão Europeia adota a AGMM, que assenta em quatro pilares: (i) a imigração legal e a mobilidade; (ii) a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos; (iii) a proteção internacional e a política de asilo; (iv) a maximização do impacto da migração e da mobilidade sobre o desenvolvimento (Parlamento Europeu, 2014).

A AGMM caracteriza-se pela sua integração na política externa da UE e desenvolvimento, por corresponder aos objetivos da política interna integrados na estratégia Europa 2020 e nas políticas de emprego e educação (Parlamento Europeu, 2014). Outras características relevantes prendem-se com a insistência na mobilidade e política de vistos, na complementaridade entre os três pilares tradicionais da abordagem global, sendo o quarto pilar consagrado à proteção internacional e à dimensão externa da política de asilo. Caracteriza-se, ainda, por tornar a ação da UE mais atenta à migração, procurando reforçar os direitos humanos dos migrantes nos países de origem, de trânsito e de destino, continuando (Parlamento Europeu, 2014). A AGMM deve ainda identificar as preocupações e interesses que a UE partilha com os seus parceiros a fim de intensificar a cooperação.

Para materializar a AGMM foram propostas a criação de dois quadros operacionais. O primeiro, respeitante a parcerias para a mobilidade na vizinhança imediata da UE e à Tunísia, Marrocos e Egito, para se constituir num quadro concreto para o diálogo e a cooperação entre a UE e os países terceiros, tendo como objetivos facilitar e organizar a migração legal, criar medidas eficazes e humanas para abordar a migração ilegal e estabelecer etapas concretas para reforçar os benefícios da migração em termos de desenvolvimento, materializados na celebração de acordos de facilitação de vistos e de readmissão (Parlamento Europeu, 2014).

O segundo quadro operacional propõe a criação de programas comuns sobre migração e mobilidade com outros países.

Foi ainda estabelecida a criação de centros de recursos em matéria de migração e mobilidade e um portal de imigração da UE para auxiliar os migrantes nas escolhas a fazer sobre a migração e a mobilidade para a UE (Parlamento Europeu, 2014).

11.4.1.2. Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas da programação legislativa e operacional no espaço de liberdade, segurança e justiça para o período 2014-2020, aprovadas pelo Conselho Europeu, estabelecem as prioridades para o ciclo plurianual e exorta as instituições da UE e os Estados-Membros à prática integral destas prioridades nos seus trabalhos (Conselho Europeu, 2014).

No que à política de imigração diz respeito, e cumulativamente à AGMM, as orientações estratégicas mantêm presente a preocupação de continuar a abordar a migração de uma forma global, reforçando a necessidade de melhor utilização da imigração legal, a luta contra a imigração ilegal e a gestão eficaz das fronteiras (Parlamento Europeu, 2014).

Esta preocupação começa logo a ser observada no primeiro ponto da orientação estratégica sobre a liberdade, segurança e justiça, onde refere que “há que tomar medidas políticas coerentes em matéria de asilo, imigração, fronteiras e cooperação policial e judiciária, de acordo com os Tratados e os Protocolos pertinentes” (Conselho Europeu, 2014, p. 1), continuando no ponto 5 a afirmar que a UE “precisa que a sua política de migração, de asilo e de fronteiras seja eficaz e bem gerida, orientada pelos princípios da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades [...] e a sua implementação efetiva” (Conselho Europeu, 2014, p. 2).

A mesma orientação considera ainda que agir “sobre as causas profundas dos fluxos de migração irregular constitui uma parte essencial da política de migração da UE. Essa atuação, juntamente com a prevenção e o combate à migração irregular, contribuirá para evitar a perda de vidas dos migrantes que se lançam em viagens perigosas” (Conselho Europeu, 2014, p. 3), considerando como uma solução sustentável a cooperação, a prestação de assistência e o reforço das capacidades de gestão de migração e fronteiras, com países de origem e trânsito (Conselho Europeu, 2014).

A afirmação de que as “políticas de migração têm de assumir muito maior destaque como parte integrante da política externa e da política de desenvolvimento da União” (Conselho Europeu, 2014, p. 3), assentes numa AGMM coerente, são essenciais para reforçar e alargar programas regionais de proteção dos migrantes, combater eficazmente o contrabando e o tráfico de seres humanos nos países e rotas prioritárias e estabelecer uma política de comum de regresso (Conselho Europeu, 2014).

No que à operacionalização diz respeito, assume particular relevo a orientação para a modernização da gestão integrada de fronteiras, para o reforço da assistência operacional da Frontex aos Estados-Membros, em particular para aqueles que mais sofrem pressões na fronteira, e melhoria da capacidade de reação a uma rápida

evolução dos fluxos migratórios. Considera-se, ainda, como fator a longo prazo a possibilidade de criação de um sistema de guardas de fronteira para reforçar o controlo e vigilância das fronteiras externas da UE (Conselho Europeu, 2014).

11.4.1.3. Agenda Europeia da Migração

A AEM foi adotada em 2015 pela Comissão Europeia para propor medidas imediatas com vista à resolução da crise migratória, bem como definir ações a desenvolver ao longo dos seguintes anos para assegurar uma gestão mais eficiente dos fluxos.

Nas medidas imediatas é anunciada a abordagem de centros de registo nos países de entrada de migrantes, a fim de se proceder rapidamente à sua identificação, registo e recolha de impressões digitais, e é proposta a possibilidade da condução de uma operação¹¹³ no Mediterrâneo para desmantelar redes de traficantes e lutar contra o tráfico humano (Parlamento Europeu, 2014).

As ações a desenvolver a médio e longo prazo incidiram sobre quatro direções: (i) redução dos incentivos à imigração ilegal; (ii) gestão das fronteiras, salvando vidas e garantindo segurança; (iii) desenvolvimento de uma política comum forte em matéria de asilo; (iv) criação de uma nova política de imigração legal (Parlamento Europeu, 2014).

Em 2016 a Comissão Europeia publica orientações, com base na AEM, em matéria de imigração legal e asilo.

11.4.2. Gestão das Fronteiras Externas

Os fluxos migratórios mistos para a UE, bem como o aumento das preocupações com a segurança, apresentam-se como novos desafios que desencadeiam um novo período de atividade.

Este ritmo de mudança sofre um aceleração em 2015 “devido às enormes perdas de vidas registadas no Mediterrâneo nos últimos anos e à grande dimensão do afluxo de refugiados e migrantes” (Parlamento Europeu, 2018).

A gestão das fronteiras externas, como elemento essencial para a manutenção da política de migração da UE, assenta o seu eixo principal no Código das Fronteiras Schengen, estabelecendo as regras sobre a passagem pelas fronteiras externas e as condições que podem levar a um controlo fronteiriço interno.

Para uma gestão eficaz das fronteiras externas a UE utiliza vários instrumentos, começando pelos Estados-Membros com fronteiras externas, que são compensados pelo Fundo Europeu para as Fronteiras Externas: Fronteiras e

¹¹³ Esta operação foi lançada com o nome de Eunavfor MED – Operação Sophia.

Vistos, e pela criação de bases de dados centralizadas para efeitos de gestão das fronteiras e da migração: o Sistema de Informação de Schengen (SIS), o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e a Eurodac¹¹⁴, permitem assegurar a correta aplicação do Regulamento de Dublin¹¹⁵ (Parlamento Europeu, 2018).

Existe, ainda, um conjunto de medidas facilitadoras concebidas para evitar e penalizar a entrada, o trânsito e a residência em situação irregular e medidas orientadas para a cooperação operacional na gestão das fronteiras, assente na Frontex, que viu a extensão do seu mandato aumentada em 2016. De acordo com o diretor desta Agência, Fabrice Leggeri, a expansão da Frontex demonstra a forte vontade política da UE para dar uma resposta adequada no controlo das fronteiras externas (Leggeri, 2018).

Não obstante, a responsabilidade exclusiva dos Estados-Membros no controlo das suas fronteiras, a Frontex veio ampliar a resposta da UE assegurando a coordenação da mobilização de equipamento adicional e de pessoal com formação no controlo de fronteiras, podendo, de acordo com a sua base jurídica¹¹⁶, atuar nos seguintes domínios (União Europeia, 2017):

- Análise de riscos – avaliação dos riscos, elaboração de quadro de padrões e tendências da migração irregular e criminalidade transnacional nas fronteiras externas;
- Operações conjuntas – coordenação e mobilização de pessoal especializado e equipamento (aeronaves, navios e sistemas de controlo e vigilância) para zonas com carência de assistência adicional;
- Resposta rápida – coordenação de destacamentos de equipas de guardas de fronteira para fazer face a possíveis aumentos de migrantes nas fronteiras externas dos Estados-Membros;
- Investigação - investigação em matéria de controlo das fronteiras em para assegurar a correta utilização das novas tecnologias;
- Regressos conjuntos – organização do regresso de migrantes e coordenação de operações de regresso conjunto;
- Troca de informações – desenvolvimento e exploração de sistemas informáticos para partilha de informações entre autoridades de controlo das fronteiras;
- Formação – desenvolvimento de normas de formação comuns com o objetivo de harmonizar a formação dos guardas de fronteira nos países da UE e nos países associados de Schengen.

¹¹⁴ Base de dados europeia de impressões digitais para identificar requerentes de asilo.

¹¹⁵ O regulamento de Dublin, aprovado em 2003, destina-se a identificar o mais rapidamente possível o Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo e a prevenir o abuso dos procedimentos de asilo (European Union, 2003).

¹¹⁶ Regulação (EU) 2016/1624 de 14 de setembro de 2016.

Em suma, a Frontex é o ponto de contacto central da UE, definindo as normas para todas as guardas de fronteira europeias, porque os “controles nas fronteiras externas revestem-se de uma importância capital, pelo que a qualidade dos controlos e da vigilância levada a cabo pelos restantes países da UE é essencial” (União Europeia, 2017).

11.5. AS MIGRAÇÕES COMO PROBLEMA DE SEGURANÇA

Num mundo em que as fronteiras são cada vez mais ténues e difusas, as migrações internacionais são consensualmente consideradas como um fator relevante mas, porque pouco conhecido e se lhe reconhece um grau elevado de instabilidade, vistas com desconfiança e associadas a riscos de segurança (Ferreira & Rodrigues, 2013, p. 88).

Segundo Waeber (1996) a segurança é uma prática e uma forma específica de enquadrar um assunto, sendo dramatizada quando assumido como uma absoluta prioridade, o que vai conferir aos responsáveis por lidar com esse mesmo assunto a legitimidade para usar meios excecionais na sua resolução, quebrando-se a normalidade vigente. Ainda de acordo com Waeber (1996), quando se trata o assunto relacionado com os migrantes como um problema de segurança o mesmo passa a ser encarado como uma ameaça que deve ser combatida através da definição do papel do Estado. Não obstante, entende que o questão central está fora das suas fronteiras, sendo mais construtivo colocar o problema no lado ético ou do contexto económico.

Em termos de conceitualização, foi introduzido por Waeber (1996) o conceito de securitização, considerando que um assunto é securitizado quando começa a ser construído como uma ameaça. Um facto ou situação é um problema de segurança quando os responsáveis o declaram e algo é securitizado quando é declarado como um problema de segurança e este problema é aceite pela audiência. Também foi introduzido, nesta temática, o conceito de segurança societal ou identitária, especialmente na Europa, que é sobre identidade e relativa à habilidade de as sociedades conservarem o seu carácter essencial (O’Neill, 2006, p. 343).

A UE, indubitavelmente, securitizou as migrações e focou-se nas suas fronteiras, contudo, esta medida, que tenta restringir o acesso, acarreta outros problemas (O’Neill, 2006, p. 344). Cumpre ter presente que o mar mediterrâneo está se transformando numa das áreas mais militarizadas e patrulhadas do mundo (Wohlfeld, 2014, p. 77).

As diferenças entre ameaças reais e construídas variam de acordo com o estatuto que o cidadão estrangeiro possui no país de entrada, e segundo se trate de um refugiado ou requerente de asilo, de um imigrante legal, de um imigrante ilegal

ou até de um terrorista (Ferreira & Rodrigues, 2013, p. 99).

A securitização da imigração não é apenas um efeito, mesmo que contribua para a propaganda dos partidos políticos de extrema direita, a ascensão do racismo, uma nova e mais eficiente retórica convencendo a população de um perigo (Bigo, 2002, p. 65).

Controlo migratório e identidade são inseparáveis partes da segurança societal, não obstante, securitizando o controlo migratório apenas teve sucesso em reforçar as fronteiras externas da UE, tornando mais árdua a entrada neste espaço, mas ignorando os direitos fundamentais e os assuntos de identidade que intervêm neste debate (O’Neill, 2006, p. 345).

Os atores institucionais têm prosseguido um caminho que abraça a securitização do direito de asilo, ou até a criminalização dos requerentes de asilo e refugiados, a relação próxima entre o modelo sócio-económico e as sociedade de receção e a atual capacidade para integrar migrantes é ignorada (Menéndez, 2016, p. 388).

A migração é vista como um problema político porque entra na arena política de um modo que contesta as premissas da política e do Estado. A imigração é sempre vista como problemática, um problema que não pode ser resolvido por lei. Para alguns, é um problema que pode ser resolvido através de compromisso e uma visão clara dos interesses nacionais em que os migrantes poderiam ser um trunfo para o “país recetor” (Bigo, 2002, p. 72).

As políticas europeias na esfera migratória centraram até recentemente as suas atuações no sector da justiça e segurança, designadamente, no controle e regulação dos fluxos, e nem sempre numa ótica de desenvolvimento sustentável. A gestão dos fluxos, remetida para decisões dos governos nacionais, só nos últimos anos passou a tratar a questão da integração dos seus não nacionais e raramente considera a importância da sua relação com a restante sociedade civil, naquilo que é também a procura de um novo perfil de cidadão europeu (Rodrigues, 2010, p. 32).

A integração é essencial para o sucesso da imigração, tal passa pela aplicação de medidas transversais e transetoriais, abrangendo um largo conjunto de áreas: conhecimentos linguísticos, mercado de trabalho, educação, segurança social, e participação cívica ativa (Ferreira & Rodrigues, 2013, p. 100). O desafio, segundo estes autores, passa por desvincular as matérias de imigração da segurança, conciliando o uso da lei com a promoção da segurança humana. Quando determinado tema ou grupo põe em perigo a continuação da construção da identidade, ele tende a ser securitizado (Rodrigues, 2010, p. 34). O número elevado atos de terrorismo que ocorreram ao longo dos últimos anos e a sua conexão com os imigrantes contribuíram significativamente para isso. Ou seja, é

chamada securitização da migração, pois, são os discursos de segurança que estão dominando as políticas de migração e asilo, acompanhados por medidas típicas de segurança (Madini & Takahashi, 2017, p. 67).

O desafio passa por: tornar o espaço europeu um espaço de cidadãos; fomentar políticas de proximidade em termos de integração local comunitária; garantir um melhor acesso à informação sobre o fenómeno migratório; reduzir os fatores de afastamento entre países emissores, de trânsito e recetores, bem como uma política de imigração ilegal, política de vistos, controle de fronteiras externas, relacionamento com países terceiros e acordos de readmissão (Rodrigues, 2010, p. 43).

A chegada massiva de migrantes revelou muitas das contradições do centro das políticas Europeias e nacionais, incluindo o enorme fosso existente entre o sistema estabelecido de asilo e a prática que prosseguem, revelou a incongruência de classificar migrantes como refugiados ou migrantes económicos, os governos oscilam entre a inação, manifestado inadequada ação (Menéndez, 2016, p. 413).

Migração e políticas de asilo foram, na maior parte, reduzidas para o controlo e implementação de medidas de segurança, quando os aspetos de solidariedade e de proteção dos direitos foram negligenciados (Madini & Takahashi, 2017, p. 59).

Repensar os significados e os usos políticos da fronteira no século XXI é um desafio necessário, uma vez que os representantes da UE lutam cada vez mais para equilibrar o discurso dos direitos humanos e o da segurança nacional e europeia (Lendaro, p. 155).

Políticas tolerantes de migração resultariam em inclusão política e social que eventualmente promoveria a segurança global, pois elas ajudam a conectar pessoas e a desenvolver um verdadeiro senso de solidariedade e cooperação, oferecendo novas e alternativas ordens sociais. (Ahmed, 2017, p. 381).

Importa ter em conta a posição dos países do designado Grupo de Visegrado, constituído pela Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia, desalinados com a política de imigração da UE, tendo, inclusivamente, não assinado o Pacto Global para as Migrações. Este grupo tem rejeitado a recolocação de 160.000 migrantes que se encontram em centros de receção sobrelotados em Itália e Grécia, afirmando que o princípio de Dublin, estabelecendo que os migrantes devem permanecer no Estado onde requerem asilo, já está quebrado (BBC News, 2018).

Em matéria de migrações e na sequência do Conselho Europeu de 28 de junho de 2018, foram decididas um conjunto de políticas que seguem um caminho de reforço das fronteiras, controlo das causas de migração e, mais importante, de flexibilização das regras internas de gestão das migrações. Em resumo, e de forma expressa foi decidido adotar um controlo mais eficaz das fronteiras externas da UE, através de uma maior ação externa, impedindo o regresso aos fluxos

descontrolados de 2015 e continuar a reduzir a migração ilegal em todas as rotas existentes e emergentes, aumentar o apoio à região do Sahel, à Guarda Costeira da Líbia, às comunidades costeiras e meridionais, às condições humanitárias de acolhimento, aos retornos humanitários voluntários, à cooperação com outros países de origem e de trânsito e ao reassentamento voluntário, explorar o conceito de plataformas regionais de desembarque, controlo eficaz das fronteiras externas da UE, reforço da Frontex, incluindo na cooperação com países terceiros (Conselho Europeu, 2018).

11.6. CONCLUSÕES

Pretendia-se, no presente trabalho, apresentar uma reflexão sobre as crises humanitárias, grupos vulneráveis, migrações, nos conflitos no “Grande Médio Oriente” Alargado, bem como as suas implicações para a segurança internacional.

Face ao objetivo central definido e aos objetivos específicos enunciados, e no que se refere aos conceitos considerados relevantes para a contextualização da temática, pode concluir-se que não existe um conceito universal ou legal de migrante, embora, se possa afirmar que se trata de qualquer pessoa que se está deslocando para fora do seu local de residência, sem caráter meramente temporário e de curto prazo.

No que concerne ao conceito de grupo vulnerável, o mesmo é especialmente tratado pelas Organizações Internacionais, Tratados e Convenções, dele se destacando o seu caráter exemplificativo que normalmente apresenta nos textos legais, podendo ser considerada vulnerável qualquer pessoa que não é capaz de usufruir efetivamente dos seus direitos humanos, conseqüentemente, cuja apreciação da sua situação irá depender profundamente das circunstâncias do seu caso. Importa salientar a situação catastrófica que está a ocorrer na Líbia, com o patrocínio europeu, e os sinais provenientes de Marrocos que evidenciam estar a caminhar no mesmo sentido.

No que se refere aos refugiados, a definição atual, constante da Convenção de 1951, já não abarca todas as realidades que têm vindo a agudizar-se nos últimos anos, designadamente, as alterações climáticas, e os seus efeitos nas migrações. Neste âmbito, importa realçar a pressão migratória que será exercida pela África Subsaariana, por constituir uma das zonas do globo onde as alterações climáticas mais se fazem sentir, e com tendência para o seu agravamento. Quanto às garantias jurídicas, o direito à vida dos migrantes encontra-se a ser colocado em causa nas rotas migratórias, constituindo o Mediterrâneo um exemplo de alguma ineficiência das políticas europeias, no entanto, destaca-se a redução do número de mortos que foi registada nos últimos três anos. No que reporta ao direito de asilo, não existe uma resposta comunitária uniforme, e os princípios subjacentes à sua gestão não são observados.

Foi apresentado o modelo de *Push* e *Pull* para os fluxos migratórios,

com os fatores económico, sociopolítico, ecológico de onde se infere a natureza multifacetada que pode impelir a pessoa a abandonar o seu local de residência. Da análise dos fluxos migratórios, verifica-se que o ano de 2015 foi especialmente problemático, existindo, na atualidade, alguma estabilização dos valores. No que respeita às nacionalidades, as mesmas variam em função dos pontos de entrada.

A EU, em resposta à crise migratória alterou as suas políticas, nomeadamente, com o fortalecimento da gestão das fronteiras, estabelecimento de parcerias e acordos com países terceiros, como é disso exemplo a Turquia e a Líbia. Destaca-se, neste domínio, a Abordagem Global para a Migração e Mobilidade e a Agenda Europeia da Migração, adotada em 2015, procurando resolver, no imediato, a crise migratória, com o reforço dos meios disponíveis para controlo e registo das pessoas que entram no espaço comunitário. Dos instrumentos reforçados, destaca-se a extensão, em 2016, das competências da agência Frontex, que passa a atuar em proximidade com as autoridades nacionais, assumindo-se, cada vez mais, como uma força de segurança de carácter europeu.

As migrações também têm gerado tensões entre os Estados-membros e sido exploradas em termos políticos. Registou-se, no espaço comunitário, a securitização das migrações, com a colocação nas agendas políticas, mesmo que de forma sofisticada, da complexidade de gestão dos fluxos. Na atualidade, a EU e determinados Estados-membros estão empenhados em apoiar, nomeadamente em termos financeiros, países terceiros, para que passem a gerir os fluxos, travando-os. Esta estratégia acarreta diversos riscos, pois, cria pontos de tensão próximos das fronteiras europeias e, mais grave, fogem ao controlo comunitário, ocorrendo violações graves dos direitos humanos dos migrantes no desenvolvimento de políticas europeias fora das fronteiras externas da EU.

Portanto, os únicos consensos comunitários existentes, e que ficaram patentes no Conselho Europeu de 28 de junho de 2018, são o reforço das fronteiras, apoio aos países terceiros, flexibilização das regras, ou seja, cada Estado-membro gere como entende os pedidos de asilo que recebe, bem se sabendo os perigos para a Segurança Humana que todas estas opções políticas acarretam.

Em resumo, erguem-se barreiras físicas e legais em vez de se procurar garantir uma gestão adequada e, acima de tudo, necessária para o futuro da própria Europa, que sempre foi um espaço que incentivou a integração, dentro e fora deste continente, como é disso exemplo, Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR. (2016). Europa. Obtido de UNHCR: http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/RRMRP%20Europe%20Jan.-Dec%202016%20-%20Revision%20May%202016.pdf#_ga=2.214812887.1366564937.1546605456-168059727.1545915038
- Ahmed, I. (setembro de 2017). *Migration and Security: in search of reconciliation*. *Migration Letters*, 14(3), pp. 371-383.
- Amnesty International. (7 de setembro de 2018). *Morocco: Relentless crackdown on thousands of sub-Saharan migrants and refugees is unlawful*. Obtido de Amnesty International: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/09/morocco-relentless-crackdown-on-thousands-of-sub-saharan-migrants-and-refugees-is-unlawful/>
- BBC News. (28 de junho de 2018). *Migrant crisis: EU summit divided amid migration row*. Obtido de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-europe-44633606>
- Bigo, D. (2002). *Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease*. *Alternatives*(27), pp. 63-92.
- Comissão Europeia. (18 de novembro de 2011). *Maior cooperação e mobilidade no centro da nova estratégia de migração da UE*. Obtido de Comissão Europeia: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1369_pt.htm
- Conselho Europeu. (2014). Conselho Europeu 26-27 de junho de 2014. Bruxelas.
- Conselho Europeu. (28 de junho de 2018). European Council meeting (28 June 2018). Obtido de Conselho Europeu: <https://www.consilium.europa.eu/media/35936/28-euco-final-conclusions-en.pdf>
- European Union. (fevereiro de 2003). *Access to European Union Law*. Obtido de EUR-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3A133153>
- Eurostat. (16 de março de 2018). *Estatísticas sobre o asilo*. Obtido de Eurostat: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Asylum_statistics/pt
- Eurostat. (19 de março de 2018). *File:Distribution of first instance decisions on (non-EU) asylum applications, 2017 (%) YB18.png*. Obtido de Eurostat: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Distribution_of_first_instance_decisions_on_\(non-EU\)_asylum_applications,_2017_\(%25\)_YB18.png](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Distribution_of_first_instance_decisions_on_(non-EU)_asylum_applications,_2017_(%25)_YB18.png)
- Ferreira, S., & Rodrigues, T. (novembro de 2013). *A Península Ibérica, Migrações e Contextos Securitários*. *Revista de Ciências Militares*, I(2), pp. 87-111.
- Frontex. (2018). *Migratory Routes*. Obtido de European Border and Coast Guard Agency: <https://frontex.europa.eu/along-eu-borders/migratory-routes/eastern-mediterranean-route/>

- Guterres, A. (11 de janeiro de 2018). *Towards a new global compact migration*. Obtido em 29 de dezembro de 2018, de United Nations Secretary-General: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/articles/2018-01-11/towards-new-global-compact-migration>
- Heller, C., Pezzani, L., Mann, I., Moreno-Lax, V., & Weizman, E. (2017). *'It's an Act of Murder': How Europe Outsources Suffering as Migrants Drown*. The New York Times. Obtido em 29 de dezembro de 2018, de <https://www.nytimes.com/interactive/2018/12/26/opinion/europe-migrant-crisis-mediterranean-libya.html>
- Internal Displacement Monitoring Centre . (s.d.). Global Internal Displacement Database. Obtido de Internal Displacement Monitoring Centre : <http://www.internal-displacement.org/database/displacement-data>
- Kälin, W., & Schrepfer, N. (2012). *Protecting People Crossing Borders in the Context of Climate Change Normative Gaps and Possible Approaches*. Universidade de Berna, Divisão de Proteção Internacional. Obtido em 23 de dezembro de 2018, de <https://www.unhcr.org/4f33f1729.pdf>
- La Repubblica. (2 de fevereiro de 2017). *Migranti: accordo Italia-Libia, il testo del memorandum*. La Repubblica. Obtido de https://www.repubblica.it/esteri/2017/02/02/news/migranti_accordo_italia-libia_ecco_cosa_contiene_in_memorandum-157464439/
- Leggeri, F. (2018). Foreword. Obtido de Frontex - European Border and Coast Guard Agency: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/foreword/>
- Lendaro, A. (s.d.). *A 'European Migrant Crisis'? Some Thoughts on Mediterranean Borders*. Studies in Ethnicity and Nationalism, pp. 148-157.
- Madini, P., & Takahashi, M. (outubro de 2017). *Refugee Crisis and the European Union: Do the failed migration and asylum policies indicate a political and structural crisis of european integration*. Communication Management Review(2), pp. 54-72. doi:10.22522/cmr20170223
- Maplecroft. (14 de novembro de 2016). Climate Change Vulnerability Index 2017. Obtido de Reliefweb: <https://reliefweb.int/report/world/climate-change-vulnerability-index-2017>
- Menéndez, A. J. (Julho de 2016). *The Refugee Crisis: Between Human Tragedy and Symptom of the Structural Crisis of European Integration*. European Law Journal(4), pp. 388-416.
- Nações Unidas. (1951). Obtido de ACNUR - Agência da ONU para os refugiados: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugueses/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf
- O'Neill, P. (2006). *The European Union and Migration: Security versus Identity?* Defence Studies, 6(3), pp. 322-350. doi:10.1080/14702430601060149

- OIM. (2018). World Migration Report 2018. United Nations, UN Migration Agency. Obtido em 29 de dezembro de 2018, de https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf
- OIM. (s.d.). Key Migration Terms. Obtido em 27 de dezembro de 2018, de International Organization for Migration: <https://www.iom.int/key-migration-terms>
- OXFAM. (2017). *Uprooted by climate change - Responding to the growing risk of displacement*. Oxford. Obtido de https://d1tn3vj7xz9fdh.cloudfront.net/s3fs-public/file_attachments/bp-uprooted-climate-change-displacement-021117-en.pdf
- Parlamento Europeu. (2000). Carta dos Direitos Fundamentais. Obtido de Parlamento Europeu: http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf
- Parlamento Europeu. (maio de 2014). Fichas técnicas sobre a União Europeia. Obtido de Parlamento Europeu: <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/152/immigration-policy>
- Parlamento Europeu. (outubro de 2018). Gestão das fronteiras externas. Obtido de Fichas técnicas sobre a União Europeia: <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/153/management-of-the-external-borders>
- Parlamento Europeu. (s.d.). *The concept of ‘climate refugee’ Towards a possible definition*. Obtido de Parlamento Europeu: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/621893/EPRS_BRI\(2018\)621893_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/621893/EPRS_BRI(2018)621893_EN.pdf)
- Perrigo, B. (28 de dezembro de 2018). *The Plight of One Rescue Ship Underscores Just How Dangerous Europe’s Migrant Crisis Remains*. Time. Obtido em 29 de dezembro de 2018, de <http://time.com/5489720/europe-migrant-boat-deaths/>
- Rodrigues, T. F. (2010). *Dinâmicas Migratórias e Riscos para a Segurança em Portugal*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. (s.d.). *Convenção Europeia dos Direitos Humanos*. Obtido de Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf
- UN Refugee Agency. (dezembro de 2018). *Operational Portal - Refugee Situation*. Obtido de <https://data2.unhcr.org/en/situations>
- UN Support Mission in Libya. (2018). *Desperate and Dangerous: Report on the human rights situation of migrants and refugees in Libya*. United Nations, United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Obtido em 29 de dezembro de 2018, de <https://www.ohchr.org/Documents/Countries/LY/LibyaMigrationReport.pdf>
- União Europeia. (24 de outubro de 2017). Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex). Obtido de União Europeia: https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/frontex_pt

- United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. (2017). *Principles and Guidelines, supported by practical guidance, on the human rights protection of migrants in vulnerable situations*. Geneva. Obtido de <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Migration/PrinciplesAndGuidelines.pdf>
- Waever, O. (março de 1996). European Security Identities. *Journal of Common Market Studies*, 34(1), pp. 103-132.
- Wohlfeld, M. (2014). *Is Migration a Security Issue?* Em O. Grech, & M. Wohlfeld, *Migration in the Mediterranean : human rights, security and development perspectives* (pp. 61-77). Malta: Mediterranean Academy of Diplomatic Studies. Obtido de <https://www.um.edu.mt/library/oar/handle/123456789/21715>

POSFÁCIO DE COORDENADORES

Armando Marques Guedes fez o curso de Administração no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), recebeu um BSc (honours) e um MPhil em Antropologia Social na London School of Economics and Political Science (LSE), um Diplôme de l'École na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Doutorou-se em Antropologia Social e Cultural na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa. Agregou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL). É Professor Associado com Agregação, de nomeação definitiva, desta última, do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM, hoje IUM), Ministério da Defesa, onde é o professor responsável pela UC de Geopolítica), do Instituto de Defesa Nacional (IDN), e do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), Ministério da Administração Interna, bem como do Instituto Nacional de Administração (INA). É Professor *honoris causa* em História, na Universidade de Bucareste, na Roménia. Entre outras posições, foi o Primeiro Conselheiro Cultural da Embaixada Portuguesa, em Angola (1985-1989), depois Presidente do Instituto Diplomático, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Diretor de Policy Planning do mesmo Ministério (2005-2008), e foi durante seis anos Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Direito Internacional (SPDI). É membro de uma trintena de think-tanks e institutos de investigação, em Portugal e no estrangeiro. É autor de dezassete livros e mais de cento e trinta artigos e membro de uma quarentena de Sociedades científicas, cá e no estrangeiro. Fez trabalho intensivo de terreno nas Filipinas, em Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor-Leste. Os seus estudos foram publicados em 15 países e 12 línguas, e proferiu conferências e/ou organizou cursos numa variedade de instituições em 43 países.

Ricardo Dias da Costa é Tenente-coronel do Exército Português. Tem 26 anos de serviço no Exército e é Professor no Instituto Universitário Militar. Desde 1997 que tem desempenhado diversas funções de Comando e de Estado-maior na Componente Operacional do Exército, nomeadamente na Brigada de Intervenção, Brigada Mecanizada, e Brigada de Reação Rápida, tendo participado nas seguintes missões internacionais: Missão UNTAET das Nações Unidas em Timor Leste em 2000/2001; Missão SFOR da NATO na Bósnia-Herzegovina em 2003/2004; Missão ISAF da NATO no Afeganistão em 2013. Colaborou no treino da força portuguesa para a NATO Response Force 14 (NRF14) em 2009/2010 e da força portuguesa para a NATO Response Force 2016 (NRF2016). Em 2017 desempenhou a função de Coordenador do Projeto de Cooperação Técnico Militar com a Escola Superior de Guerra de Angola. É doutorando em Estudos Contemporâneos na Universidade de Coimbra. Está habilitado com o Mestrado em Ciências Militares pela Academia Militar e com o Mestrado em Estudos sobre a Europa pela Universidade de Coimbra. Possui o Curso de Estado Maior do

Instituto de Estudos Superiores Militares; a pós-graduação em Direito Europeu e a pós-graduação em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; a pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; a pós-graduação em Estudos da Paz e da Guerra pela Universidade Autónoma de Lisboa. É licenciado pela Academia Militar em Ciências Militares. Dispõe ainda de diversos cursos de curta duração frequentados no Exército Português, na NATO School Oberammergau; na NATO Joint Force Training Center; e na European Security Defence College. Foi presidente da Associação de Direito e Economia Europeia da Universidade de Coimbra entre 2010 e 2015.

POSFÁCIO DE AUTORES

Adérito Grazina Rodrigues é Major da GNR. Frequentou a Academia Militar no período letivo de 1998-2003, licenciando-se em Ciências Militares – Especialidade GNR. Possui um Mestrado em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e diversa formação técnico-profissional no âmbito da Segurança Interna. No seu percurso profissional, enquanto subalterno e capitão, comandou diversas subunidades escalão Destacamento Territorial e exerceu posteriormente funções como Adjunto do Chefe de Gabinete do Comandante Operacional da GNR e como docente na Academia Militar.

Américo Filipe da Costa Pereira é Major de Cavalaria. É licenciado em Ciências Militares – Cavalaria, pela Academia Militar. Como subalterno desempenhou funções de Comandante de Pelotão de Reconhecimento, Comandante de Pelotão de Morteiros e de 2º Comandante do Esquadrão de Reconhecimento da Brigada Ligeira de Intervenção. Como Capitão foi Comandante do Esquadrão de Comando e Serviços do Regimento de Cavalaria Nº6 e Comandante da Companhia de Apoio ao Combate do BI/BG/ERF. Participou em cinco Operações de Apoio à Paz nos Teatros de Operações de Timor –Leste, Kosovo e Bósnia e foi Comandante do 5º Contingente Nacional no Teatro de Operações do Iraque.

Antero de Aguiar Marques Teixeira é Major de Cavalaria. É licenciado em Ciências Militares e mestre em Guerra da Informação pela Academia Militar, sendo Major desde 01Out16. Serviu entre 2004/15 no RC4/BMI e GCC/BrigMec, destacando-se as funções de CmdtPelCC (também no NRF5), Cmdt ECC e S3 GCC e entre 2015/18 de Adjunto G7/CFT. Foi também CmdtUEP/GCC/EUFOR (Bósnia-Herzegovina) e CmdtUEC/AgrINDIA/KTM/KFOR (Kosovo) e CJ2 *staff officer*/CJOC/RS (Afeganistão). Possui averbados diversos cursos, relevando-se o de Leopard 2A6 *Master Gunner and Tank Commander* (Holanda). Foi instrutor de diversos cursos de CC M60A3 TTS e CC Leopard 2A6.

Diogo Lourenço Serrão é Major de Artilharia. É licenciado em Ciências Militares – Artilharia, pela Academia Militar. Como subalterno desempenhou funções de Chefe do Posto Central de Tiro, Comandante da Bateria de Tiro, Comandante da 2ª Bateria de Bocas de Fogo da BrigRR e 2º Comandante da Companhia de Formação do Centro de Tropas de Operações Especiais. Como Capitão foi Comandante do Grupo de Operações Especiais Charlie e Comandante da 3ª Companhia de Alunos da Academia Militar. Como Major, foi Chefe da Secção de Operações, Informações e Segurança do Regimento de Artilharia nº4. Participou em Operações de Apoio à Paz no Kosovo e Afeganistão.

Elton Roque Feliciano é Major de Artilharia. É licenciado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, pela Academia Militar. Do seu currículo destacam-se as funções de Chefe do Posto Central de Tiro do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Reação Rápida, Comandante da 1ª Bateria de Bocas de Fogo da Brigada do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Reação Rápida, Comandante do Módulo de Apoio à Formação Fogos da Escola das Armas e Chefe do Gabinete de Artilharia da Direção de Formação da Escola das Armas.

Flávio Luiz Lopes dos Prazeres é Major do Exército Brasileiro. Licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Cursos militares: Oficiais de Infantaria; Operações na Selva Categoria “B”; Básico Paraquedista; Mestre de Salto; Aperfeiçoamento de Oficiais; Comando e Estado-Maior. Pós-graduado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade Castelo Branco. Unidades: 34º Batalhão de Infantaria de Selva; 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista; Centro de Instrução de Guerra na Selva; Escola de Lanceiros (Colômbia); 23ª Brigada de Infantaria de Selva.

Jesus Aneiros Rodriguez é Major da Guardia Civil Espanhola. É licenciado em Ciências Militares, no corpo da *Guardia Civil*, pela *Academia General Militar* (Espanha), e mestre em Segurança e Defesa pela *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (Espanha). Prestou serviço em vários Destacamentos Territoriais onde foi Comandante e Segundo Comandante, tendo também desempenhado funções de Chefe da Unidade de Polícia Judiciaria do Comando Territorial. Atualmente, está colocado na Agrupação de Transito da *Guardia Civil*, onde executa funções de Oficial Inspetor e Segundo Comandante da Unidade de Transito da Galiza (Espanha).

João Manuel Sena Janeiro é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar, especialidade GNR Armas, pós-graduado em Direito e Segurança (título de Auditor de Segurança Interna), pós-graduado em Ciências Militares e Policiais, além de estar habilitado com os Cursos de Promoção a Capitão e a Oficial Superior. Ao longo da carreira desempenhou cargos de Comandante de Destacamento Territorial e de Intervenção em Unidades Territoriais, onde desempenhou também funções de Estado-maior. Atualmente desempenha funções no Comando Operacional de GNR.

Jorge Emanuel Ferreira Louro é Major de Infantaria. É licenciado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, pela Academia Militar. Prestou serviço no RG3, RI14, EPI e GabCEME. Desempenhou como funções mais relevantes, Comandante de PelAt, PelMortP, PelRec, PelACAR, Comandante de CatMec(Rodas) e Companhia de Apoio à Formação, Diretor do 40º CFSI, Instrutor de vários cursos, Ajudante de Campo do CEME e Oficial Pessoal do 2BIMec(Rodas)/NRF2016 e RI14. Integrou uma missão na Bósnia 2005/2006 como Comandante de PelAt e no Mali 2017/2018 como Oficial de Informações Operações. Dos vários cursos, destacam-se o Curso de Paraquedismo e Maneuver Captain`s Career Course em Fort Benning.

Jorge Manuel Martins Magalhães é Major de Infantaria. É licenciado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria. Do seu percurso profissional destaca-se o comando de uma Unidade Escalão Pelotão e uma Unidade Escalão Companhia na Escola Prática de Infantaria. Participou em duas Forças Nacionais Destacadas nos Teatros de Operações do Uganda e da Somália e ainda numa CTM em Timor Leste. Possui, para além dos cursos de promoção, o *Infantry Officer Basic Course* e o *Maneuver Captains Career Course* nos EUA.

Jorge Miguel Sanches e Silva é Major da GNR. Formação: Licenciatura em Ciências Militares, especialidade GNR Cavalaria, na Academia Militar, de 1998 a 2003; ISEC, Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil em 2011. Cursos: Curso de Promoção a Oficial Superior; Curso específico de Cavalaria, Curso de Paraquedismo Civil, curso de perito de investigação de acidentes rodoviários. Unidades: Brigada de Trânsito; Unidade Nacional de Trânsito; Comando da Administração dos Recursos Internos; Comando-Geral.

José Arlindo Varela Pereira é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar e em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Ao longo da sua carreira desempenhou diversos cargos, nomeadamente, Comandante de Destacamento Territorial e de Intervenção, Chefe de Secção de Investigação Criminal, Chefe de Núcleo de Formação e Assessor Jurídico do Comandante-Geral da GNR e do Ministério Público no DIAP de Lisboa. Na componente académica, foi docente e assistente nas Unidades Curriculares de Direito Administrativo e Direito Contraordenacional ministradas a cadetes do Exército e da GNR na Academia Militar.

Lucília de Jesus Mendes da Silva é Major da GNR. É licenciada em Ciências Militares pela Academia Militar, especialidade GNR Cavalaria, licenciada em Psicologia e Mestre em Psicocriminologia pelo ISPA-Instituto Universitário, pós-graduada em Direito e Segurança e pós-graduada em Ciências Militares e Policiais. Ao longo da carreira desempenhou diversos cargos destacando-se aqueles desempenhados na Unidade de Segurança e Honras de Estado e no Centro de Psicologia e Intervenção Social da Guarda. Atualmente desempenha funções na Divisão Técnica Ambiental da Direção do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana.

Luís Miguel Rebola Mataloto é Major de Artilharia. É licenciado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, pela Academia Militar. Do seu currículo destacam-se as funções de Comandante do Pelotão de Aquisição de Objetivos da Brigada Mecanizada, Comandante da Bateria de Artilharia Antiaérea da Zona Militar da Madeira, Ajudante-de-Campo do Chefe do Estado-Maior do Exército e Ajudante-de-Campo do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Miguel Ângelo Reis Alves Amorim é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar, especialidade GNR Administração. É detentor de três pós-graduações (uma em Finanças Públicas no Instituto Superior de Economia e Gestão, uma em Direito e Segurança que lhe confere o título de Auditor de Segurança Interna e outra em Ciências Militares – Segurança e Defesa, ambas pela Universidade Nova de Lisboa). Desempenhou diversos cargos de natureza financeira, docente e de planeamento estratégico, salientando-se a responsabilidade ao nível da conceção dos instrumentos estratégicos e de gestão institucionais.

Nuno Gonçalo Jacinto Marçal é Major de Infantaria. É licenciado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, pela Academia Militar. Prestou serviço na Escola Prática de Infantaria e mais tarde na Escola das Armas em Mafra, tendo desempenhado várias funções, desde o Comando de Pelotão, ao Comando de Companhia, tendo ainda desempenhado funções como diretor de diferentes tipologias de cursos. Na Direção de Saúde Militar do Estado-Maior General das Forças Armadas desempenhou a função de Adjunto da Repartição de Pessoal. Integrou três missões no âmbito da Cooperação Técnico Militar, em São Tomé e Príncipe em 2008, Timor Leste em 2010 e novamente Timor Leste em 2014/2015.

Paulo Alexandre Martins Cardoso Soares é Major de Infantaria. É licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar. Possui diversos cursos, entre outros, o Curso de Operações Especiais, Curso de Operações Irregulares, Curso de Prevenção e Combate a Ameaças Terroristas. Desempenhou diversas funções no Centro de Tropas de Operações Especiais, das quais se destacam: Comandante de Pelotão, Comandante de Grupo/Companhia, Oficial de Operações e Informações, Chefe de Estado Maior e 2º Comandante da Força de Operações Especiais. Na sua carreira integrou três comissões de serviço, nomeadamente, no Kosovo, Angola e Afeganistão.

Paulo Jorge Gonçalves Gomes é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar na especialidade de GNR Infantaria, e pós-graduado em Direito e Segurança, em Ciências Militares e Policiais e em Gestão de Recursos Humanos. Na sua carreira desempenhou cargos como Oficial de Operações, Informações e Relações Públicas num Comando Territorial e na Unidade de Controlo Costeiro. Enquanto Subalterno e Capitão foi Comandante de Destacamentos de Trânsito e Territorial. No seu currículo tem duas missões internacionais, uma no âmbito da ONU, em Timor-Leste e outra pela Frontex, em Espanha.

Paulo Miguel dos Santos Gonçalves é Major da Guarda Nacional Republicana. Licenciado em Ciências Militares, ramo GNR, pela Academia Militar. Pós-graduado em Procedimento Contra-ordenacional, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, e Mestre em Direito e Segurança, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Ao longo da sua carreira sempre desempenhou funções de natureza operacional, no âmbito da especialidade de Trânsito. Atualmente encontra-se a frequentar o Curso de Estado-Maior Conjunto.

Pedro Álvaro Flores da Silva é Major de Infantaria Para-quedista. É licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar. Possui averbados diversos cursos, nomeadamente: o Curso de Paraquedismo Militar, Curso de Instrutor de Paraquedismo, Curso de Instrutor de Tiro de Combate. Desde janeiro de 2006 presta serviço no Regimento de Infantaria nº15 em Tomar, principalmente no 1ºBatalhão de Infantaria Paraquedista. Na sua carreira cumpriu três comissões de serviço, integrado em Força Nacional Destacada no Teatro de Operações do Kosovo.

Pedro Manuel Monteiro Fernandes é Major de Transmissões. É Mestre e licenciado em Engenharia Eletrotécnica Militar, na especialidade de Transmissões pela Academia Militar e Pós-graduado em Comércio Eletrónico e Internet pela Universidade Aberta. Prestou serviço na Companhia de Transmissões da Brigada de Reação Rápida onde foi Comandante, tendo também desempenhado as funções de Oficial de Comunicações e Sistemas de Informação do Comando Operacional e da Zona Militar da Madeira. Na Direção de Comunicações e Sistemas de Informação desempenhou funções na área da ciberdefesa. Integrou duas Forças Nacionais Destacadas, a QRF/ISAF no Afeganistão em 2007/2008 e a KTM/KFOR no Kosovo em 2010.

Pedro Miguel Gonçalves Pereira é Capitão Tenente de Administração Naval. É licenciada pela Escola Naval. Desempenhou diversos cargos, de onde se destaca, formador do SIGDN na secretaria geral do MDN, chefe de serviço de abastecimento no NRP Vasco da Gama, onde participou na Operação Atalanta 2012, Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro do Comando da Zona Marítima dos Açores e do Departamento Marítimo dos Açores e mais recentemente J8 do Comando Conjunto para as Operações Militares.

Raúl Carvalho Morgado é Major de Transmissões. É licenciado em Engenharia Eletrotécnica Militar na especialidade de Transmissões, pela Academia Militar, e possui um Mestrado Integrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Do seu currículo destacam-se as funções de Adjunto do Chefe da Secção de Operações da Brigada de Reação Rápida, Oficial de Ligação no Quartel-General da Kosovo Force, Comandante da Companhia de Transmissões da Brigada de Intervenção e Comandante da Companhia de Transmissões da Brigada de Reação Rápida.

Ricardo Filipe da Silva Cortinhas é Major da GNR. É licenciado em Ciências Militares, pela Academia Militar; pós-graduado em Ciências Militares e Policiais, pelo Instituto Universitário Militar; e mestre em Direito e Segurança, pela Universidade Nova de Lisboa. Exerceu diferentes funções de comando, chefia, instrução e assessoria, destacando-se as de Comandante de Destacamento, Chefe de Secção Logística e Financeira, Formador na Cooperação Técnico-Policial em Timor-Leste, e Assessor do Comandante do Comando de Administração de Recursos Internos da GNR. Habilitado com vários cursos curriculares de carreira, encontra-se atualmente a frequentar o Curso de Estado-Maior Conjunto.

Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva é Major de Infantaria. É licenciado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, pela Academia Militar. Prestou serviço na Escola Prática de Infantaria e mais tarde na Escola das Armas em Mafra, tendo desempenhado várias funções, desde o Comando de Pelotão ao Comando de Companhia, desempenhou ainda funções como diretor de diferentes cursos. Na Academia Militar desempenhou a função de Adjunto do gabinete de tática de Infantaria tendo posteriormente assumido a função de Diretor dos cursos de Infantaria e professor regente da Unidade curricular. Integrou três missões, no âmbito da Cooperação Técnico Militar, em 2009, em Timor Leste e no âmbito da EUTM- Somália entre 2011 e 2012 no Uganda.

